

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – *CAMPUS* DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

KEILA RAQUEL WENNINGKAMP

**AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO BRASIL A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES
(1998-2012)**

TOLEDO

2015

KEILA RAQUEL WENNINGKAMP

**AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO BRASIL A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES
(1998-2012)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Maria Schmidt

TOLEDO

2015

KEILA RAQUEL WENNINGKAMP

**AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO BRASIL A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES
(1998-2012)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Maria Schmidt

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marlete Beatriz Maçaneiro
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof^a. Dr^a. Silvana Anita Walter
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof^a. Dr^a. Carla Maria Schmidt
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora

Toledo, 13 de fevereiro de 2015.

À minha mãe Cornélia M. M.
Wenningkamp, a mulher mais
guerreira que já conheci, com muito
amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito e misericordioso e pelas pessoas que Ele colocou no meu caminho...

À professora Dra. Carla Maria Schmidt, minha orientadora. Obrigada pelas ideias, pelo apoio e por todo carinho e amizade. Levarei sempre comigo seu exemplo de profissionalismo, ética, comprometimento e humildade. Por confiar em mim e na minha competência, obrigada!

Ao meu companheiro Wesley, por todo o seu amor, paciência, compreensão e apoio. Wesley, sua confiança em mim me faz seguir em frente. Obrigada!

Aos meus amados pais, irmãos, cunhados e sobrinhos. Mãe, obrigada pelo maior ensinamento que me deu através de sua atitude diária: “apenas ame”. Nina, minha irmã, obrigada pelas orações, pela tolerância e pelo carinho.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, pelas horas de estudo em grupo. Em especial, agradeço a vocês: Ariana, Helder, Jonathan e Luiz, pelo companheirismo, pela troca de aprendizados e pelos momentos de descontração.

Às professoras Silvana Anita Walter e Marlete Beatriz Maçaneiro e ao professor Weimar Freire da Rocha Júnior, pelas contribuições para esta dissertação enquanto banca examinadora da qualificação e da defesa final.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA), pelos conhecimentos transmitidos. Professor Dr. Pery, obrigada pelos ensinamentos e pela atenção de sempre.

Aos professores e amigos do curso de Secretariado Executivo, pela motivação e pelo exemplo de profissionais e pesquisadores. Fernanda e Patrícia, pelo auxílio neste trabalho, obrigada!

Aos colaboradores Clarice e João, pelo atendimento prestativo, carismático e pela competência atuando na secretaria do PGDRA.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

WENNINGKAMP, Keila Raquel. **Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)**. 177 p. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2015.

AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL A PARTIR DE TESES E DISSERTAÇÕES (1998-2012)

RESUMO

O agronegócio brasileiro tem sido marcado pela presença cada vez maior de parcerias entre indivíduos e organizações. Essa cooperação torna-se necessária na medida em que diversas transformações do atual cenário mercadológico exigem novas formas de organização e coordenação, a fim de tornar as empresas mais competitivas. Decorre dessa conjuntura a adoção de estruturas de governança baseadas na coletividade, complementaridade e auxílio mútuo, caracterizando-se como diversas formas de ações coletivas. Diante disso, o objetivo desta pesquisa foi compreender a produção científica brasileira em ações coletivas no agronegócio, a partir de dissertações e teses defendidas entre os anos 1998 e 2012. Ou seja, o intuito é investigar se as ações coletivas no agronegócio estão sendo estudadas e, se sim, quais são as características das pesquisas científicas realizadas na temática. Para tanto, este estudo foi embasado a guisa da Teoria da Ação Coletiva. Em termos metodológicos, caracterizou-se como um estudo sobre o estado da arte, uma pesquisa descritiva, bibliométrica e de abordagem quantitativa e qualitativa. A principal fonte de coleta de dados foi a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir das teses e dissertações defendidas nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, no período 1998 a 2012. Como principais resultados, constatou-se a existência de pesquisas na área de ações coletivas no agronegócio e, ainda, que essas têm aumentado nos últimos anos, porém em número ainda relativamente tímido se considerada a recorrência e a importância dessas estruturas para o agronegócio e para o desenvolvimento local e regional. Quanto às principais características encontradas nas teses e dissertações defendidas na temática, observou-se que, em sua maioria, se constituem de estudos empíricos e que focam modelos coletivos aplicados sob a forma de cooperativas, associações, redes e *APLs/clusters/aglomerados*. Além disso, que a agropecuária foi o segmento mais estudado nos estudos de caso e que as regiões Sul e Sudeste concentram, tanto a maior parte dos estudos, quanto a maior parte das formas coletivas estudadas empiricamente. Por fim, a partir dos resultados da relação entre as conclusões das teses e dissertações com a Teoria da Ação Coletiva, foi possível perceber que os benefícios proporcionados por ações coletivas desenvolvidas no agronegócio são, de fato, relevantes, tanto para os atores envolvidos, quanto para o entorno. Porém, assim como defende a Teoria da Ação Coletiva, os pesquisadores também constataram a existência de dificuldades relacionadas, principalmente, com a presença de *free riders*, a falta ou falha de comunicação, a reputação negativa, a falta de confiança e reciprocidade e a ausência de liderança.

Palavras-chave: Ações coletivas. Agronegócio. Estado da arte. Bibliometria.

WENNINGKAMP, Keila Raquel. **Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012)**. 177 p. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2015.

COLLECTIVE ACTIONS IN AGRIBUSINESS: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION FOUND IN MASTER AND DOCTORAL DISSERTATIONS (1998-2012)

ABSTRACT

Brazilian agribusiness has been characterized by the increasing presence of partnerships between individuals and organizations. This cooperation becomes necessary due to various changes in the current market scenario, which requires new forms of organization and coordination in order to make companies more competitive. It follows from this situation the adoption of governance structures based on collective, complementarity and mutual aid, called forms of collective actions. Thus, the aim of this research was to understand the Brazilian scientific production about collective actions in agribusiness, found in dissertations (master and doctorate levels) from 1998 to 2012. In other words, the aim is to investigate whether collective actions in agribusiness are being studied and if so, what are the features of scientific research conducted on the topic. So, this study was based on the Theory of Collective Action. In methodological terms, this research was characterized as a state-of-the-art study, a descriptive research, a bibliometric research and quantitative and qualitative approach. The main source of data collection was the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), covering dissertations (master and doctorate levels) in Management, Economics and Urban and Regional Planning from 1998 to 2012. Based on the results obtained from these dissertations, it was possible to point out the presence of researches in the area of collective actions in agribusiness and also that these have increased in recent years, but in number still relatively shy when considering the recurrence and the importance of these structures for agribusiness and the local and regional development. Concerning the main features found in these dissertations, it was observed that, in most cases, they are empirical studies, focused in collective models applied in the form of cooperatives, associations, networks and LPA (Local Productive Arrangements)/clusters. In addition, the agricultural sector was the most studied in the case studies and the South and Southeast regions concentrate both most of the studies and most of the collective forms studied empirically. Finally, based on the results of the relationship between the dissertation conclusions and the Theory of Collective Action, it was possible to observe that some benefits provided by collective actions developed in agribusiness are indeed relevant for both the actors involved, as to the surroundings. However, as the Theory of Collective Action advocates, the researchers also found the existence of obstacles related mainly to the presence of free riders, lack or failure of communication, negative reputation, lack of trust, lack of reciprocity and the absence of leadership.

Keywords: Collective action. Agribusiness. State-of-the-art. Bibliometrics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da dissertação	22
Figura 2 - Estrutura do Capítulo 2: Fundamentação Teórica	25
Figura 3 - Modelo de Sistema Agroindustrial proposto pelo PENSA.....	27
Figura 4 - Taxonomia dos grupos.....	46
Figura 5 - Incentivos e desafios ao surgimento de ações coletivas	56
Figura 6 – Programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela CAPES.....	80
Figura 7 – Caderno de Indicadores.....	81
Figura 8 - Primeiros passos da coleta de dados.....	83
Figura 9 - Concentração geográfica dos cursos de pós-graduação em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional no Brasil	90
Figura 10 - Concentração geográfica das teses e dissertações em ações coletivas no agronegócio	118
Figura 11 - Concentração geográfica dos modelos coletivos aplicados pesquisados nos estudos empíricos.....	120
Figura 12 – Desafios e falhas das ações coletivas	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB do agronegócio nacional (em R\$ bilhões*)	28
Gráfico 2 - Principais destinos do agronegócio em 2013.....	29
Gráfico 3 - Total de trabalhos defendidos e total de teses e dissertações em ações coletivas (por ano).....	94
Gráfico 4 - Teses e dissertações de ações coletivas no agronegócio por área de conhecimento	96
Gráfico 5 - Teses e dissertações de ações coletivas no agronegócio defendidas ao longo do período.....	97
Gráfico 6 - Divisão dos trabalhos em teórico, empírico ou teórico-empíricos.....	102
Gráfico 7 - Enfoques teóricos abordados pelas teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio	105
Gráfico 8 - Modelos aplicados de ações coletivas abordados nas teses e dissertações	110
Gráfico 9 - Técnicas de coleta de dados utilizadas	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre as formas de governança, segundo Powell (1990).....	31
Quadro 2 - Definição e características das estruturas complexas de governança em SAGs ..	34
Quadro 3 - Aspectos importantes da Teoria da Ação Coletiva	39
Quadro 4 - Comparação entre grupos pequenos e grandes	43
Quadro 5 - Heterogeneidade dos grupos.....	49
Quadro 6 - Resumo dos principais aspectos abordados pela Teoria da Ação Coletiva.....	52
Quadro 7 - Comparação entre Associações e Cooperativas	67
Quadro 8 - Categorias e subcategorias de análise	85
Quadro 9 - Total de teses e dissertações defendidas por área de conhecimento, por ano	98
Quadro 10 - Autores mais citados em cada enfoque teórico.....	106
Quadro 11 - Palavras-chave citadas nas teses e dissertações.....	111
Quadro 12 - Benefícios decorrentes de ações coletivas no agronegócio	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de programas e de cursos de mestrado e doutorado em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional no Brasil	88
Tabela 2 - Conceito CAPES dos cursos de mestrado e doutorado em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional	88
Tabela 3 - Teses e dissertações defendidas por área de conhecimento.....	93
Tabela 4 - Os cinco programas de Administração com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio	98
Tabela 5 - Os cinco programas de Economia com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio	99
Tabela 6 - Os três programas de Planejamento Urbano e Regional com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio	100
Tabela 7 - SAGs ou segmentos mais estudados	113
Tabela 8 - Abordagem metodológica utilizada pelos estudos sobre ações coletivas no agronegócio	114

LISTA DE SIGLAS

ABIC – Associação Brasileira da Indústria do Café
AIP – Associações de Interesse Privado
APL – Arranjo Produtivo Local
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE – Ceará
CPA – Cadeia Agroindustrial de Produção
CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNE – Conselho Nacional de Educação
CSA – Commodity System Approach
ECT – Economia dos Custos de Transação
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FURB – Universidade Regional de Blumenau
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho
ICA – International Cooperative Alliance
IES – Instituições de Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços-Mercado
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG – Minas Gerais
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná
OCERGS – Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul
OI – Organização Industrial
PENSA – Centro de Conhecimento em Agronegócios
PIB – Produto Interno Bruto
PR – Paraná
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
RS – Rio Grande do Sul

SAG – Sistema Agroindustrial

SC – Santa Catarina

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SP – São Paulo

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO AO ESTUDO.....	16
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	16
1.2	SITUAÇÃO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA PARA A PESQUISA.....	18
1.3	OBJETIVOS DO ESTUDO.....	21
1.3.1	Objetivo Geral.....	21
1.3.2	Objetivos Específicos.....	21
1.4	ESTRUTURA DO ESTUDO.....	22
1.5	DEFINIÇÃO DE TERMOS OPERACIONAIS DA PESQUISA.....	23
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1	ESTRUTURAS COMPLEXAS DE GOVERNANÇA EM SAGS.....	26
2.1.1	Considerações sobre o Agronegócio Brasileiro.....	26
2.1.2	Surgimento e Características das Estruturas Complexas em SAGs.....	30
2.2	A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA.....	35
2.2.1	Conceitos e Origem das Ações Coletivas.....	35
2.2.2	Fundamentos da Teoria da Ação Coletiva.....	39
2.2.2.1	Racionalidade Individual <i>versus</i> Racionalidade Coletiva.....	39
2.2.2.2	Tamanho e Composição dos Grupos.....	40
2.2.2.3	Heterogeneidade dos Grupos.....	47
2.2.2.4	Outros Aspectos Abordados pela Teoria da Ação Coletiva.....	50
2.2.2.5	Incentivos ao Surgimento, Desafios e Falhas Coletivas.....	54
2.3	AÇÕES COLETIVAS SOB DIFERENTES ENFOQUES NO AGRONEGÓCIO.....	60
2.3.1	Redes.....	61
2.3.2	Cooperativismo e Associativismo.....	64
2.3.3	<i>Clusters</i> , Arranjos Produtivos Locais e Aglomerados.....	68
2.4	ESTUDOS DO ESTADO DA ARTE.....	71
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	76
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	76
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA.....	78
3.3	COLETA DE DADOS.....	79
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	86

4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO.....	87
4.1	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SELECIONADOS	87
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PERÍODO 1998 A 2012.....	91
4.2.1	Caracterização das Teses e Dissertações sobre Ações Coletivas no Agronegócio .	95
4.3	ASPECTOS TEÓRICO-EMPÍRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS	102
4.4	CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESTUDOS E DOS MODELOS COLETIVOS ESTUDADOS.....	117
4.5	RELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DA AÇÃO COLETIVA.....	123
4.5.1	Subcategoria de Análise: Benefícios Proporcionados por Ações Coletivas	125
4.5.2	Subcategorias de Análise: Desafios, <i>Free Riders</i> , Comunicação, Reputação, Confiança, Reciprocidade, Liderança e Racionalidade Individual	128
4.5.3	Subcategorias de Análise: Relacionamento Formal ou Informal, Heterogeneidade, Sair e Entrar Voluntariamente, Tamanho do Grupo e Constituição Formal	133
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
	REFERÊNCIAS.....	146
	APÊNDICES	160
	APÊNDICE A – Autores e títulos das teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio	161
	APÊNDICE B – Autores e obras mais citadas em cada enfoque teórico	169

1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Nas últimas décadas, as organizações têm se deparado com expressivas mudanças de ordem política, econômica e social, geradas por forças de um mercado globalizado e marcado pela revolução tecnológica, pela concorrência acirrada, dentre outros aspectos. Diante dessa conjuntura, os agentes têm desenvolvido novas formas de governança baseadas na interação, na coletividade e na cooperação, a fim de se tornarem mais competitivos. Trata-se de formas complexas ou híbridas de governança que estão emergindo em resposta a um contíguo de diferentes transações realizadas de maneira conjunta e simultânea, transações essas que as outras estruturas de governança, como o mercado e a hierarquia, não conseguem mais responder (AUSTIN, 2001; SAUVÉE, 2002; MÉNARD, 2004; SANDLER, 2004).

Ações isoladas e individuais, muitas vezes, não dispõem de todos os recursos e condições necessárias para atender as atuais demandas por inovação, variedade e diferenciação, exigindo a formação de ações coletivas entre indivíduos e organizações para a promoção de tais resultados de maneira mais eficiente. Para Austin (2001), as organizações dificilmente conseguem obter desempenho financeiro sozinhas, precisam de cooperação, característica essa que marca o século XXI como a era das alianças. Ménard e Klein (2004) também mencionaram o crescente número de casos de relacionamentos interorganizacionais, apontando essas novas estruturas de governança como uma das maiores tendências nos Estados Unidos, na Europa e no mundo em desenvolvimento. Diante disso, o que se entende é que, atualmente, há a presença cada vez maior de parcerias entre indivíduos e organizações, caracterizando novas formas de negociação, baseadas em ações coletivas, as quais estão envolvendo as mais diversas regiões e setores da economia.

Em relação aos setores, Sauvée (2002), Ménard (2004), Zylbersztajn (2005b) e Schmidt (2010) apontam que o agronegócio, em seus variados Sistemas Agroindustriais (SAGs), tem sido fortemente permeado pela presença dessas estruturas complexas de governança. Isso significa que as firmas estão criando modelos organizacionais baseados na complementaridade, na coletividade, por meio de relacionamentos e laços de interdependência entre os mais diversos atores, o que é considerado fundamental para as economias agroalimentares. Complementando os apontamentos desses autores, Ménard e Klein (2004) já citavam que existe um crescente interesse no estudo de ações coletivas em redes agroindustriais, principalmente na Europa, considerando que vários novos periódicos,

como, por exemplo, *Supply Chain Management*, *Journal on Chain and Science Network* e *Social Networking*, têm destinado espaços consideráveis a essas questões.

Quando se trata de ações coletivas desenvolvidas em SAGs, diferentes são as formas coletivas encontradas: redes, *supply chain systems*, *netchains*, *clusters*, arranjos produtivos locais (APL's), marcas coletivas, parcerias, alianças, sistemas de cadeia de suprimento, cooperativas, sindicatos, associações e empreendedorismo coletivo (MÉNARD, 2004; SCHMIDT; SAES, 2008; ZYLBERSZTAJN, 2010). Não obstante, independente do formato em análise, a principal característica que define esses modelos como estruturas complexas baseadas em ações coletivas é a existência de acordos entre os atores, sendo esses formais ou informais, de forma que há compartilhamento de recursos, planejamento conjunto e obtenção de benefícios que dificilmente seriam alcançados por meio da atuação individual.

A partir disso, o que se percebe é a possibilidade de testemunhar sinergias extremamente benéficas para os diversos atores envolvidos em ações coletivas em SAGs, permitindo a obtenção de uma série de objetivos: aumento de receita, ganhos de escala e de aglomeração, redução dos custos de transação, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação (AUSTIN, 2001; SACHS, 2003; SAES, 2008; MAEDA; SAES, 2009). Além disso, Sachs (2003) afirma que nas ações compartilhadas entre empreendimentos, a presença simultânea dos elementos **concorrência** e **cooperação** proporciona, ainda, outras vantagens: a solução de problemas comuns, o aprimoramento da infraestrutura e de rede de serviços locais, a negociação com os poderes públicos locais e nacionais e a atuação conjunta nos mercados para compras e vendas compartilhadas, o que amplia a competitividade dos integrantes da ação conjunta.

Entretanto, a organização de ações coletivas em SAGs, justamente por se tratarem de formas complexas, também apresenta dificuldades, riscos e custos. Nesse sentido, Olson (1999) aborda que: *i*) indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover interesses comuns ou grupais, a menos que exista algum incentivo à parte do benefício coletivo ou alguma coerção para forçá-lo a cooperar; *ii*) existem dificuldades na coordenação de ações coletivas realizadas em grupos grandes; *iii*) há a presença de custos de organização, que são uma função crescente do número de indivíduos no grupo; *iv*) há a presença de *free riders*¹, indivíduos que não auxiliam na cooperação, mas que usufruem do esforço e resultado obtidos coletivamente.

¹ Traduzido para o português como: indivíduo carona, aproveitador.

Também Granovetter (1983) compartilha sobre os riscos das ações coletivas quando aborda a questão dos grupos homogêneos (laços fortes) e heterogêneos (laços fracos). Segundo o autor, a formação e a manutenção de grupos heterogêneos são marcadas por um alto nível de conflito mútuo, o que ocorre em função das acentuadas diferenças existentes entre os indivíduos de grupos heterogêneos. Todavia, apesar dos conflitos, Granovetter (1983) afirma que esses grupos, os laços fracos, agregam maior valor à ação conjunta, isso por serem compostos por membros, muitas vezes, desconhecidos e com ideias e experiências diversas, o que favorece a inovação. Por outro lado, os laços fortes possuem menos conflitos, mas agregam pouco valor, uma vez que, por serem formados por membros pertencentes a um mesmo círculo social, dispõem das mesmas informações e recursos existentes. O principal desafio então seria a obtenção de um equilíbrio entre a homogeneidade e heterogeneidade dos grupos (SCHMIDT, 2010).

Ocorre que, apesar dos desafios, riscos e custos, as ações coletivas são recorrentes nos mais distintos SAGs do Brasil e do mundo (SAUVÉE, 2002; MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005b; ZYLBERSZTAJN; FARINA, 2006). Isso permite inferir que, se essas estruturas de governança não fossem viáveis, elas não estariam se mantendo e recebendo enfoque da comunidade científica, principalmente, a partir de 1990. Porém, apesar da presença dessas formas complexas de governança no agronegócio e da existência de estudos científicos na temática (MÉNARD, 2004), até o momento, não se encontrou registros de pesquisas que se preocupassem com a compilação do que se tem produzido cientificamente, no Brasil, na área de ações coletivas no agronegócio. Sendo assim, com o intuito de preencher tal lacuna e de auxiliar na discussão sobre ações coletivas no agronegócio é que surge o interesse da pesquisadora em realizar este estudo sobre a produção científica existente na referida temática.

1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA PARA A PESQUISA

Ménard (2004) aponta que até meados da década de 1980, poucos estudos haviam sido publicados sobre as formas complexas de governança baseadas em ações coletivas, mas que a partir de 1990 estudos nessa área começaram a ocorrer com maior frequência, provavelmente buscando respostas a uma nova realidade que surgia nos SAGs: formas de coordenação e organização caracterizadas pela coletividade, complementaridade e cooperação entre indivíduos e firmas. Contudo, até o momento, não foram encontrados estudos que

apresentem uma compilação dos achados científico-empíricos a partir de teses e dissertações na temática de ações coletivas no agronegócio.

Em face dessa problemática, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: **como tem se desenvolvido a produção científica nacional sobre ações coletivas no agronegócio, com base em teses e dissertações defendidas entre 1998 e 2012?** Uma série de justificativas pode ser citada para explicar o interesse na realização desta pesquisa. A primeira delas se refere à importância da realização de estudos sobre a produção científica de uma determinada área. Nesse aspecto, vale destacar que não se encontraram registros desse tipo de estudos na área de ações coletivas no agronegócio, como já existem em outras áreas, a exemplo: Sustentabilidade (HAYDE; SCHMITT; DREHER, 2013); Empreendedorismo (GIUSTINA, 2005; BORBA, 2006; CASSOL, 2006); Contabilidade (LUNKES et al., 2011); Ciência da Informação (CASTRO, 2009); Gestão do Conhecimento (DUARTE, 2003); Estratégia (WALTER et al., 2010; WALTER; BACHL; BARBOSA, 2012); Engenharia de Produção (ANDRADE, 2012); Governança Corporativa e Sustentabilidade (HEINZMANN; TOMIO DREHER, 2012), entre outros.

Estudos sobre a produção científica em determinada área estão no centro dos debates acadêmicos, principalmente, a partir da década de 1990, seja sob a perspectiva das relações entre o avanço da ciência e da tecnologia, seja sob o progresso econômico e social (MACIAS-CHAPULA, 1998). Para Curty e Boccato (2005) e Leite Filho (2008), analisar a produção do conhecimento científico em uma determinada temática torna-se relevante no sentido de servir como referência para praticantes e estudiosos e, ainda, para que possa ocorrer a renovação do conhecimento naquela área. Ou seja, a produção científica deve ser estudada e repassada para a comunidade científica, a fim de aprimorar e gerar novos impulsos ao conhecimento da área, beneficiando pesquisadores e sociedade. Assim, estudos dessa natureza são produzidos para auxiliar na disseminação do conhecimento científico, contribuindo para o entendimento do estado da arte em um campo específico (SOUZA, et al., 2013).

Justifica-se, ainda, a escolha por dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Segundo Souza et al. (2013, p. 564), “as teses e dissertações são importantes componentes na disseminação do conhecimento científico”, uma vez que esses estudos demonstram as linhas e projetos de pesquisa dos orientadores, “que na maioria dos casos são pesquisadores seniores das suas respectivas áreas”. Ainda segundo esses autores, estudos sobre o conhecimento científico realizados com base em teses e dissertações permitem conhecer o estado da arte em uma determinada área de conhecimento. Dessa maneira, acredita-se que estudos realizados a partir de dissertações e teses, advindas de

programas de pós-graduação *stricto sensu*, possuam referenciais teóricos com maior completude e profundidade de análise, bem como, uma variedade de resultados dessas análises. Isso permite uma investigação mais sólida para esta pesquisa, haja vista que podem revelar o real cenário de como está o interesse de pesquisadores e de programas de pós-graduação, a partir dos orientadores que possivelmente já adotaram linhas de pesquisa na temática.

Em relação à importância dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, cabe destacar a opinião de Leite Filho (2008), quando afirma que esses programas são os formadores de pesquisadores, professores, mestres e doutores, indivíduos que contribuem para a produção do conhecimento, provocando, assim, a renovação e a robustez da produção científica de uma determinada área, refletida na comunicação de seus trabalhos.

Para além dessas justificativas, merece menção a escolha pela temática de ações coletivas. A Teoria da Ação Coletiva, quando comparada a outros campos de estudos, ainda é considerada incipiente e complexa (AUSTIN, 2001; MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005B; ZYLBERSZTAJN; FARINA, 2006), o que suscita a necessidade de mais reflexões e discussões. Nesse sentido, estudos que dissertem sobre a Teoria, sejam eles empíricos ou teóricos, tornam-se relevantes. Além disso, tem-se que as mais de duas décadas de pesquisas (a partir de 1990) já podem fornecer alguns questionamentos e respostas a respeito do desencadeamento da produção científica na área. Acredita-se que esse contexto pode fornecer importantes indicativos sobre um possível amadurecimento da perspectiva de estrutura de governança baseada em ações coletivas, no campo do agronegócio.

Esta pesquisa também contribui com o campo de estudo do agronegócio. O agronegócio brasileiro é fator de destaque, não apenas na economia nacional, sendo responsável por mais de 22,54% do Produto Interno Bruto (PIB) do País (em 2013), mas também no cenário mundial, caracterizando-se como um dos maiores exportadores do mundo, especialmente de alimentos (BARROS; ADAMI; ZANDONÁ, 2014; CEPEA, 2014). Nesse sentido, estudos sobre a produção científica nesse campo podem fornecer diversas informações a respeito, por exemplo, de casos de sucesso ou de fracasso de ações coletivas, de estratégias utilizadas e de benefícios obtidos pelos atores coletivos. Além disso, esta pesquisa auxilia na identificação dos programas que investigam ações coletivas, bem como, de quais formas de ações coletivas e SAGs são foco das investigações, entre outros aspectos.

Ainda sobre a justificativa de se estudar o campo do agronegócio, cita-se que essa opção da pesquisadora leva em consideração o fato de a mesma fazer parte da linha pesquisa de “Cadeias Produtivas” do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e

Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Assim, com esta pesquisa, busca auxiliar para os estudos realizados pelo Programa, na área do agronegócio.

Por fim, justifica-se o período de análise desta pesquisa (1998 a 2012), cuja escolha que se deu em função de a década de 1990 ter marcado o início dos estudos na área de ações coletivas como estruturas complexas de governança. Além disso, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponibilizar os dados referentes às dissertações e teses defendidas em cada programa, por instituição e por área, somente a partir de 1998 até 2012.

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos desta pesquisa estão divididos em geral e específicos.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a produção científica brasileira em ações coletivas no agronegócio, a partir da análise de teses e dissertações defendidas entre os anos 1998 e 2012. Para tanto, alguns objetivos específicos foram estabelecidos.

1.3.2 Objetivos Específicos

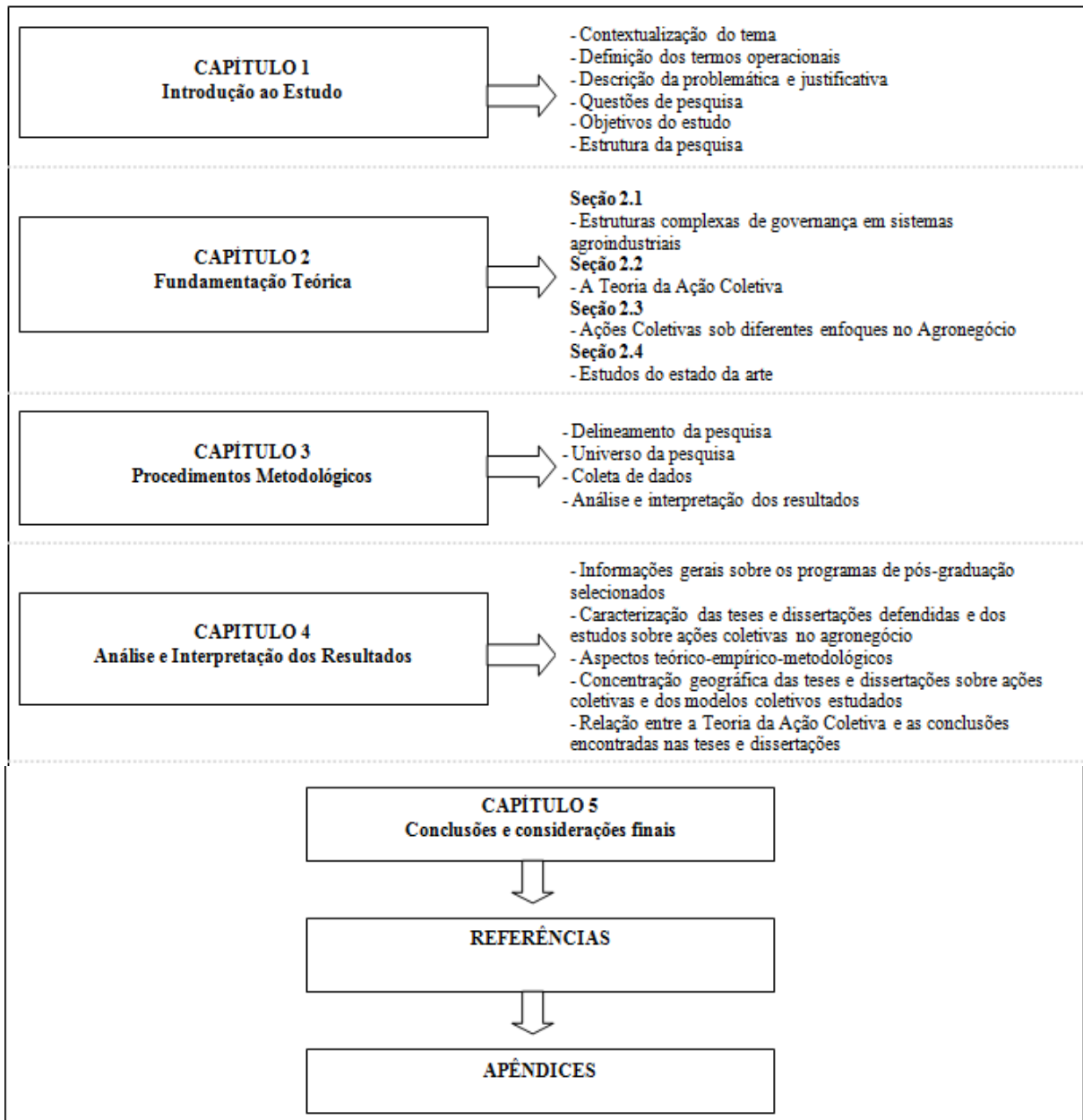
Os seguintes objetivos específicos fazem parte deste estudo:

- a) identificar e caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil que possuem relação com a linha de pesquisa de ações coletivas no agronegócio;
- b) descrever as teses e dissertações defendidas pelos cursos de doutorado e mestrado na área, bem como, os estudos no campo das ações coletivas no agronegócio;
- c) investigar os aspectos teórico-empírico-metodológicos que fundamentam as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio;
- d) mapear a concentração geográfica das teses e dissertações encontradas na temática e, também, a localização dos objetos alvo dos estudos empíricos;
- e) analisar os achados teórico-empíricos dos estudos, relacionando-os com os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos, incluindo esta introdução, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborada pela autora.

1.5 DEFINIÇÃO DE TERMOS OPERACIONAIS DA PESQUISA

Para um melhor entendimento da problemática e do escopo desta pesquisa, definem-se nesta seção os principais termos operacionais utilizados.

Estrutura de governança: expressa a forma de coordenação utilizada por indivíduos ou organizações. As principais são: mercado, hierarquia e híbrida.

Estrutura complexa/híbrida de governança: forma de coordenação intermediária (entre mercado e hierarquia), que contempla um misto de competição e cooperação. A ênfase é dada na coletividade, complementaridade e benefícios mútuos para os atores envolvidos na transação, o que envolve a confiança e a reputação como fatores fundamentais, mas não exclui a opção de contratos, formais e informais, para auxiliar na organização e coordenação desses relacionamentos.

Ações coletivas: união de esforços de dois ou mais atores que possuem interesses em comum e laços de interdependência entre si. Alguns sinônimos utilizados nesta pesquisa são: ações conjuntas e ações grupais.

Agentes/atores coletivos: indivíduos ou firmas que atuam de forma conjunta a partir de formas complexas baseadas em ações coletivas.

Teoria da Ação Coletiva: aporte teórico que estuda o comportamento grupal, envolvendo, principalmente, as óticas econômica e sociológica. O precursor da abordagem foi Mancur Olson, ao escrever *A Lógica da Ação Coletiva*, em 1965.

Enfoques teóricos: são abordagens teóricas derivadas das mais diversas formas de aplicação de ações coletivas, por exemplo: abordagem de *clusters*, de arranjos produtivos locais, de redes, de cooperativismo, entre outros.

Modelo aplicado de ações coletivas/modelo coletivo aplicado: formato que a ação coletiva assume em sua atuação prática (rede, *cluster*, cooperativa, associação, APL, entre outros).

Benefício coletivo ou grupal: é o resultado buscado/promovido a partir de ações coletivas.

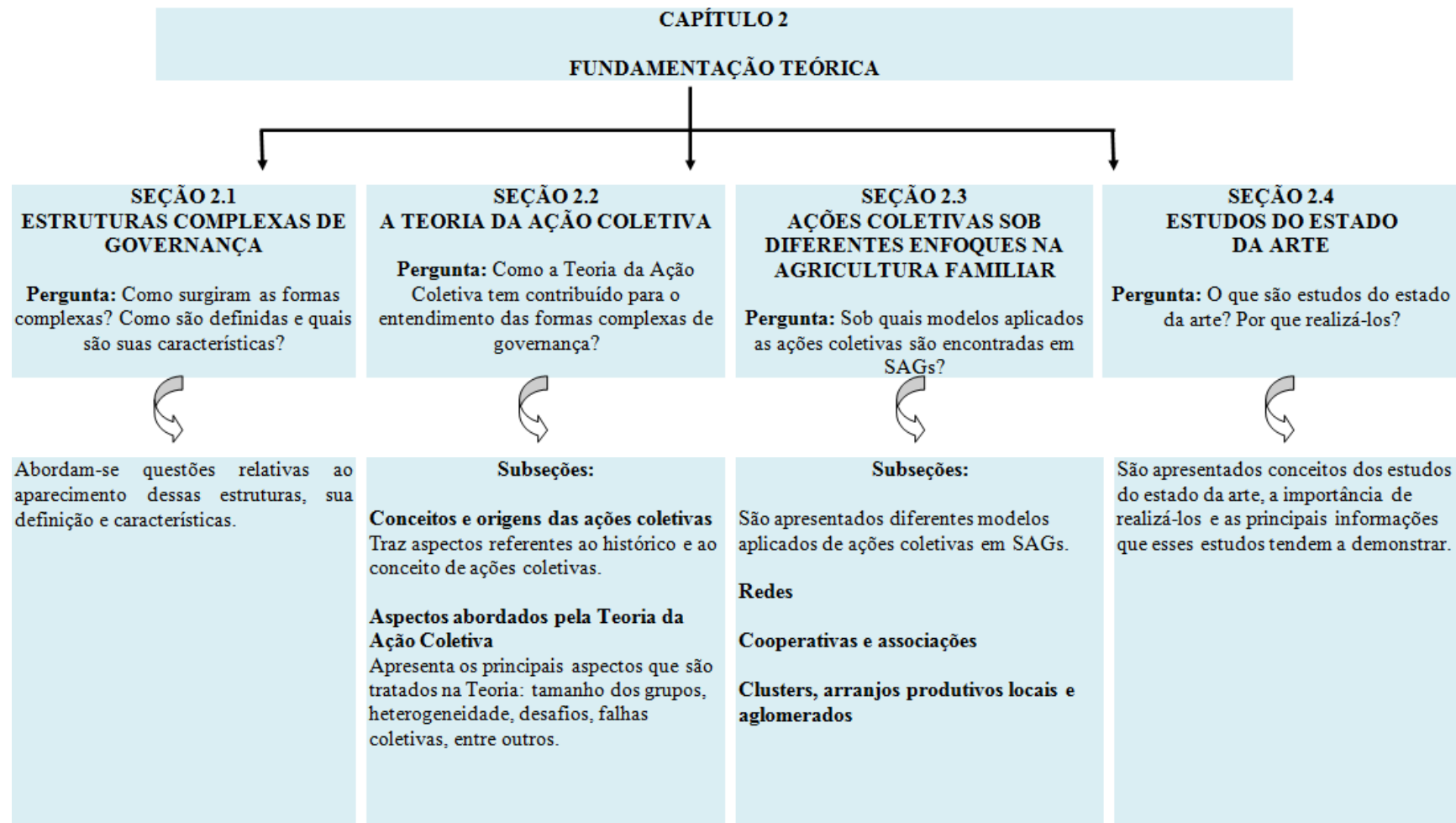
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da década de 1990, intensificaram-se os estudos sobre as formas complexas de governança em sistemas agroindustriais (SAGs) nos mais diversos países, inclusive no Brasil. Contudo, as características dessas estruturas ainda não são ao todo conhecidas e não se tem registro de pesquisas que sistematizem a produção científica na temática, o que suscita a relevância de mais reflexões sobre o assunto. Com o intuito de contribuir com essa discussão e, também, de embasar teoricamente esta pesquisa, neste capítulo busca-se responder as seguintes questões:

- a) como surgiram as formas complexas nos SAGs? Como são definidas e quais são suas características?
- b) como a Teoria da Ação Coletiva tem contribuído para o entendimento das formas complexas de governança?
- c) sob quais modelos aplicados as ações coletivas são encontradas em SAGs?
- d) o que são estudos do estado da arte em determinada área? Por que realizá-los?

Buscando responder essas perguntas, este capítulo está estruturado em quatro seções, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Estrutura do Capítulo 2: Fundamentação Teórica



Fonte: elaborada pela autora.

2.1 ESTRUTURAS COMPLEXAS DE GOVERNANÇA EM SAGS

Antes de apresentar o surgimento das formas organizacionais complexas em SAGs, acredita-se na importância de discorrer, mesmo que brevemente, sobre os conceitos de agronegócio e de sistemas agroindustriais e, também, sobre o atual cenário do agronegócio brasileiro. O objetivo de trazer tais considerações para este estudo não é o de retomada histórica sobre a origem dos termos (assunto já aprofundado em estudos como o de BATALHA; SILVA, 2001; ZYLBERSZTAJN, 2005b) e, tão pouco, o de esgotar os aspectos atuais do setor. O intuito é ponderar sobre a relevância do mesmo para a economia brasileira e mundial, suscitando a importância da realização de estudos na área. Sendo assim, na próxima subseção serão tratadas algumas considerações sobre o agronegócio brasileiro para, posteriormente, na subseção 2.1.2, serem apresentadas questões relativas ao surgimento das estruturas complexas em SAGs, bem como, seus conceitos e suas características.

2.1.1 Considerações sobre o Agronegócio Brasileiro

Segundo Zylbersztajn (2005a, 2005b), os pesquisadores John H. Davis e Ray A. Goldberg, da Universidade de Harvard, foram os primeiros a tratarem o SAG de forma sistematizada, propondo o termo *agribusiness*² para designá-lo. Para Davis e Goldberg (1957), agronegócio é a soma de todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, bem como, das operações de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, de processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos. A partir desse conceito, a visão tradicional do SAG dividido em setores da economia (agricultura, indústria e serviços) deu lugar a análise sistêmica, na qual a dependência entre as indústrias de insumo, de produção agropecuária, da indústria de alimentos e do sistema de distribuição não podia mais ser ignorada.

Em 1968, Goldberg ampliou o conceito de agronegócio apresentando a noção de *Commodity System Approach* (CSA). Nessa abordagem, as instituições começaram a fazer parte da análise sistêmica e a definição de *agribusiness* passou a englobar todas as instituições (como, por exemplo, as instituições governamentais e associações de comércio) que afetam os diversos elos pelos quais transitam os produtos. Assim, o enfoque CSA considera dois níveis de agregação dos SAGs: o primeiro, no âmbito da firma e o segundo que inclui os ambientes

² Traduzido para o português como “agronegócio”.

macroeconômico e institucional que, por sua vez, influenciam a capacidade de coordenação do SAG (ZYLBERSZTAJN, 2005a).

Além dessa, outra abordagem foi desenvolvida pela escola de economia industrial francesa, denominada análise de *filière*, ou Cadeia Agroindustrial de Produção (CPA). Os dois conceitos (CPA e CSA) possuem pontos convergentes e divergentes. Ambos compartilham do enfoque sistêmico, utilizam o conceito de sucessão de etapas e destacam o aspecto dinâmico do sistema agroindustrial. Já a principal diferença entre eles é a importância dada ao consumidor final como agente dinamizador da cadeia. Enquanto o conceito de CSA elege uma matéria-prima como ponto de partida da análise, o de CPA parte do mercado final em direção a uma matéria prima (BATALHA; SILVA, 2001). Somados ainda a esses dois diferentes enfoques, o grupo de pesquisa do Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA) realizou, na década de 1990, outros estudos sobre SAGs e uma nova abordagem surgiu, denominada metodologia PENSA (Figura 3).

Figura 3 - Modelo de Sistema Agroindustrial proposto pelo PENSA



Fonte: Zylbersztajn (2005b).

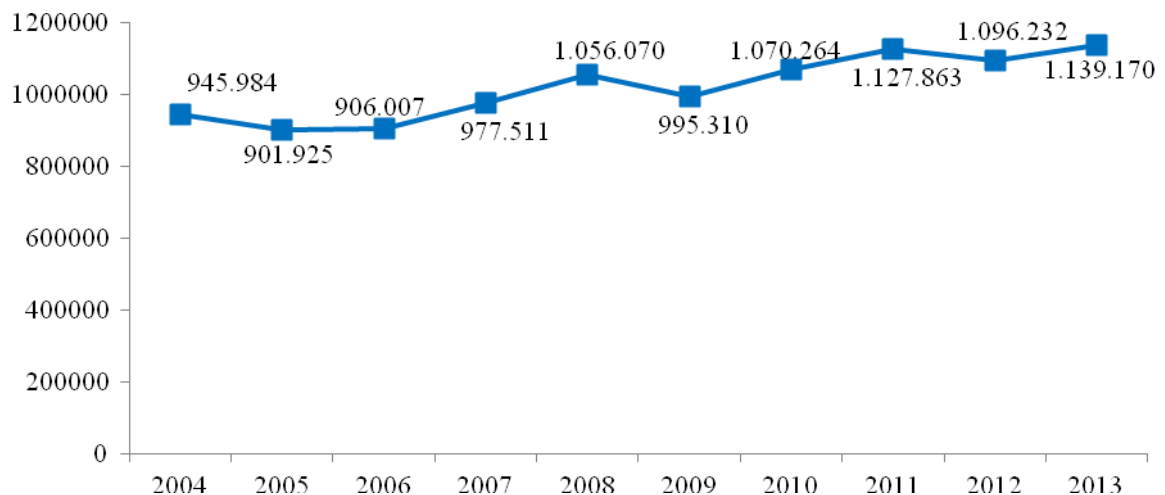
Essa abordagem aprofunda e ressalta a importância do ambiente institucional como agente regulador dos SAGs. De acordo com Zylbersztajn (2005a, 2005b), esse modelo acoplou uma nova vertente analítica aos trabalhos de Goldberg e à análise de *Filière*, em que tanto os aspectos micro-organizacionais como os macro-institucionais tornam-se relevantes na análise de SAGs.

Para além dessas considerações conceituais, pode-se dizer que, principalmente a partir da década de 1990, o agronegócio brasileiro vem apresentando desempenho positivo, caracterizando-se, atualmente, como uma das principais atividades econômicas nacionais. Somado a isso, nos últimos anos, o setor tem favorecido o avanço da economia brasileira em

âmbito mundial, sendo que o Brasil posiciona-se como um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, gerando substanciais superávits comerciais (NOVAES, et al., 2010; BARROS; ADAMI; ZANDONÁ, 2014).

Essa notoriedade do agronegócio no Brasil pode ser vista pela participação do setor no PIB nacional. De acordo com os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2015a), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ (Universidade de São Paulo – USP), essa participação tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Atualmente, o setor é responsável por mais de 20% do PIB nacional, sendo que, em 2013 (último dado disponível), o mesmo correspondeu a 22,54%.

Gráfico 1 - PIB do agronegócio nacional (em R\$ bilhões*)



Fonte: CEPEA (2015a).

* Valores a preços de dezembro de 2014, pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

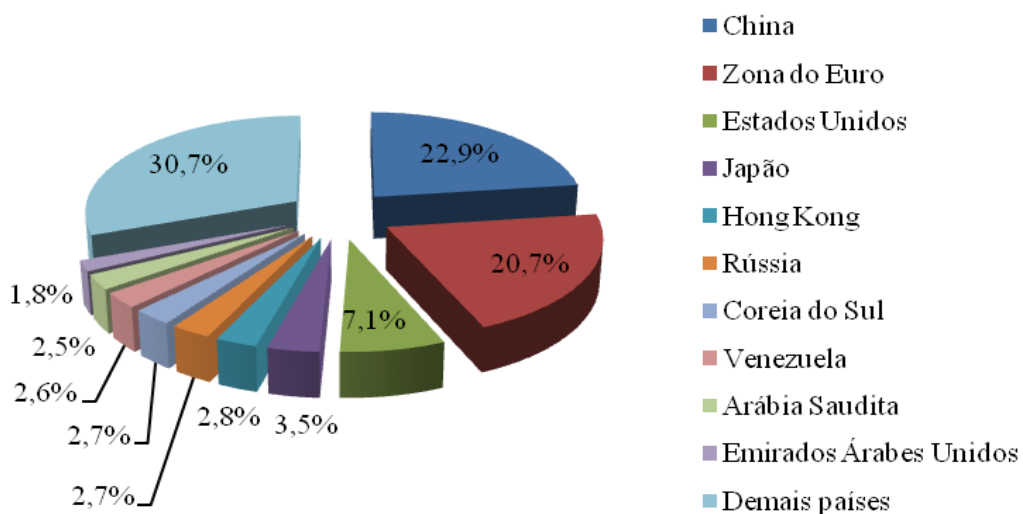
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), os principais produtos produzidos pelo agronegócio brasileiro na safra de 2013 foram: a cana-de-açúcar (739.267.042 ton), a soja (81.699.787), o milho (80.538.495 ton) e a mandioca (21.225.782 ton). Os dados preliminares para 2014 apontam que esses mesmos itens compuseram os primeiros lugares na lista dos produtos mais produzidos pelo agronegócio brasileiro. No entanto, a cana-de-açúcar e o milho diminuem a quantidade produzida para 689.962.235 ton e 78.756.177 ton, respectivamente. Os estados que figuram entre os maiores produtores brasileiros dessas commodities são: Pará, na produção de mandioca; Mato Grosso,

na produção de soja e milho, e São Paulo, destaque na produção de cana-de-açúcar, sendo responsável por mais de 56% do total produzido no Brasil.

Em âmbito mundial, considerando a receita com as exportações do agronegócio brasileiro, Barros, Adami e Zandoná (2014), em artigo disponível no CEPEA, apontam o valor de US\$ 101,5 bilhões em 2013, valor esse que corresponde a 4% superior ao do ano 2012 e, sendo assim, um novo recorde, em termos nominais. Esse aumento refere-se, especialmente, a expansão no volume exportado, uma vez que esse teve crescimento de 14,2% no ano 2013. Dessa forma, “como a Balança Comercial brasileira apresentou superávit de apenas US\$2,5 bilhões em 2013, o agronegócio contribui para amenizar o saldo comercial dos outros setores da economia, uma vez que gerou superávit comercial da ordem de quase US\$ 83 bilhões” (BARROS; ADAMI; ZANDONÁ, 2014, p.1).

No que se refere aos principais destinos do agronegócio brasileiro (Gráfico 2), a China se consolida como a principal parceria comercial, abarcando 22,9% do faturamento. Em seguida, a Zona do Euro participa de outros 20,7% na receita gerada. Em terceiro e quarto lugar estão, respectivamente, os Estados Unidos e o Japão, respondendo por 7,1% e 3,5% em termos de faturamento das exportações brasileiras. Já em relação aos principais produtos exportados pelo agronegócio, segundo Barros, Adami e Zanodá (2014), são os cereais/leguminosas/oleaginosas para China e Zona do Euro, e os produtos florestais para os Estados Unidos.

Gráfico 2 - Principais destinos do agronegócio em 2013



Fonte: Adaptado de Barros, Adami e Zandoná (2014).

Ressalta-se que o destaque que o agronegócio brasileiro está assumindo na economia nacional e mundial tende a continuar, pois, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2013), as projeções do agronegócio brasileiro 2012/13 a 2022/23 mostram que a próxima década caminha com foco na competitividade e na modernidade, fazendo da utilização permanente da tecnologia um caminho para a sustentabilidade. As estimativas mostram crescimento do setor agropecuário e florestal nesse período, o que possibilitará abastecer anualmente um total de 200 milhões de brasileiros, além de gerar excedentes exportáveis para algo em torno de 200 países. Isso reflete um mercado agrícola e pecuário interno forte, bem como, uma balança comercial que gera um *superávit* de mais de 100 bilhões de dólares a cada ano.

Especificamente em relação à produção de grãos, essa deverá passar de 184,2 milhões de toneladas em 2012/2013 para 222,3 milhões em 2022/2023, indicando um acréscimo de 38,0 milhões de toneladas à produção atual do Brasil (o equivalente a 20,7%). Porém, isso pode chegar, ainda nos anos 2022/2023, a 274,8 milhões de toneladas, o que demandará esforços em relação à infraestrutura, investimento em pesquisa e financiamento. Essas estimativas são compatíveis com a expansão da produção de grãos nos últimos dez anos, em que a produção cresceu 56,4%. Isso significa que há potencial de crescimento para atingir os valores projetados. Lembra-se ainda que, por mais que o Brasil apresente, nos próximos anos, um grande aumento de exportações, o mercado interno continuará sendo um importante fator de crescimento (MAPA, 2013).

Com base no exposto, percebe-se que o agronegócio brasileiro está em evidência na economia nacional e mundial e que tal notoriedade tende a continuar, o que indica a relevância de estudos na área. Feitas essas breves considerações sobre a definição e o cenário atual do setor, no próximo tópico aborda-se o surgimento das estruturas complexas nos sistemas agroindustriais.

2.1.2 Surgimento e Características das Estruturas Complexas em SAGs

As estruturas de governança em SAGs eram inicialmente baseadas no *trade off* entre mercado e hierarquia. Sendo assim, duas vertentes teóricas eram utilizadas para amparar os estudos sobre mecanismos de governança: a Organização Industrial (OI), que possuía análise setorial, e a Economia dos Custos de Transação (ECT), preocupada em estudar as transações individualmente e com a coordenação vertical da produção. Essas duas abordagens pareciam

compatíveis para explicar os arranjos institucionais observados em sistemas agroindustriais até meados da década de 1980 (MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005b).

Ocorre que, a partir da década de 1990, diversos estudos empíricos começaram a apresentar formas alternativas de organização ou, ainda, formas que envolviam a simultaneidade das transações. Ou seja, no mundo real, passaram a ser observados arranjos institucionais que integravam um misto de transações realizadas via mercado, em conjunto com transações integradas verticalmente e, ainda, um universo de contratos com desenhos e formatos distintos. Surgiam aí estruturas organizacionais complexas, cujos estudos de transações isoladas (ECT), bem como, a análise setorial (OI) não davam mais conta de explicar (MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005b).

Powell (1990), em um estudo intitulado “*Neither market nor hierarchy: network forms of organization*”³, já apontava a existência de estruturas complexas, as quais ele denomina de redes. Powell (1990) entende que há três formas de estruturas de governança: o mercado, a hierarquia e a rede, apresentando a diferença entre cada uma delas, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 - Comparação entre as formas de governança, segundo Powell (1990)

Principais características	Formas		
	Mercado	Hierarquia	Rede
Base normativa	Contrato – Direitos de propriedade	Relacionamento empregatício	Forças de relacionamento
Meios de comunicação	Preços	Rotinas	Relacional
Meios de resolução de conflitos	Recorre aos tribunais	Poder de <i>fiat</i> – supervisão	Normas de reciprocidade Preocupação com reputação
Grau de flexibilidade	Alto	Baixo	Médio
Quantidade de comprometimento entre as partes	Baixo	Médio para alto	Médio para alto
Tom ou clima	Precisão e/ou suspeita	Formal e burocrático	Aberto, benefícios mútuos
Preferências ou opções do ator	Independente	Dependente	Independente

Fonte: Powell (1990, p. 300, tradução nossa).

³ Traduzido para o português como: Nem mercado, nem hierarquia: redes como forma de organização

Pode-se observar que as características predominantes em cada forma de governança se divergem. Por exemplo, o relacionamento no mercado é definido por meio de contratos, enquanto na hierarquia predomina o contrato empregatício, e na forma de rede ocorre uma complementaridade de forças. Da mesma forma, os meios de comunicação entre elas também são distintos. Os preços se sobrepõem ao relacionamento no caso da estrutura de mercado, as rotinas internas predominam na hierarquia e o relacionamento com cada parceiro assume papel primordial na estrutura de rede. Observando as diferenças, entende-se que, enquanto a forma de governança complexa, denominada por Powell (1990) como rede, baseia seus relacionamentos mais motivados pela complementaridade, coletividade e reputação e as formas de mercado e hierarquia recorrem mais a vias como contratos e supervisão para realizar e controlar suas relações.

Ainda sobre a origem dessas estruturas complexas, Williamson (1991) também já as abordava sob a nomenclatura de formas híbridas de governança, dizendo que a ECT era criticada justamente por lidar somente com mecanismos extremos de organização, o mercado e a hierarquia, negligenciando as estruturas intermediárias. De acordo com Zylbersztajn (2005b), essas organizações complexas eram inicialmente chamadas de “formas estranhas”, mas, para Coase, essas estruturas não são em nada estranhas, pelo contrário, representam exatamente as formas que os agentes encontram para coordenar a produção de forma mais eficiente, devido a existência de custos de transação.

Segundo Ménard (2004), quando se trata dessas formas intermediárias de governança, o terreno é inconstante e o vocabulário é instável, uma vez que, além dos termos “híbrido”, “complexo” e “rede”, podem ser encontradas, ainda, outras nomenclaturas, como: franquias, marcas coletivas, parcerias, cooperativas, alianças, *clusters*, arranjos, sistemas de cadeia de suprimento, entre outros. Sobre essa variedade de arranjos, Ménard (2004) ainda comenta que, devido a sua natureza e suas vantagens e desvantagens, cada caso deve ser analisado individualmente, o que não é gratificante do ponto de vista teórico. Ou seja, ou o conceito de híbrido se estende numa família de formas que ainda necessita de uma teoria explicativa, ou esse conceito encontra uma explicação na teoria dos mercados e hierarquias. Contudo, apesar de serem estruturas complexas, com formas variadas e que cada caso deve ser analisado individualmente, as mesmas possuem algumas características singulares e regulares apresentadas na literatura.

Entre essas características recorrentes, pode-se citar a presença de acordos entre agentes, que se ajustam mutuamente com pouca ajuda do sistema de preços e sem uma propriedade unificada. Isso significa que há uma divisão de recursos, o que é o mínimo

exigido para que uma estrutura seja caracterizada como complexa (MÉNARD, 2004). Decorrente dessa principal característica, outras ainda são recorrentes e aparentes nessas estruturas, independente da interpretação, modelo aplicado ou formato em análise, sendo elas: *pooling*, contratos e competição (MÉNARD, 2004). O *pooling* de recursos (compartilhamento de recursos) quer dizer que, independente da estrutura complexa em análise, ela é orientada para a organização de atividades por meio da coordenação e cooperação interfirmas, de maneira que as principais decisões são tomadas em conjunto. A partir dessa característica, segundo o mesmo autor, decorrem ainda outras: *a*) por compartilharem recursos, as firmas estão à mercê de comportamentos oportunistas e, por isso, a correta escolha dos agentes que fazem parte da ação ou transação é fundamental; *b*) realizam planejamento conjunto, assim, a complexidade de decompor as tarefas entre os parceiros e a dificuldade de coordenação tornam-se fatores preponderantes, além da concepção de mecanismos para monitorar o acordo; *c*) existem assimetrias informacionais, por isso, o desenvolvimento de um sistema de informações adequado entre os parceiros é fator de sobrevivência para as formas híbridas. Ainda em relação ao compartilhamento de recursos, outro fator é citado, trata-se da continuidade da relação. Essa continuidade requer cooperação e coordenação, isto é, os agentes devem aceitar perder parte da autonomia que teriam no caso de uma relação via mercado e também devem aceitar perder benefícios decorrentes do controle que a hierarquia poderia proporcionar.

Em relação à segunda característica, que se refere aos contratos, Ménard (2004) cita que esses podem ser formais ou informais e que fornecem maneiras de regular as transações entre os agentes das formas híbridas, de modo que criem uma reciprocidade transacional. São importantes para a cooperação entre os parceiros, podendo trazer vantagens (como garantia de partilha de recursos escassos) e desvantagens (como situações imprevisíveis e que não estão previstas no contrato).

Por último, a competição é outra regularidade das formas complexas. De modo geral, essas estruturas se formam em mercados altamente competitivos em que o agrupamento de recursos é visto como uma maneira de lidar com incertezas para sobreviver. Sendo assim, parceiros nessas formas de governança cooperam, mas também competem. Eles podem cooperar em algumas atividades e competir em outras, ou ainda mudar de um arranjo híbrido para outro, dependendo da necessidade de investimentos específicos (MÉNARD, 2004). Buscando resumir as características recorrentes nas estruturas complexas de governança, bem como, os conceitos e os termos utilizados para se referir as mesmas, segue o Quadro 2.

Quadro 2 - Definição e características das estruturas complexas de governança em SAGs

Estruturas complexas de governança	
Definição	Referem-se a formas de coordenação intermediárias (entre mercado e hierarquia), que contemplam um misto de competição e cooperação. A ênfase é dada na coletividade, complementaridade e benefícios mútuos para os atores envolvidos na transação, o que envolve a confiança e a reputação como fatores fundamentais, mas não exclui a opção de contratos, formais e informais, para auxiliar na organização e coordenação desses relacionamentos (POWELL, 1990; ZYLBERSZTAJN, 1995b; MÉNARD, 2004).
Outros termos utilizados para designá-las	Redes (POWELL, 1990) Formas híbridas de governança (WILLIAMSON, 1991; MÉNARD, 2004) Formas contratuais complexas (ZYLBERSZTAJN, 1995b) Formas complexas e confusas (MÉNARD, 2004) Formas de governança intermediária (ZYLBERSZTAJN, 1995b; WILLIAMSON, 1991; MÉNARD, 2004) Outros termos encontrados nessa literatura: franquias, marcas coletivas, parcerias, cooperativas, alianças, <i>clusters</i> , arranjos, sistemas de cadeia de suprimento, etc. (MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2010)
Características recorrentes	
<ul style="list-style-type: none"> - compartilhamento de recursos; - possibilidade de ações oportunistas; - planejamento conjunto; - assimetria de informações; - continuidade da relação / reputação; 	<ul style="list-style-type: none"> - cooperação; - competição; - coordenação; - contratos formais e informais; - reciprocidade transacional.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do quadro, entende-se que regularidades e recorrências surgem em um conjunto heterogêneo de arranjos híbridos. Essas regularidades também podem estar presentes nas estruturas de mercado e hierarquia, todavia, as formas complexas possuem uma mistura enraizada de cooperação e competição que subordina o papel fundamental desempenhado pelos preços nos mercados e pelo comando nas hierarquias (MÉNARD, 2004). Isso vem ao encontro do que Williamson (1991) já dizia, que as estruturas híbridas não são nem mercado e nem hierarquia, são arranjos tão bons quanto ou, em alguns casos, melhores do que essas estruturas.

Com base no exposto, acredita-se que a questão número um deste capítulo foi respondida. Nesse aspecto, entende-se que as estruturas complexas surgiram nos SAGs, principalmente, a partir da década de 1990, para cobrir uma lacuna no que se refere à governança dos mesmos, uma vez que o mercado e a hierarquia, até então, as únicas formas aceitas para gerir os SAGs, não eram mais suficientes para explicar os novos arranjos que

emergiam. Arranjos esses que envolvem a simultaneidade de transações realizadas pelo mercado, por vias internas às firmas e, ainda, por contratos com desenhos e formatos distintos. Dessa forma, referem-se a formas de coordenação intermediárias, que integram, ao mesmo tempo, competição e cooperação, caracterizando-se como sistemas de governança baseados na coletividade, complementaridade e benefícios mútuos para os atores envolvidos na transação, os quais necessitam de organização e coordenação.

A partir dessa análise, é possível inferir que as estruturas complexas de governança abrangem as mais variadas formas de ações coletivas, uma vez que essas se baseiam na atuação conjunta de indivíduos e firmas com o propósito de geração de benefícios comuns. De acordo com Schmidt (2010), as ações coletivas têm sido constantemente diagnosticadas em SAGs, apresentando-se como sistemas competitivos emergentes. Nesse sentido, o próximo tópico aborda, especificamente, aspectos relacionados à Teoria da Ação Coletiva.

2.2 A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

A discussão sobre os interesses individuais e os da coletividade em relação ao uso e geração de benefícios comuns há muito desafia pesquisadores (POTEETE; OSTROM; JANSSEM, 2011). Decorrente desse desafio, a Teoria da Ação Coletiva (inicialmente proposta por Mancur Olson, em 1965, com a obra “A Lógica da Ação Coletiva”) tem sido amplamente citada e utilizada para entender o comportamento grupal, uma vez que a mesma busca dar uma explicação econômica para a ação conjunta, superando a simples resposta existente até então de que os indivíduos/firmas se uniam pura e simplesmente por concordarem com o propósito do grupo (MOE, 1980; NASSAR, 2001; SANDLER, 2004). Assim, ao longo desta seção, busca-se responder a pergunta dois deste capítulo: Como a Teoria da Ação Coletiva tem contribuído para o entendimento das formas complexas de governança?

2.2.1 Conceitos e Origem das Ações Coletivas

De acordo com Olson (1999), uma ação coletiva surge a partir de interesses comuns em que indivíduos planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Essa atuação coordenada tem origem num reconhecimento consciente de interesses comuns. Corroborando com isso, Nassar (2001, p. 27) aborda que o “alinhamento de interesses em uma ação coletiva não está na equivalência do interesse próprio da pessoa, mas sim no fato de que os indivíduos

têm necessidades em comum e que somente podem ser obtidas por meio de ações em conjunto”. Sendo assim, as ações coletivas podem ser entendidas como a união de esforços de dois ou mais atores, tais como indivíduos, empresas, instituições ou nações, necessária à obtenção de um resultado. A ação coletiva envolve interações estratégicas em que as escolhas de um ator e suas consequências são dependentes de suas próprias ações e as dos outros (SANDLER, 2004).

Além dessas definições, as ações coletivas podem ser compreendidas por diversas formas de associativismo, tais como entidades de representação, de compra e venda, de poupança e crédito, prospecção de vendas nos mercados externos, controle de qualidade, entre outros. Geralmente, as pequenas empresas têm problemas para a obtenção desses aspectos, cuja superação pode ser alcançada por meio de ações coletivas (SACHS, 2003). Dessa forma, uma ação coletiva é decorrente da união entre agentes que possuem interesses comuns, acreditando que, individualmente, é impossível ou mais difícil de obter um determinado objetivo do que em grupo.

A noção de que ações coletivas existem para promover interesses grupais é tida desde a antiguidade. Hardin (1997) comenta que, ao longo dos séculos, grupos se mobilizam em duradouras e sangrentas vinganças ou ainda travam duelos por causa da honra e que tais comportamentos foram, muitas vezes, explicados como ação coletiva. Além disso, Olson (1999) cita que Aristóteles já escrevia sobre a criação de associações para a promoção de vantagens comuns. Também Sandler (2004, p. 17, *tradução nossa*) aborda que “a partir do momento em que os primeiros seres humanos andavam eretos, indivíduos tem contato com ações de grupo para defesa, combustível, alimentos, reconhecimento, caridade e segurança”⁴.

Ao tratar das primeiras abordagens sobre ações coletivas, Nassar (2001) menciona a Teoria dos Grupos, estabelecida por John Ricardo Commons, em 1950. Commons (1950 apud OLSON, 1999) afirmava que os grupos eram mais legitimamente representativos da população do que as próprias legislaturas, significando que tais grupos, como os sindicatos, as organizações rurais e as cooperativas, eram as instituições mais importantes da sociedade e o vigor da democracia. Sendo assim, Commons tratava os grupos sob argumentos políticos.

Sob outra visão, Mancur Olson, ao propor *The Logic of Collective Action*⁵, em 1965, apresentou pela primeira vez uma explicação econômica para a concepção dos grupos (NASSAR, 2001). Esse enfoque econômico para a ação conjunta é explicado a partir da noção

⁴ *From the time when humans first walked upright, individuals have relied on the actions of the group for defense, fuel, food, reconnaissance, charity, and safety.*

⁵ A Lógica da Ação Coletiva

de que o comportamento grupal somente acontece para obter em grupo um benefício que dificilmente seria obtido de forma individual. Segundo Sandler (2004), nas últimas décadas, poucos livros de economia tem alcançado a abrangência e o duradouro e profundo impacto que “A Lógica da Ação Coletiva” tem atingido. Ainda segundo o autor, a análise dos problemas relacionados à ação coletiva transcendeu a economia e alterou a forma de pensar sobre comportamento grupal, isso em sociologia, antropologia, direito e ciência política.

Moe (1980) já apontava que, antes de “A Lógica da Ação Coletiva”, a questão da ação grupal parecia ter uma resposta simples, qual seja, que as pessoas se juntam em grupos porque as mesmas concordam com os objetivos do grupo. Assim, por muito tempo não havia um argumento para confirmar ou desafiar as noções tradicionais sobre grupos pluralistas. Ainda segundo Moe (1980, p. 593, *tradução nossa*), “A Lógica mudou tudo isso.”⁶ Olson foi capaz de chegar a uma série de conclusões sobre a formação de grupos de interesse, sendo a principal delas que, exceto em grupos pequenos, os indivíduos não contribuirão para o objetivo grupal, a menos que existam incentivos para isso.

Sendo assim, pode-se entender que Olson (1999) apresenta uma nova forma de pensar a razão pelas quais indivíduos ou organizações participam de ações coletivas. Ele se opõe a teoria tradicional do comportamento grupal⁷ dizendo que grupos pequenos e grandes não podem ser explicados à luz de uma mesma teoria e, ainda, que indivíduos não se unem apenas porque possuem interesses comuns, pelo contrário, precisam de incentivos. Inclusos nessa contribuição de Olson (1965) à Teoria da Ação Coletiva, outros aspectos ainda são analisados pelo autor: a racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva, o tamanho dos grupos, a constatação de *free riders* na formação dos grupos, os benefícios públicos e os incentivos seletivos. Todos esses aspectos, juntamente com as contribuições de outros autores, descritos a seguir, serão vistos mais detalhadamente a partir da próxima subseção.

Além de Olson, outros dois nomes merecem destaque no que se refere à Teoria da Ação Coletiva: Mark Granovetter e Elinor Ostrom⁸. O primeiro deles, Mark Granovetter, apresenta contribuições relevantes por meio de duas obras: *The Strength of weak ties*⁹ (1973) e *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*¹⁰ (1985). No primeiro estudo, Granovetter (1973) aponta a existência de laços fortes e fracos na formação

⁶ *The Logic changed all of this*

⁷ A teoria tradicional presume que a participação dos indivíduos em ações coletivas é universal e que tanto os grandes como os pequenos grupos tendem a atrair seus membros pelas mesmas razões.

⁸ Elinor Ostrom é cientista política e recebeu o Prêmio Nobel de Economia no ano de 2009, juntamente com Oliver Williamson.

⁹ Traduzido para o português como: A força dos laços fracos

¹⁰ Traduzido para o português como: Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão

de grupos, cuja força (maior ou menor) de um laço é determinada pela combinação da quantidade de tempo, de intensidade emocional, de intimidade e de serviços recíprocos que caracterizam o laço. Já no segundo estudo, Granovetter (1985) faz a proposta da imersão ou enraizamento – palavras utilizadas para a tradução de *embeddedness*, afirmando que comportamentos e instituições não podem ser analisados como elementos independentes, uma vez que são compelidos por contínuas relações sociais.

Em relação à contribuição de Elinor Ostrom, essa se deu, principalmente, pelo conjunto de sua obra *Governing the Commons*¹¹ (1990) e pelo seu trabalho *Collective Action and Local Development Processes*¹² (2007). Na primeira obra, Ostrom (1990) busca entender o porquê indivíduos cooperam em um dilema social se eles poderiam ser caronas e se aproveitarem das contribuições dos outros indivíduos do grupo. Dessa maneira, a autora aborda as questões relacionadas às falhas coletivas por meio dos modelos *Tragedy of the Commons* (A tragédia dos Comuns) e *The Prisoner's Dilemma Game* (O dilema dos Prisioneiros). Já na segunda obra, Ostrom (2007) apresenta três fatores que influenciam no surgimento e manutenção de ações coletivas: a reputação, a confiança e a reciprocidade. Nos casos de aumento nos níveis de um ou mais desses elementos a cooperação pode crescer ao longo do tempo. Da mesma forma, a diminuição nos níveis de reputação, de confiança e de reciprocidade pode arrefecer a cooperação grupal.

Esses três fatores e, conseqüentemente, a probabilidade de indivíduos cooperarem e alcançarem objetivos grupais são influenciados ainda por outras oito variáveis, chamadas por Ostrom (2007) de estruturais. São elas: *a*) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; *b*) a forma de divisão dos benefícios (se subtraídos ou totalmente compartilhados); *c*) a heterogeneidade dos participantes; *d*) a comunicação face a face; *e*) a forma da função de produção; *f*) a existência de informações sobre ações passadas; *g*) a ligação dos indivíduos; *h*) a possibilidade dos indivíduos entrarem e saírem voluntariamente.

Unindo as contribuições desses pesquisadores (Olson, Granovetter e Ostrom), é possível ter a seguinte relação de aspectos abordados e tratados pela Teoria da Ação Coletiva (Quadro 3).

¹¹ Traduzido para o português como: Governando os Comuns

¹² Traduzido para o português como: Ação Coletiva e Processos de Desenvolvimento Local

Quadro 3 - Aspectos importantes da Teoria da Ação Coletiva

Autor	Obra	Principais aspectos abordados
Mancur Olson	A Lógica da Ação Coletiva (1965)	a) racionalidade individual <i>versus</i> racionalidade coletiva; b) o tamanho dos grupos; c) a presença de <i>free riders</i> na formação dos grupos; d) os benefícios públicos; e) os incentivos seletivos;
Mark Granovetter	A Força dos Laços Fracos (1973)	f) a relação entre laços fortes e fracos dentro de uma rede;
	Ação Econômica e Estrutura Social: o Problema da Imersão/Enraizamento (1985)	g) imersão dos atores;
Elinor Ostrom	Governando os Comuns (1990) - A Tragédia dos Comuns - O Dilema dos Prisioneiros	h) a análise do porquê indivíduos cooperam em um dilema social se eles poderiam ser caronas; i) modelos de falhas coletivas
	Ação Coletiva e Processos de Desenvolvimento Local (2007)	j) a importância da confiança, reputação e reciprocidade; k) oito critérios que influenciam a probabilidade do indivíduo cooperar: 1) o número de participantes; 2) a divisão dos benefícios; 3) heterogeneidade dos participantes; 4) comunicação face a face; 5) função de produção; 6) presença de ações passadas; 7) forma que os indivíduos estão ligados; 8) possibilidade de entrar e sair voluntariamente.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Olson (1999), Granovetter (1973; 1985) e Ostrom (1990; 2007).

Visualizando as contribuições dos três autores citados, percebe-se que alguns aspectos são comuns à análise dos mesmos, tais como: “*tamanho dos grupos*” (Olson) e “*número de participantes*” (Ostrom); “*benefícios públicos*” (Olson) e “*benefícios compartilhados ou subtraídos*” (Ostrom); “*laços fracos e fortes*” (Granovetter) e “*heterogeneidade de participantes*” (Ostrom). Tais aspectos, juntamente com outros, serão mais detalhados na próxima subseção, que trata dos fundamentos da Teoria da Ação Coletiva.

2.2.2 Fundamentos da Teoria da Ação Coletiva

2.2.2.1 Racionalidade Individual *versus* Racionalidade Coletiva

Ao analisar a questão da racionalidade dos indivíduos *versus* a racionalidade coletiva, Olson (1999) contraria a lógica existente de que, para a ação grupal, basta que os indivíduos tenham objetivos comuns e que estejam cientes de que todos ficarão numa situação melhor se esse interesse for atingido. Dessa forma, o autor contesta a visão de que os grupos

de indivíduos que possuem interesses comuns agem por tais interesses da mesma forma que pessoas isoladamente agiriam por um interesse pessoal. Ao propor a análise da racionalidade dos indivíduos *versus* a racionalidade coletiva, Olson (1999) afirma que:

mesmo que todos os indivíduos de um grupo grande sejam racionais e centrados nos próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns ou grupais (OLSON, 1999, p. 14).

Ostrom (2007) complementa essa afirmação, quando menciona que se cada indivíduo age de acordo com cálculos que maximizem os benefícios de curto prazo para si mesmo, a previsão é que as pessoas tendem a agir gerando resultados mais baixos de forma conjunta do que realmente poderiam gerar. Isso significa que todos os indivíduos poderiam estar numa posição melhor se cooperassem, mas, por serem racionais e auto interessados, isso nem sempre ocorre. Assim, as pessoas não atuarão de forma coletiva somente por terem objetivos comuns, uma vez que acreditam que o esforço despendido individualmente será maior do que o benefício que poderá ser obtido por meio da ação conjunta. A partir disso, tem-se que o grupo somente agirá em favor dos interesses comuns caso haja coerção para forçá-los a tanto, ou ainda, algum incentivo à parte – além da realização do objetivo – para que eles ajudem a arcar com os custos do ônus envolvido no alcance dos objetivos grupais (OLSON, 1999). Dessa maneira, os aspectos “racionalidade” e “auto interesse” não são suficientes para que a ação coletiva ocorra: incentivos ou coerções são necessários.

Ainda refletindo sobre a questão da racionalidade coletiva, pode-se citar Granovetter (1985), quando faz a proposta da imersão. Segundo o autor, os comportamentos e instituições não podem ser analisados como elementos independentes, haja vista que são compelidos por contínuas relações sociais. Dessa forma, os atores não se comportam e nem tomam decisões como átomos externos a um contexto social, pelo contrário, suas tentativas de realização de ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. Pode-se entender então, que indivíduos ou organizações não têm como se desviar da presença da coletividade enquanto forma de pensar, viver e agir.

2.2.2.2 Tamanho e Composição dos Grupos

Antes de abordar os aspectos especificamente relacionados ao tamanho e composição dos grupos, vale destacar que Olson (1999) inclui o conceito de bens públicos como fator motivador para a formação grupal, afirmando que, os indivíduos, sempre instigados pelo auto

interesse, deveriam unir-se para suprir os bens coletivos necessitados, uma vez que, individualmente, nenhum ator arcará com seu custo (NASSAR, 2001). Esses benefícios públicos, também chamados de coletivos, segundo Olson (1999), referem-se a todo e qualquer benefício que, se for consumido por qualquer indivíduo do grupo, não pode viavelmente ser negado a outros membros do mesmo grupo. Ou, ainda, o fato de uma meta ou propósito ser comum a um grupo significa que ninguém no grupo ficará excluído do proveito ou satisfação proporcionada por sua consecução. O autor não exclui a possibilidade de organizações proporcionarem benefícios não coletivos ou não públicos, mas em seu foco de análise prevalece a geração de benefícios públicos e não o contrário.

Contudo, para Ostrom (2007), algumas vezes, Olson confunde situações em que o consumo de benefícios por um indivíduo subtrai os benefícios de outros, com situações em que esse consumo não diminui a parcela disponível para os outros indivíduos. Levando isso em consideração, Ostrom (2007) define esses benefícios como “subtraídos” ou “totalmente compartilhados”, em que os primeiros se referem aos bens não públicos – de Olson – e, o segundo, aos bens públicos.

Diante de grupos que oferecem bens coletivos, Olson (1999) observa dois aspectos: o “efeito imperceptível” e a constatação de *free riders*. No primeiro caso, como os grupos tornam-se maiores, as contribuições individuais para a ação coletiva tendem a ser maior do que a proporção que o indivíduo percebe do bem público compartilhado individualmente, tornando-se mais difícil para cada membro verificar quais são os retornos de sua contribuição. No que se refere ao *free rider*, o autor cita que, diante de uma ação grupal que tem por objetivo um benefício público, alguns membros podem agregar um alto valor a esse benefício comum e despender esforço para obtê-lo. Porém, nem todos os membros necessariamente desejam o bem público com a mesma intensidade e, sendo assim, não tem o mesmo incentivo para arcar com o ônus do objetivo. Esses últimos podem ser considerados “caronas”, haja vista que, sabendo que poderão se beneficiar do benefício público, não incorrem esforços para que o mesmo se concretize. Brito (2001, p. 154) complementa o conceito de *free rider* quando diz que “*free-riding* é o oposto de cooperação”¹³. Sendo assim, entende-se que os “caronas” referem-se a indivíduos que não arcam com o ônus da promoção de um bem coletivo, uma vez que são cientes que podem, mesmo com a inação, usufruir o bem tanto quanto os outros membros do grupo.

¹³*Free-riding is the opposite of cooperation.*

Feitas essas exposições iniciais sobre bens públicos para formação dos grupos, pode-se partir agora, especificamente, para as considerações sobre o tamanho e composição dos grupos. Para Ostrom (2007), o impacto do tamanho dos grupos tem sido um considerável debate teórico nas ações coletivas. Grandori e Soda (1995), por exemplo, já afirmavam que o número de unidades a ser coordenada é uma importante variável organizacional e apontaram que há diferenças entre ações grupais compostas por um baixo ou por um alto número de indivíduos ou organizações. Nesse sentido, Olson (1999) também já defendia que grupos grandes e pequenos não podem ser explicados à luz de uma mesma origem ou causa fundamental, apresentando algumas características e diferenças entre grupos grandes e pequenos.

De modo geral, Olson (1999) não acredita na eficiência dos grandes grupos, apontando os grupos menores como mais eficientes, uma vez que nesses é mais fácil incutir a contribuição individual para a ação grupal. Essa constatação se deve principalmente a três fatores. O primeiro deles é que em grupos menores a percepção do benefício alcançado coletivamente é maior para cada membro individualmente. Isso envolve ainda outros aspectos. Um deles está ligado ao fato de que os grupos pequenos “podem ser perfeitamente capazes de proverem-se de um benefício coletivo pura e simplesmente por causa da atração individual que o benefício tem para cada um de seus membros” (OLSON, 1999, p. 48). Ou seja, em grupos pequenos o interesse grupal pode ser obtido pela ação voluntária, única e exclusivamente por meio do auto interesse dos indivíduos pelo bem coletivo. O contrário é verdadeiro. A teoria defende que, quanto maior o grupo, mais longe ele ficará de alcançar o nível ótimo de obtenção do bem coletivo. Ou ainda, que é menos provável que tais grupos atinjam até mesmo uma quantidade mínima do bem coletivo. Assim, “quanto maior for o grupo, menos ele promoverá seus interesses em comuns” (OLSON, 1999, p. 48).

Ainda sobre a maior facilidade de obtenção do bem coletivo por um grupo pequeno em detrimento de um grande grupo, o autor afirma que, mesmo em grupos menores, o benefício coletivo não tende a ser provido em um nível ótimo. Olson (1999) chama isso de “tendência à subotimidade” e isso ocorre pela característica intrínseca do bem público, isto é, que os membros do grupo não podem ser impedidos de consumir. Dessa forma, se um indivíduo obtiver algum pequeno retorno de qualquer novo gasto que tenha para obter novas quantidades do bem, ele mesmo interromperá a aquisição do benefício antes que a quantidade ótima tenha sido obtida. Assim, quanto maior o grupo, mais longe ficará de obter o nível ótimo de provimento do bem coletivo.

O segundo aspecto relacionado à maior eficiência de grupos pequenos, é que nesses grupos a não contribuição de um membro é mais perceptível, isto é, a presença de indivíduos que não cooperam (caronas), mas que usufruem dos benefícios coletivos é detectada mais facilmente. Nesse sentido, é menos provável a existência de *free riders*, uma vez que os outros membros percebem sua presença e buscam formas de reagir a não cooperação desses indivíduos. O que ocorre em grupos grandes é que é mais difícil de visualizar os caroneiros, o que favorece a sua proliferação.

O terceiro e último aspecto está ligado aos custos de organização e coordenação, em que quanto menor for o grupo, mais baixos serão os custos envolvidos na ação coletiva. Levando esses aspectos em consideração, o Quadro 4 apresenta a comparação entre grupos grandes e pequenos, justificando os motivos pelos quais Olson (1999) defende a maior eficiência dos grupos menores.

Quadro 4 - Comparação entre grupos pequenos e grandes

	Grupos pequenos	Grupos grandes
Percepção do benefício alcançado	É maior	É menor
Constatação de <i>free riders</i>	Facilmente	Difícilmente
Custos de organização e coordenação	Baixos	Altos
Ação voluntária	Facilmente ocorre	Difícilmente ocorre
Nível de benefício alcançado	Próximo ao nível ótimo	Distante do nível ótimo

Fonte: elaborada pela autora, com base em Olson (1999).

Ostrom (2007) também fala sobre diferenças existentes em relação ao número de participantes em um grupo. Contudo, ao contrário de Olson, a autora não é enfática em afirmar que quanto menor o grupo, maior a probabilidade de provisão de benefícios. Para Ostrom (2007), nos casos de bens públicos, totalmente compartilhados, o tamanho do grupo tem um efeito positivo sobre a probabilidade que o bem será fornecido, ou seja, quanto maior o grupo, maior a possibilidade de geração do bem, o que contradiz a colocação de Olson.

Por outro lado, Ostrom (2007) também afirma que, nos casos de benefícios subtraídos, também denominados por ela como recursos comuns, não ocorre a mesma situação: o tamanho do grupo é negativamente relacionado à probabilidade de provisão de bens. Como se percebe, as opiniões dos dois autores divergem no que se refere à influência do tamanho do grupo na probabilidade de provisão de benefícios públicos ou totalmente compartilhados (enquanto para Olson um aumento no número de participantes do grupo prejudica a provisão do benefício, para Ostrom ocorre o contrário). O que não se pode dizer é

se há convergência ou divergência das opiniões no que se refere à forma como o tamanho do grupo influencia na geração de bens subtraídos ou não públicos, já que esse não é o foco de análise de Olson.

Outros estudos também abordam a influência do tamanho do grupo para a provisão de benefícios, se contrapondo à visão de Olson sobre a maior eficiência dos grupos pequenos em detrimento dos grupos grandes. É o caso, por exemplo, do estudo de Bates e Shepsle (1995), em que os autores buscavam compreender como ocorre a geração e o fornecimento de bens públicos em sociedades que viviam sob a forma de organização baseada na idade (geração sobrepostas), como foi o caso da maior parte da África. Os resultados encontrados por Bates e Shepsle (1995) foram que a provisão de bens públicos é positivamente correlacionada com o tamanho do grupo, ou seja, um aumento da população reforça os incentivos a fornecer bens públicos. Da mesma forma, um declínio demográfico pode reduzir os incentivos para a provisão desses bens. O estudo também reitera que nessas sociedades organizadas em gerações sobrepostas, os incentivos necessários para o fornecimento de bens públicos são mais facilmente encontrados, quanto maior for a população. Consequentemente, quanto maior o número de indivíduos que possa contribuir para essa provisão, mais membros estarão dispostos para aderir estratégias que sustentam a provisão de bens públicos.

Outro estudo, de Agrawall (2000), também apresenta visão diferente da de Olson sobre o tamanho dos grupos. Para Agrawall, autores como Olson, quando afirmam a maior eficiência dos grupos menores, focam somente a dinâmica interna do grupo, ou seja, a relação entre os membros do grupo, esquecendo-se de analisar os impactos das relações de um grupo com outros grupos. Nesse sentido, Agrawall (2000), ao estudar os casos de conselhos florestais, assume uma relação curvilínea entre o tamanho do grupo e a ação coletiva. O autor defende que a ação coletiva bem sucedida não depende apenas da formação dos grupos, mas também da realização do objetivo para o qual foi constituída. Ele cita o exemplo dos conselhos florestais: os grupos maiores tem mais facilidade de alcançar o objetivo da ação, qual seja, a proteção da floresta. Já os grupos menores são menos propensos a atingir esse benefício. O contrário ocorre quando se trata de organizar a ação coletiva, em que grupos pequenos têm mais facilidade de se organizar do que grupos grandes. Em resumo, formar um grupo é diferente de fazer com que o mesmo atinja seu objetivo.

Assim, o estudo de Agrawall (2000) assume que há diferença entre organizar uma ação coletiva e fazer com que a mesma alcance seu objetivo: grupos pequenos têm mais facilidade de organização, enquanto grupos grandes tem mais facilidade de alcançar benefícios comuns. Todavia, o autor também afirma que o crescimento de um grupo somente

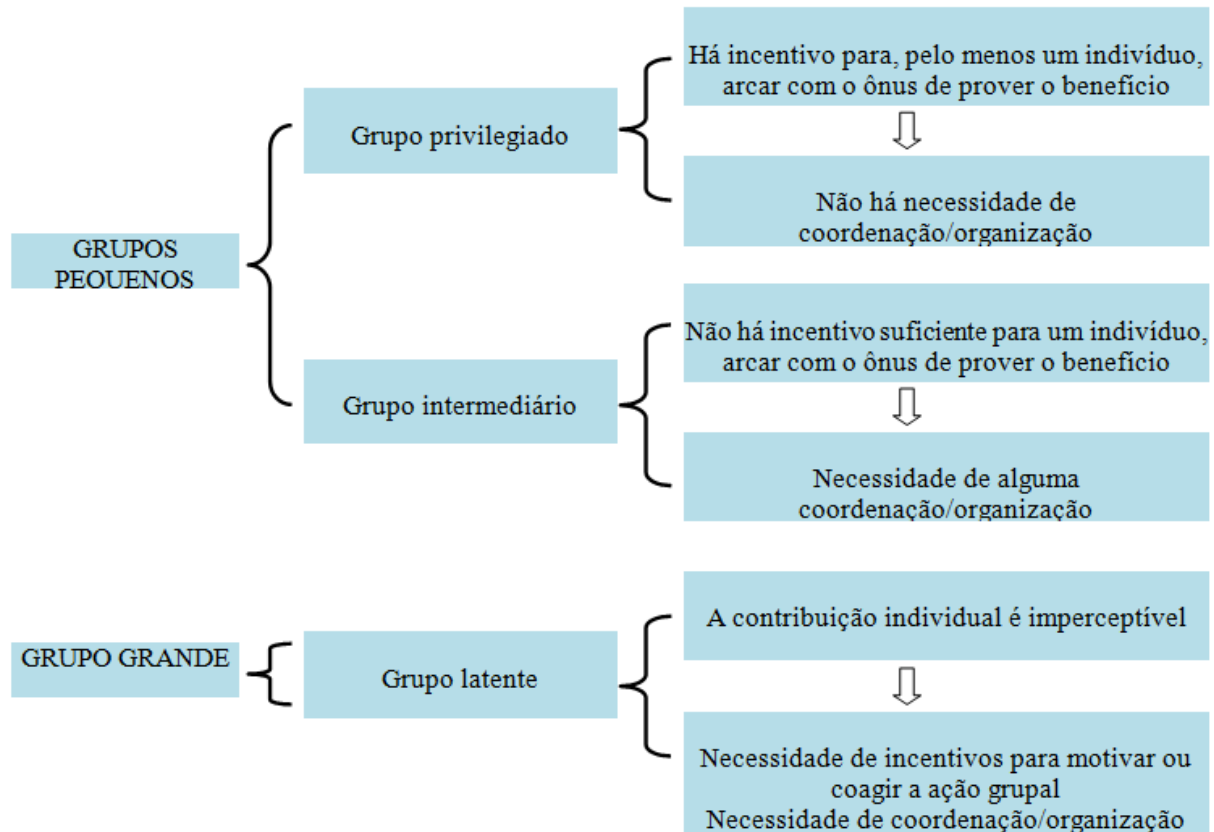
é viável até certo ponto, quando os custos de coordenação se tornam tão altos que podem superar os benefícios. Nesse caso, os grupos grandes se tornam menos eficientes do que os pequenos. O que se entende então, é que o tamanho do grupo é fator fundamental para a ação coletiva, mas não somente isso, o objetivo da ação grupal também deve ser considerado. Dependendo do objetivo, grupos menores são mais eficientes e o contrário é verdadeiro. Da mesma forma, organizar é mais fácil em grupos pequenos, enquanto os grandes grupos tem primazia no que se refere ao alcance do objetivo.

Analisando essas visões, ora diferentes, ora complementares, cabe destacar a opinião de Ostrom (2007) sobre o tamanho dos grupos como forma de conclusão sobre o tópico. Para a autora, a maneira como o tamanho do grupo pode afetar a probabilidade de cooperação depende da forma como as outras variáveis estruturais são também afetadas pelo tamanho de um grupo, tais como: a heterogeneidade do grupo, a existência de informações passadas, a forma com que os indivíduos estão ligados, entre outros. Assim, complementando a análise do tamanho e composição dos grupos, Olson (1999) cria a chamada “Taxonomia dos grupos”.

Por meio da taxonomia dos grupos, os mesmos podem ser classificados, de acordo com o seu tamanho, em três tipos: privilegiado, intermediário e latente. Os dois primeiros se referem a grupos pequenos, enquanto o último se trata de grupos grandes (OLSON, 1999). A principal diferença entre grupos privilegiados e intermediários está na necessidade ou não de coordenação, ou seja, se no primeiro grupo pelo menos um dos indivíduos tem incentivo para se esforçar pelo benefício coletivo, mesmo que tenha de arcar sozinho com o ônus, significa que não há necessidade de uma coordenação ou organização grupal. Por outro lado, no grupo intermediário, nenhum membro obtém individualmente uma parte do benefício coletivo suficientemente grande para incentivá-lo a prover o interesse coletivo sozinho. No entanto, é um grupo que não possui tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se um outro não está auxiliando para a promoção do benefício. Assim, o interesse comum pode ser obtido somente por meio de alguma coordenação ou organização grupal.

No caso dos grupos latentes, esses se referem a grupos compostos por um grande número de pessoas, cuja contribuição individual é imperceptível pelos outros membros, não existindo motivação à contribuição para a realização do interesse comum. Dessa forma, os incentivos (sendo positivos ou negativos, como se verá mais adiante) seriam necessários para motivar ou coagir os membros à atuação grupal. As diferenças entre os três tipos de grupos citados podem ser visualizadas na Figura 4.

Figura 4 - Taxonomia dos grupos



Fonte: elaborada pela autora, com base em Olson (1999).

Além dessas diferenças apresentadas entre os tamanhos dos grupos, Hardin (1982 apud LACERDA, 2011) faz outra interpretação sobre o assunto ao afirmar que a questão crucial para a resolução de problemas de ação coletiva é a superação da latência do grupo.

Nos termos de Olson, grupos pequenos têm mais chances de superar sua latência e tornarem-se grupos privilegiados (*privileged*), enquanto grandes grupos tendem a continuar latentes, ou seja, sem conseguir suprir o bem que é do interesse comum de seus membros. O ponto é se haverá uma fração (subgrupo ou indivíduo) que se disporá, dada a razão entre benefício e custo, a assumir os custos do provimento do bem público. Caso o benefício supere em muito os custos da consecução do bem, até mesmo um grande grupo poderá superar sua latência, desde que uma fração dessa coletividade perceba que ganhará ainda que assuma todos os custos do provimento. Em geral, é mais fácil o surgimento dessa fração em grupos de menor dimensão (LACERDA, 2011, p. 154).

Dessa forma, entende-se que grupos grandes dificilmente conseguirão superar a sua latência, haja vista que é pouco provável que alguns membros assumam o ônus da consecução do objetivo grupal. Sendo assim, em sua análise sobre o tamanho e a composição dos grupos, Olson (1999) deixa clara a supremacia de grupos pequenos em relação aos grupos grandes, em função dos motivos já expostos: latência dos grupos, a presença de *free riders*, os custos

de organização e coordenação e a percepção do benefício alcançado. Findando a questão do tamanho dos grupos, outro importante aspecto citado na Teoria da Ação Coletiva trata-se da heterogeneidade dos grupos.

2.2.2.3 Heterogeneidade dos Grupos

A análise sobre heterogeneidade dos grupos pode ser observada nos estudos de Olson (1965), Granovetter (1973) e Nassar e Zylbersztajn (2004). Contudo, há significativas diferenças entre os trabalhos desses autores, tanto no que se refere ao grau de profundidade de análise, como no significado de heterogeneidade grupal, pontos esses que ficarão mais claros no decorrer deste tópico.

Olson (1999, p. 34) trata a questão da heterogeneidade dos grupos ao afirmar que “a dificuldade de analisar a relação entre o tamanho e o comportamento do indivíduo no grupo se deve em parte ao fato de que cada indivíduo em um determinado grupo pode conferir um valor diferente ao benefício público almejado pelo grupo”. Nessa colocação do autor é possível verificar a existência de diferentes graus de interesse entre os membros do grupo, quando o mesmo afirma que há membros que *conferem valor distinto a um mesmo bem*, o que pode ser entendido então como grupos heterogêneos. Além disso, o autor ainda comenta que:

É nos grupos menores, caracterizados por um considerável grau de desigualdade – isto é, em grupos de membros de “tamanho” desigual ou desigual grau de interesse pelo benefício coletivo – que há a probabilidade maior de que o benefício coletivo seja provido, já que quanto maior o interesse da parte de cada membro pelo benefício, maior a probabilidade de que cada membro obtenha uma porção tão significativa do ganho total trazido pelo benefício que saia ganhando ao se esforçar para que o benefício seja provido mesmo que tenha de arcar com todo o custo sozinho (OLSON, 1999, p. 46).

Diante desse apontamento, novamente percebe-se a presença e análise da heterogeneidade dos grupos quando o autor cita que indivíduos de um mesmo grupo possuem tamanhos desiguais, inclusive no que se refere ao grau de interesse. Diante desse fato, tem-se que grupos pequenos e com membros de diferentes níveis de interesses (heterogêneos) são mais propícios a promover benefícios coletivos, uma vez que alguns membros – preferencialmente os que possuem maior interesse no resultado grupal – arcam com o ônus de prover esse bem. Decorre dessa situação, uma “exploração dos grandes pelos pequenos”, isto é, os membros que possuem grau inferior de interesse no benefício não se esforçam tanto quanto poderiam, tendo em vista que esses sabem que outros indivíduos farão isso por terem maior interesse no resultado (OLSON, 1999, p. 46).

Com base no que Olson (1999) expõe, pode-se dizer que o autor aborda a questão da heterogeneidade dos grupos, especificamente, heterogeneidade de interesses. Todavia, ele não aprofunda essa análise no sentido de, por exemplo, apontar diferenças entre a probabilidade de provisão de bens quando se compara grupos homogêneos e heterogêneos, grandes e pequenos, entre outros aspectos. Além disso, ressalta-se que o autor não apresenta os termos *heterogeneidade de grupos* quando realiza a análise anteriormente citada, contudo há entendimento que os termos “tamanho desigual”, “desigual grau de interesse” e “conferir um valor diferente a um bem” remetem a noção de existência de heterogeneidade grupal.

Outro estudo sobre grupos heterogêneos e, conseqüentemente, homogêneos, trata-se da obra “*The Strength of weak ties*” de Mark Granovetter (1973), em que o autor insere a noção de laços fortes e fracos na composição dos grupos, especialmente unidos sob a forma de rede. Segundo Granovetter (1973), os laços fortes são aqueles que envolvem uma relação de esforço, confiança e reciprocidade entre os membros e que perduram por um longo período do tempo, como, por exemplo, laços entre amigos, parentes e vizinhos. Nesse tipo de laços, as relações ocorrem com alto grau de credibilidade e influência e os membros comumente fazem parte de um mesmo círculo social. Já os laços fracos se caracterizam por indivíduos com experiência e informações diversas, em que a reciprocidade e a confiança não assumem papel tão importante.

Diante disso, entende-se que os laços fracos podem também ser vistos como grupos heterogêneos, enquanto os laços fortes são caracterizados pela homogeneidade. Sendo assim, na visão de Granovetter (1973) os grupos heterogêneos estão em melhor posição para difundirem inovações do que os homogêneos, isso por serem formados por indivíduos com experiências, ideias e vivências diferentes. As características dos laços fortes e fracos e sua importância para o benefício coletivo serão tratadas mais adiante, na Teoria de Redes. O que cabe para esta subseção é visualizar que, para Granovetter, os grupos heterogêneos (laços fracos) são considerados mais positivos ao alcance do objetivo grupal do que os laços fortes e homogêneos. Além disso, a homogeneidade e heterogeneidade analisadas pelo autor referem-se às características dos membros envolvidos.

Outros autores, mais recentemente, também abordam a questão da heterogeneidade nos grupos. É o caso do estudo de Nassar e Zylberstajn (2004) que, ao estudar Associações de Interesse Privado (AIPs) no agronegócio brasileiro, definem o critério de separação entre grupos homogêneos e heterogêneos, grandes e pequenos. No estudo, os autores apresentam a heterogeneidade das AIPs sob dois pontos de vistas complementares, quais sejam: a heterogeneidade de estrutura que as organizações associadas assumem (ou seja, se são

cooperativas, *trading companies*, empresas de capital, entre outras) e, conseqüentemente, a heterogeneidade de interesses. De modo geral, o resultado do estudo aponta para a heterogeneidade como sendo um aspecto dificultador para a provisão de benefícios coletivos.

Para os autores:

Todo grupo grande, heterogêneo em sua base, seus objetivos tenderão a ser difusos e generalistas. Nos grupos homogêneos, as ações implementadas tendem a alinhar-se com os objetivos pré-estipulados, enquanto nos grupos heterogêneos, em virtude dos custos de monitoramento, nem sempre as ações são equivalentes aos objetivos estabelecidos (NASSAR; ZYLBERSZTAJN, 2004, p. 146).

Dessa maneira, nos grupos pequenos e homogêneos, bens coletivos são providos por todos os associados, uma vez que há alinhamento de interesses entre eles. Já nos grupos grandes e heterogêneos, a provisão de bens comuns tende a ser subótima, já que o *free rider* deixa mais caro o custo unitário. O que se percebe nesse último estudo é a análise da heterogeneidade de características e de interesses em que a probabilidade de grupos homogêneos e menores promoverem benefícios coletivos é maior se comparada aos grupos grandes e heterogêneos.

Diante dos estudos que tratam da heterogeneidade (OLSON, 1999; GRANOVETTER, 1973; NASSAR E ZYLBERSZTAJN, 2004), observam-se as seguintes diferenças (Quadro 5).

Quadro 5 - Heterogeneidade dos grupos

Autor	Aspecto analisado	Consequência da heterogeneidade para a provisão do benefício
Olson (1999)	Heterogeneidade dos interesses dos membros	Positiva
Granovetter (1973)	Heterogeneidade de ideias	Positiva
Nassar e Zylbersztajn (2004)	Heterogeneidade de características e de interesses dos membros	Negativa

Fonte: elaborado pela autora, com base em Olson (1999); Granovetter (1973); Nassar e Zylbersztajn (2004).

Como pode ser visualizado, enquanto Olson (1999) e Granovetter (1973) concluem que a heterogeneidade é vantajosa para a provisão de benefícios grupais, Nassar e Zylbersztajn (2004) apontam maior vantagem dos grupos homogêneos em detrimento dos heterogêneos. Contudo, deve-se observar também, que se tratam de estudos que analisam a heterogeneidade sob pontos de vista distintos: Granovetter (1973) analisa a heterogeneidade

pautada nas ideias existentes entre os indivíduos, enquanto Olson (1999) e Nassar e Zylbersztajn (2004) analisam a heterogeneidade voltada para a diferença de interesses, além da diferença de características dos membros, no caso das AIPs. Além disso, por mais que Olson (1999) aponta a existência de grupos heterogêneos em interesse, a temática não é foco de sua análise e, portanto, não analisa essa questão em profundidade. Ao contrário, Nassar e Zylberstajn (2004) possuem como principal foco de estudo a separação de organizações de interesse em grupos homogêneos e heterogêneos, tratando-se assim de uma análise mais detalhada sobre essa questão.

Levando em consideração essas diferenças, cabe destacar a visão de Ostrom (2007) quando afirma que na literatura existem muitos argumentos que apontam a heterogeneidade como um impedimento para a cooperação. Todavia, para a autora, o impacto da heterogeneidade para uma ação coletiva não pode ser visto de maneira isolada (analisar somente o fato de o grupo ser homogêneo ou heterogêneo, seja em grau de interesse, seja em outras características), mas depende de como outras variáveis são afetadas – conforme já apresentadas anteriormente.

Além desses, outros aspectos são tratados na Teoria da Ação Coletiva. A próxima subseção aborda os diferentes fatores que não foram detalhados até o momento.

2.2.2.4 Outros Aspectos Abordados pela Teoria da Ação Coletiva

Além das contribuições relativas à racionalidade coletiva, ao tamanho e composição dos grupos e a sua heterogeneidade, outros fatores também são tratados na Teoria da Ação Coletiva, tais como: *a)* a comunicação face a face; *b)* a forma da função de produção; *c)* a existência de informações sobre ações passadas; *d)* a forma como os indivíduos estão interligados; a possibilidade dos indivíduos entrarem e saírem voluntariamente; *e)* a importância da liderança; *f)* a importância da constituição formal.

Sobre o primeiro deles, **a comunicação face a face**, Ostrom (2007) afirma que a eficácia da comunicação parece estar relacionada ao aumento da confiança que os indivíduos adquirem quando promessas são feitas em um ambiente face a face. Quando eles estão em uma situação repetida, eles usam a oportunidade de comunicação para discutir desvios de promessas feitas, entre outros aspectos. Assim, o diálogo face a face aumenta a probabilidade de que as pessoas irão cumprir suas promessas de cooperar. Ménard (2004) também aborda a questão da comunicação em estruturas de governança coletivas, dizendo que a troca de informações entre as partes envolvidas é uma questão crucial e fundamental à sobrevivência

do arranjo. Porém, o autor não dá ênfase na comunicação face a face, pelo contrário, cita o papel potencial das novas tecnologias de comunicação no processo de troca de informações.

Já a **forma da função de produção** trata-se de uma função de produção para demonstrar a quantidade necessária de contribuições individuais para o provimento de uma determinada quantidade de benefício coletivo. Para isso, Ostrom (2007) leva em consideração: a quantidade de participantes; a quantidade de contribuição dos participantes; a disposição do indivíduo em contribuir; a sequência dessas contribuições; a homogeneidade ou heterogeneidade dos grupos. A partir dessa função produção, a autora também sugere uma maneira de auxiliar na inibição, ou, até mesmo, na exclusão de *free riders* em ações coletivas, levando em consideração os fatores anteriores.

Outro aspecto abordado por Ostrom (2007) é a **existência de informações sobre ações passadas**. É a chamada reputação, que pode ser construída ao longo do tempo, fazendo com que os membros do grupo acumulem confiança sobre os outros participantes. Em um cenário como esse, a autora afirma que a cooperação pode aumentar.

Em relação a **ligação dos indivíduos**, Ostrom (2007) defende que a partir da contribuição unidirecional de um indivíduo, ou seja, quando o membro sabe exatamente para qual indivíduo em específico ele está colaborando, o participante é mais suscetível a cooperar do que quando a contribuição de recursos vai para indivíduos ou um lugar generalizado, onde todos podem obter os benefícios sem saber ao exato de quem está recebendo a contribuição. Entende-se que esses casos envolvem preferencialmente grupos pequenos, o que vem ao encontro da visão de Olson (1999) sobre a maior eficiência de grupos pequenos em detrimento dos grandes.

No que tange a **possibilidade dos indivíduos entrarem e saírem voluntariamente**, Ostrom (2007) compreende que quando os indivíduos têm uma escolha a respeito de participar de ações coletivas (e se esses podem identificar as pessoas com quem vão se relacionar), os mesmos vão escolher parceiros de forma a aumentar a frequência com que os resultados cooperativos sejam alcançados. Sendo assim, diante de uma ação coletiva, os indivíduos possuem duas opções: cooperar ou não cooperar (entrar ou sair). Ocorre que, se um ator opta por sair, todos os outros podem receber um retorno zero. Dessa forma, todos os agentes têm um efetivo poder sobre a formação e manutenção da ação coletiva. Isso demonstra a importância da reputação, no sentido de aumentar a confiabilidade nos outros participantes, se eles realmente vão cooperar. Conseqüentemente, os níveis de cooperação tendem a aumentar em grupos pequenos, uma vez que os indivíduos se conhecem.

Cabe destacar ainda a **importância da liderança** em ações coletivas. Olson, em 1971, após a edição de seu livro “A Lógica da Ação Coletiva” (1965), assume o papel da liderança na formação dos grupos, sob a nomenclatura de empreendedor político. Para o autor, o papel do empreendedor ou líder é ajudar a organizar esforços para prover um benefício coletivo. Esse líder seria alguém que, geralmente, os membros confiam ou temem, e que seja capaz de intermediar negociações economizando tempo e custos, de forma a lutar para que o acerto da negociação seja melhor para todos os envolvidos do que qualquer resultado que poderia ser gerado sem uma liderança. Sobre isso, Olson ainda conclui que o empreendedor de sucesso seria aquele que é inovador na área de incentivos, principalmente, incentivos seletivos¹⁴.

Além de Olson, outros estudos também apontam a importância da liderança em sistemas coletivos, tais como: Moe (1980), Zylbersztajn e Farina (1999) e Nassar (2001). Para este último, “além de atuar como fator organizador do grupo, a liderança pode ser um agente de persuasão. Um grupo que tem a sua frente um líder proeminente e com reputação será atrativo para as pessoas que se identifiquem com as ações daquele líder” (NASSAR, 2001, p. 42).

Por fim, a necessidade de se **formalizar a estrutura coletiva**, também é outro aspecto defendido por autores, como, por exemplo, Ménard (2004) que afirma que a estrutura de governança formal é importante para a eficiência das formas coletivas.

No Quadro 6, apresenta-se uma compilação de todos os aspectos discutidos pela Teoria da Ação Coletiva, citando o resumo de cada ponto abordado e os autores mencionados.

Quadro 6 - Resumo dos principais aspectos abordados pela Teoria da Ação Coletiva

Aspecto abordado	Discussão
Racionalidade individual <i>versus</i> racionalidade coletiva	Olson (1999): fatores como “auto interesse” e “racionalidade” não são suficientes para promover a ação coletiva. Necessita-se de incentivos além do resultado grupal.
Tamanho do grupo / Número de participantes	Olson (1999): grupos pequenos são mais eficientes na promoção de benefícios públicos, em função dos custos de organização mais baixos; fácil constatação do <i>free rider</i> ; nível superior de obtenção do benefício; maior percepção individual dos benefícios alcançados. Ostrom (2007): grupos pequenos possuem maior probabilidade de geração de benefícios somente nos casos de grupos que oferecem bens subtraídos. Para o caso de benefícios compartilhados (públicos), um aumento no número de

¹⁴ Incentivos seletivos são motivações ou punições para os membros que não contribuem para a promoção dos interesses grupais.

	<p>participantes aumenta a probabilidade de promoção do benefício.</p> <p>Bates e Shepsle (1995): quanto maior o número de participantes em um grupo, maior a probabilidade de provisão de benefícios.</p> <p>Agrawall (2000): a maior eficiência de um grupo pequeno ou grande depende, não só do número de participantes, mas também do objetivo grupal. Há casos em que grupos pequenos são mais eficientes e há casos que são os grandes grupos.</p>
<i>Free riders</i>	Olson (1999) e Brito (2001): refere-se a indivíduos caronas, que prejudicam a cooperação.
Benefícios públicos / compartilhados	Olson (1999) e Ostrom (2007): trata-se de benefícios que, sendo consumidos por um indivíduo do grupo, não podem ser negados aos outros membros.
Heterogeneidade dos grupos / Laços fortes e fracos	<p>Olson (1999): apesar de não ser foco de sua análise, afirma a existência de heterogeneidade de interesses em um grupo e isso é visto como fator positivo à promoção de benefícios coletivos.</p> <p>Granovetter: os laços heterogêneos (fracos) são positivos, uma vez que promovem maior inovação. Laços fortes (homogêneos) são importantes, mas agregam menos.</p> <p>Nassar e Zylbersztajn (2004): a heterogeneidade de interesses é tida como fator negativo a consecução do objetivo grupal</p>
Comunicação face a face	Ostrom (2007): aumenta a probabilidade de que os indivíduos vão cooperar
Forma de função de produção	Ostrom (2007): maneira de demonstrar quanta contribuição individual é necessária para prover certa quantidade de benefício coletivo
Existência de informações passadas	Ostrom (2007): propicia a reputação e confiança, fatores que aumentam a cooperação grupal.
Ligação dos indivíduos	Ostrom (2007): o fato de um indivíduo saber para qual outro membro está contribuindo deixa-o mais suscetível a contribuir.
Entrar e sair voluntariamente	Ostrom (2007): a decisão de um ator em cooperar ou não (entrar ou sair) afeta diretamente os resultados da ação grupal.
Liderança	Olson (1999), Moe (1980), Zylbersztajn e Farina (1999) e Nassar (2001): figura decisiva para a eficiente organização e coordenação da ação coletiva. Amplia a probabilidade de promoção do benefício grupal.
Formalização	Ménard (2004): a formalização é importante para a eficiência da ação coletiva.

Fonte: elaborado pela autora.

Pelo exposto, é possível perceber que existem visões convergentes e divergentes entre os diversos aspectos abordados pela Teoria da Ação Coletiva. Como pode ser visto, os pontos que apresentam maior divergência são: a influência do tamanho do grupo na probabilidade de promoção de benefícios públicos e a heterogeneidade dos grupos. Além desses aspectos, no próximo item busca-se clarificar questões sobre os incentivos ao surgimento de ações coletivas, bem como, os desafios e falhas coletivas.

2.2.2.5 Incentivos ao Surgimento, Desafios e Falhas Coletivas

Diante do título deste tópico, poderia surgir o seguinte questionamento: Se existem desafios e falhas coletivas, por que surgem ações coletivas e como elas se mantêm? Ao longo deste item, busca-se responder essa questão.

Com base no exposto até o momento, pode-se entender que a ação coletiva é decorrente de objetivos comuns entre indivíduos ou organizações. Contudo, para Olson (1999), o fato de indivíduos possuírem interesses comuns não basta para que uma ação grupal ocorra. Por isso, o autor defende a necessidade de incentivos seletivos. Esses incentivos seletivos sugerem que os membros que não contribuem para a promoção dos interesses grupais sejam tratados de maneira diferente dos outros. Eles podem ser incentivos negativos ou positivos. Os incentivos positivos são aqueles oferecidos à parte, diferente do obtido com a realização do objetivo comum ou grupal, ao indivíduo. Já o incentivo negativo, trata-se da coerção ou punição para os indivíduos que não colaboram na ação coletiva (OLSON, 1999).

Ménard (2004) corrobora com essa visão ao afirmar que, de fato, os incentivos são uma força motriz na decisão de organizar ações coletivas e cita duas situações opostas para justificar a necessidade de incentivos: do lado positivo, a busca de rendas fornece o motor para as estratégias que exigem reunir recursos e decisões de coordenação; e, do lado negativo, a partilha de rendas envolve escolhas que podem facilmente provocar conflitos e desestabilizar um acordo grupal. Os incentivos a parte viriam então como forma de amenizar tais conflitos.

Ainda sobre a existência de incentivos, Olson (1999) afirma que incentivos econômicos não são os únicos possíveis para uma ação coletiva. Pelo contrário, muitas pessoas se sentem motivadas pelo desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de cunho social e psicológico. Concordando com essa visão, Brito (2001) aponta que a ação coletiva pode ser impulsionada por diversas razões, entre elas: econômicas, sociais, políticas e culturais. Ou seja, a união não é originada somente por razões financeiras, mas sim, por outros interesses, os quais não devem ser negligenciados.

Tem-se aí uma primeira reflexão deste tópico: se, por um lado, existe o desafio de que, para formar e manter uma ação coletiva, são necessários incentivos à parte do benefício gerado, por outro, tais benefícios envolvem uma vasta gama de opções (financeiro, social, psicológico, entre outros) que tendem a incentivar a criação de ações coletivas e superar os seus obstáculos. Nesse sentido, os objetivos da ação coletiva, de acordo com Ramirez e Berdegú (2003), compreendem: *i*) a melhoria do bem-estar material dos atores envolvidos;

ii) a modificação das relações sociais dentro de uma população específica; *iii*) a influência sobre as políticas públicas, para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e enfraquecer ou superar os sistemas de discriminação e exclusão. Além desses, podem ainda ser citados: aumento de receita, ganhos de escala e de aglomeração, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação (AUSTIN, 2001; SACHS, 2003; SAES, 2008; MAEDA; SAES, 2009). Também Lazzarini et al. (2001) aponta os seguintes ganhos: *i*) a otimização da produção; *ii*) a otimização das operações; *iii*) a redução dos custos de transação; *iv*) a estrutura social, que influencia o comportamento e o desempenho coletivo; *v*) o aprendizado, tanto individual como coletivo; *iv*) as externalidades positivas de rede.

Voltando o olhar agora para a manutenção de ações coletivas, cita-se a visão de Hardin (1997). Para o autor, o fato de uma ação coletiva envolver atores que almejam objetivos comuns, cujo resultado de um ser afetado pelo resultado de outro, faz com que ocorra uma interação social. Essas interações sociais podem ser classificadas em três categorias: conflito, coordenação e cooperação. Nas interações chamadas de **conflito**, os ganhos são excludentes, isto é, um indivíduo somente pode ganhar se o outro perder. Hardin (1997) cita o exemplo dos jogos de *poker* e xadrez. O contrário disso ocorre nos casos de interações de **coordenação**, ou seja, uma das partes só ganha, se a outra também ganhar. A estrada pode ser um exemplo, em que as placas, no caso, têm os mesmos significados para todos e, assim, todos dirigem sob as mesmas normas. Por último, nos casos de **cooperação**, ocorre a interação das duas já citadas, conflito e coordenação, caracterizando uma relação de troca. Hardin (1997) cita, como exemplo, o fato de um indivíduo querer algo pertencente a outro indivíduo e vice-versa. Isso quer dizer que há conflito, uma vez que ambos terão que “perder” o bem que lhes pertence, mas também há coordenação, haja vista que os dois podem presenciar uma melhor situação após a realização da troca.

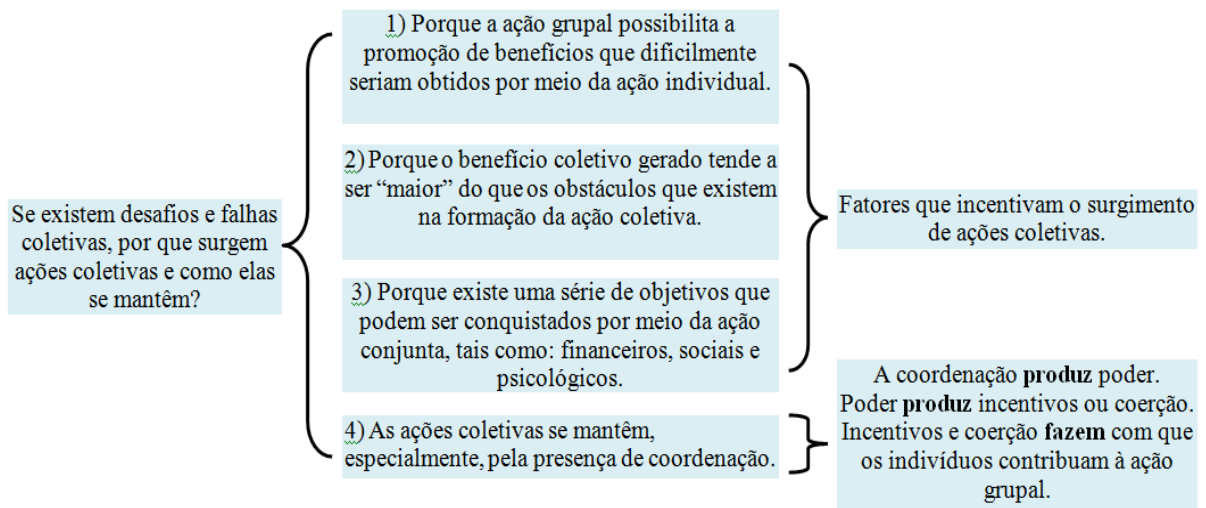
Num primeiro olhar sobre esses três tipos de interações sociais, o que se poderia extrair é que a cooperação seria a opção mais coerente quanto se trata de ações grupais. Porém, Hardin (1997) afirma que as ações coletivas estão no âmbito da coordenação e não da cooperação, uma vez que apenas a coordenação produz poder e, portanto, produz sanções para motivar as ações coletivas. Tem-se então um compartilhamento de ideias entre Hardin (1997) e Olson (1999) no sentido de que as ações grupais não são unicamente motivadas pela cooperação, mas sim, pelo auto interesse e pela necessidade de incentivos ou punições.

Nesse sentido, Hardin (1997) até admite que parte da fonte de poder de uma sociedade para motivar a ação coletiva pode vir da cooperação mútua. Todavia, ressalta que a

ação coletiva baseada na cooperação pressupõe que os indivíduos ajam por questões normativas e não por auto interesse. Sendo assim, o autor concorda que “até certo ponto as pessoas estão motivadas normativamente. Mas grande parte da vida social moderna parece muito mais fortemente depender de motivações de interesse” (HARDIN, 1997, p. 33, *tradução nossa*)¹⁵. Dessa forma, as ações coletivas se desenvolvem principalmente a partir da coordenação, uma vez que somente ela é capaz de produzir sanções e motivar as ações coletivas.

Assim sendo, tem-se outra reflexão para este tópico: ações coletivas tendem a ser desenvolvidas com o intuito de obter benefícios que dificilmente seriam obtidos individualmente. Isso por proporcionarem maior poder e força ao grupo, se comparado a uma ação de atores isolados. Além disso, decorre da exposição anterior, que a coordenação é essencial e determinante para a manutenção e possível sucesso de uma ação coletiva, uma vez que somente a cooperação não é o suficiente para fazer com que todos os atores envolvidos contribuam para a provisão do bem. A Figura 5 pretende demonstrar o que foi exposto até o momento sobre os desafios e incentivos ao surgimento de ações coletivas.

Figura 5 - Incentivos e desafios ao surgimento de ações coletivas



Fonte: elaborada pela autora.

Dando continuidade, agora em relação aos problemas de coordenação, Hardin (1997) cita que eles são, comumente, resolvidos por convenções. Isso ocorre pelo fato de que não seguir uma convenção normalmente significa custos individuais muito elevados. O autor cita

¹⁵ *To some extent people are normatively motivated. But much of modern social life seems much more heavily to depend on motivations from interest.*

o exemplo das normas de trânsito: em alguns lugares se dirige do lado esquerdo e, em outros, do lado direito. Ocorre que as pessoas não estão preocupadas em saber qual é o lado correto de dirigir, desde que todos sigam a mesma regra. Ou seja, age-se por meio da combinação, de acordos, enfim, de convenções. Ainda nesse aspecto, cabe destacar os estudos de Ostrom (1990) sobre as falhas coletivas, especificamente, dois modelos: “A tragédias dos Comuns” e o “Dilema dos Prisioneiros”.

Esses dois modelos foram trabalhados por Ostrom no conjunto de sua obra “Governando os Comuns”, de 1990, na qual a autora busca entender o porquê de indivíduos cooperarem em um dilema social se eles poderiam ser caronas e se aproveitarem das contribuições dos outros indivíduos do grupo. O primeiro modelo abordado pela autora – A Tragédia dos Comuns – foi introduzido por Garret Hardin, em 1968, e se resume ao fato de que, quando as pessoas ocupam um recuso em comum, há de se esperar a degradação do mesmo. Isso ocorre porque o que está à disposição de todos não é valorizado por ninguém, ou seja, pela falta de controle sobre o uso do outro indivíduo, a pessoa tende a também esbanjar por medo de não ter mais possibilidade de usufruir o bem em outro momento (OSTROM, 1990).

Hardin (1968) utiliza o exemplo do pastoreio para explicar a tragédia dos comuns. O autor descreve uma pastagem aberta e disponível a todos. Nesse cenário, ele cita que é de se esperar que cada pastor tenta manter o máximo possível de animais na pastagem, que é de uso comum. Assim, como um ser racional, cada pastor procura maximizar seus ganhos. Com base nessa racionalidade, cada pastor se pergunta qual seria a utilidade do acréscimo de mais um animal no seu rebanho, cuja utilidade possui um lado positivo e outro negativo. Por um lado, é positiva porque o pastor receberá todos os benefícios de venda do animal, por outro, é negativa pela existência do sobrepastejo adicional gerado por mais um animal. Mas nesse caso, o sobrepastejo é dividido por todos os pastores. Assim:

o pastor racional conclui que o único caminho razoável para ele seguir é o de acrescentar outro animal ao seu rebanho. E outro; e outro. Mas esta é a conclusão a que chegam cada um dos pastores racionais que compartilham o pasto de uso coletivo. Ai está a tragédia (HARDIN, 1968, p. 1244, *tradução nossa*)¹⁶.

Com base nisso, Hardin (1968) conclui que cada indivíduo está aprisionado em um sistema que compete a aumentar os rebanhos sem limites, mas em um mundo que é limitado.

¹⁶ *The rational herdsman concludes that the only sensible course for him to pursue is to add another animal to his herd. And another; and another. But this is the conclusion reached by each and every rational herdsman sharing a commons. Therein is the tragedy.*

Sendo assim, o autor acredita que a liberdade em relação a recursos comuns resulta em ruína para todos, ou ainda, que “ruína é o destino do homem que se apressa, buscando cada um o seu melhor benefício em uma sociedade que acredita na liberdade dos comuns” (HARDIN, 1968, p. 1244, *tradução nossa*)¹⁷. Ostrom (1990) chama a atenção sobre essa situação quando afirma que grande parte de todo o mundo depende de recursos que estão sujeitos à possibilidade de uma tragédia dos comuns, tais como: o problema da fome, a questão da falta/poluição da água, a criminalidade urbana, a cooperação internacional, entre outros.

Em relação ao outro modelo, o Dilema dos Prisioneiros, Ostrom (1990) o conceitua como um jogo não-cooperativo, em que é vedada a comunicação entre os jogadores. Assim, cada jogador busca um resultado que seja satisfatório individualmente, de forma que o resultado obtido coletivamente seja subótimo. O dilema dos prisioneiros, em sua forma clássica, é representado por uma situação hipotética em que dois prisioneiros precisam escolher entre cooperar e não cooperar com a polícia. Para quem cooperar e confessar o crime, são oferecidas algumas condições favoráveis. Isto é, se os dois prisioneiros confessarem o crime, ambos receberão uma pena média e igual. Se apenas um deles confessar, esse tem uma pena mais leve do que o outro. Contudo, como eles não podem trocar informações, cada um dos prisioneiros toma sua decisão de forma racional e isolada, mas analisando também qual pode ser a decisão do outro e, portanto, o que pode ganhar ou perder. Dessa forma, o jogo tende a gerar resultado subótimo, revelando uma falha de ação coletiva.

Sandler (2004) aponta que a relação entre esse modelo e a ação coletiva é frequentemente mal compreendida na literatura. Segundo o autor, na visão de muitos, o Dilema dos Prisioneiros e ações coletivas significam a mesma coisa ou, ainda, significa que todas as falhas de ações coletivas originam o Dilema dos Prisioneiros. Todavia, o que ocorre é o contrário: o Dilema dos Prisioneiros é que dá origem as falhas de ações grupais. Diante disso, a relação existente entre ação coletiva e Dilema dos Prisioneiros é que uma “ação racional individual leva a um resultado indesejável para o grupo. Atividades egoístas não beneficiam o grupo” (SANDLER, 2004, p. 25, *tradução nossa*)¹⁸. Ou seja, a relação entre os dois não é que se traduzem na mesma coisa, mas sim que as atitudes decorrentes de uma situação de “dilema dos prisioneiros” geram falhas nas ações coletivas, por se tratarem de atitudes egoístas e, unicamente, auto interessadas.

¹⁷ *Ruin is the destination toward which all men' rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons.*

¹⁸ *Rational individual action leads to an undesirable outcome for the group. Selfish pursuits do not benefit the group.*

Segundo Nassar (2001, p. 39), “o dilema dos prisioneiros talvez seja o modelo de jogo mais utilizado para provar falhas coletivas”. Isso porque sob a ótica da ação coletiva, jogos como esse tendem a produzir resultados subótimos em termos coletivos, apesar de que, individualmente, os indivíduos possam alcançar resultados positivos. Sobre os modelos apresentados, tanto a tragédia dos comuns como o dilema dos prisioneiros, Ostrom (1990) já comentava que ambos, somados a lógica da ação coletiva, são modelos que definiram a forma aceita de ver muitos problemas que as pessoas enfrentam ao tentar alcançar benefícios coletivos.

Dito isso, volta-se agora à questão inicial: Se existem desafios e falhas coletivas, por que surgem ações coletivas e como elas se mantêm? Com base no exposto, entende-se que, mesmo diante de dificuldades na formação e manutenção de ações conjuntas, essas surgem no intuito de prover benefícios que dificilmente seriam gerados por meio de ações individuais. Em outras palavras, por mais que existam obstáculos, os benefícios originados por meio de atitudes grupais tendem a superá-los, de maneira que, diante do paradoxo de agir isoladamente e, possivelmente, ficar sem o benefício *versus* agir coletivamente, mesmo com dificultadores, e obter tal benefício, opta-se por ações grupais.

Além disso, percebe-se que a variedade de objetivos que podem originar ações coletivas também tende a favorecer ou auxiliar na sua formação. Objetivos esses que podem envolver: obtenção de sinergias, aumento de receita, ganhos de escala e de aglomeração, redução dos custos de transação, aumento do poder de barganha, diluição de riscos, redução de conflitos e maior poder de negociação (AUSTIN, 2001; SACHS, 2003; SAES, 2008; MAEDA; SAES, 2009). Isto é, objetivos de cunho financeiro, social, psicológico, entre outros.

Em relação à forma como as ações coletivas se mantêm, percebe-se que a coordenação é fator primordial. Isso significa que encontrar um equilíbrio entre os aspectos de cooperação, conflito e competição é essencial, sendo isso possível, principalmente, por meio da figura da liderança. Ou seja, diante do fato de que ações coletivas envolvem, simultaneamente, situações de competição e cooperação, auto interesse, heterogeneidade de interesses, heterogeneidade de participantes, proporções diferentes de disposição em cooperar; ligações diferentes entre os participantes (GRANOVETTER, 1973; OSTROM, 1990; OLSON, 1999; NASSAR, 2001; SACHS, 2003; MÉNARD, 2004), entre outros aspectos, a coordenação torna-se fator definitivo para a manutenção e possível sucesso de tais tipos de estruturas de governança.

Dessa forma, conclui-se este tópico com o entendimento de que desafios, aspectos dificultadores e falhas coletivas, de fato, existem. Porém, em muitos casos, os benefícios gerados por meio de ações coletivas compensam e se sobrepõem a esses impedimentos, sendo possível, como já afirmava Sachs (2003), testemunhar sinergias extremamente benéficas para os envolvidos.

Para finalizar esta seção 2.2 (Teoria da Ação Coletiva), retoma-se a pergunta dois deste capítulo de fundamentação teórica: o que são ações coletivas enquanto estruturas complexas? Como a Teoria da Ação Coletiva tem contribuído para o entendimento dessas formas de governança? Com base no exposto ao longo da seção, é possível compreender que as ações coletivas, enquanto estruturas complexas, referem-se a formas de governança intermediárias, baseadas na atuação conjunta de indivíduos e firmas, que possuem um ou mais objetivos grupais e que, juntos, acreditam na promoção de um resultado mais satisfatório do que individualmente. Assim, a Teoria da Ação Coletiva oferece uma visão econômica e social para a formação de ações grupais, favorecendo melhor compreensão sobre a existência e a escolha dos agentes por estruturas complexas de governança.

No próximo tópico discorre-se sobre algumas das estruturas de ações coletivas que são encontradas em sistemas agroindustriais, chamados, neste estudo, de modelos aplicados.

2.3 AÇÕES COLETIVAS SOB DIFERENTES ENFOQUES NO AGRONEGÓCIO

Esta seção responde a pergunta três proposta neste capítulo: sob quais modelos aplicados as ações coletivas são encontradas em SAGs? Vale destacar que os SAGs estão passando por transformações nos seus processos de organização e gestão, a fim de se tornarem mais competitivos. Isso envolve a adoção de modelos organizacionais complexos, baseados na complementaridade, coletividade e relacionamentos interdependentes entre diversos atores, caracterizando e demonstrando, então, a presença de ações coletivas (SCHMIDT, 2010). Diante desse contexto, as ações conjuntas estão sendo encontradas sob diferentes modelos aplicados nos SAGs, entre eles: redes, *supply chain systems*, *netchains*, *clusters*, APLs, empreendedorismo coletivo, cooperativas, sindicatos e associações (SCHMIDT; SAES, 2008; ZYLBERSZTAJN, 2010). Considerando que a gama de modelos é extensa, nem todos serão abordados nesta fundamentação teórica, e sim somente os mais relevantes para esta pesquisa, sendo eles: redes; cooperativas e associações; *clustesr*, APLs e aglomerados.

2.3.1 Redes

O conceito de redes, tradução utilizada para o termo *networks*, é utilizado e definido em diferentes áreas. De acordo com Grandori e Soda (1995), o termo é utilizado na Teoria das Organizações, na Neurociência, na Pesquisa Operacional, na Teoria da Comunicação e na Teoria dos Pequenos Grupos. Para os autores, redes referem-se a nexos de mecanismos que abrangem toda a gama de dispositivos de coordenação organizacional, de comunicação organizacional, de informações e planejamento de sistemas interfirmas, ou ainda, que são utilizadas em complemento ou em substituição aos mecanismos de mercado.

Thorelli (1986) já afirmava que, genericamente, uma rede pode ser vista como um conjunto de nós ou posições – ocupados por empresas, famílias, unidades estratégicas de negócios, associações comerciais e outros tipos de organizações – em que ligações são manifestadas pela interação entre as posições. Além disso, as redes podem ser “apertadas ou soltas, dependendo da quantidade (número), qualidade (intensidade) e tipo (proximidade com a atividade principal das partes envolvidas) de interações entre as posições ou membros” (THORELLI, 1986, p. 38, *tradução nossa*)¹⁹.

Especificamente no setor do agronegócio, Zylbersztajn e Farina (2006) caracterizam as redes como:

- a) arranjos institucionais complexos interfirmas, destinados a coordenar as operações, a fim de criar e capturar valor;
- b) as transações ocorrem vertical e horizontalmente;
- c) envolvem múltiplos agentes e vários períodos devem ser considerados;
- d) o papel da confiança e das regras informais é potencialmente relevante, bem como, existem contratos relacionais e dependência recíproca;
- e) as estratégias são definidas em conjunto, com base na expectativa de ganhos mútuos e mecanismos de resolução de conflitos são projetados.

Também na teoria de redes, os estudos realizados pelo sociólogo Mark Granovetter representam importante contribuição, sendo eles: *The Strength of weak ties* (1973) e “*Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*” (1985). No primeiro estudo, Granovetter (1973) aponta a existência de três tipos de laços em uma rede: fortes, fracos e ausentes. A força (maior ou menor) de um laço é determinada pela combinação da

¹⁹ *Networks may be tight or loose, depending on the quantity (number), quality (intensity), and type (closeness to the core activity of the parties involved) of interactions between the positions or members.*

quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade e dos serviços recíprocos que caracterizam o laço. O autor afirma que cada um desses laços é um tanto independente do outro, embora o conjunto de laços esteja altamente intracorrelacionado, o que caracteriza a existência de uma rede.

Em relação à definição de cada tipo de laço, Granovetter (1973) afirma que os laços ausentes são caracterizados pela falta de qualquer relacionamento ou algum relacionamento sem significado substancial²⁰. Por sua vez, os laços fortes são aqueles que envolvem relação de esforço, confiança e reciprocidade entre os membros e que perduram por um longo período do tempo como, por exemplo, laços entre amigos, parentes e vizinhos. Nesse tipo de laços, as relações ocorrem com alto grau de credibilidade e influência e os membros comumente fazem parte de um mesmo círculo social. Já os laços fracos se caracterizam por indivíduos com experiência e informações diversas, em que a reciprocidade e a confiança não assumem papel tão importante.

Ainda sobre laços fortes e fracos, o autor afirma que quanto mais frequente for a interação entre indivíduos, maior será o sentimento de amizade e, portanto, mais semelhantes eles podem ser, de várias maneiras. O que sugere que os laços fortes referem-se a grupos homogêneos. O contrário é verdadeiro, isto é, o menor tempo de relacionamentos e similaridade entre indivíduos tende a criar laços com menor probabilidade de interagirem. Esses seriam laços fracos e heterogêneos. Dessa forma, os laços fracos estão em melhor posição para difundirem inovações do que os laços fortes, isso por atuarem como pontes entre diversos indivíduos. Ou seja, os laços fracos conectam indivíduos pertencentes a outros grupos sociais, assumindo uma configuração de uma extensa rede e rompendo a característica de ilhas isoladas, que ocorre nos casos dos laços fortes (GRANOVETTER, 1973).

Assim, os indivíduos com poucos laços fracos estão privados de informações de partes mais distantes do sistema social e são limitados a obtenção de notícias, conhecimento e pontos de vista de seu próprio grupo social. Entende-se então que os laços fracos são mais propensos a propagar informações novas e agregar valor à rede, obtendo e compartilhando informações e conhecimentos externos ao grupo social, enquanto que nas relações de laços fortes, novas ideias e informações serão espalhadas mais lentamente.

Contudo, apesar de Granovetter (1973) apontar a importância dos laços fracos para a disseminação de inovações, o autor afirma que para a adoção das inovações é necessário o sentimento de identificação e confiança entre os membros do grupo, remetendo também a

²⁰ Granovetter (1973) cita as pessoas que vivem na mesma rua como exemplo de laços ausentes.

importância dos laços fortes. É como se dissesse que através de laços fracos os indivíduos são expostos à inovação, mas a adoção da mesma depende das relações de laços fortes.

Nesse sentido, cabe também destacar a visão de Burt (1992), que pode ser considerada semelhante à de Granovetter. Burt afirma que contatos com forte relação têm acesso a informações muito redundantes entre si. Essa forte relação indica a ausência de buracos estruturais (*structural holes*), ou seja, a existência de indivíduos que não se conhecem e que não trocam informações entre si, mesmo estando dentro de uma mesma rede. Dessa maneira, esses buracos estruturais referem-se a uma relação de não redundância entre dois indivíduos, ou ainda, é a inexistência de conexões entre indivíduos que pertencem a uma mesma rede. Nesses casos, o autor afirma que alguns indivíduos podem se beneficiar mais do que outros no fluxo e repasse de recursos, dependendo da sua posição: se a posição é estratégica e de ligação entre os diversos atores, o indivíduo pode se beneficiar das mais diversas informações, mas o contrário também ocorre, indivíduos que não estão posicionados de forma a contatar todos ou a maior parte dos atores envolvidos na rede, podem ser prejudicados, por exemplo, pela falta de informações. Diante disso, Schmidt (2010) aponta que os buracos estruturais abrem espaço para ações oportunísticas.

Em relação à segunda obra de Granovetter – *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness* – o autor faz a proposta da imersão²¹, significando que comportamentos e instituições não podem ser analisados como elementos independentes, uma vez que são compelidos por contínuas relações sociais. Sendo assim, o autor ressalta que os atores não se comportam e nem tomam decisões como átomos externos a um contexto social, pelo contrário, suas tentativas de realização de ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais. Burt (2009), em seu estudo *The Shadow Of Other People: Socialization And Social Comparison In Marketing*, também aponta que as pessoas vivem conectadas a uma rede social circundante, de modo que isso afeta o que qualquer indivíduo pode fazer. Isto é, a existência de uma rede prevê que as pessoas estão ligadas por uma forte relação e tendem a compartilhar opiniões e comportamentos semelhantes.

Além de Burt, o trabalho intitulado *Social Structure and Competition in Interfirm Networks: The Paradox of Embeddedness*, de Uzzi (1997), igualmente aborda a questão da imersão/enraizamento. O autor analisa as propriedades das relações enraizadas e como elas criam vantagens competitivas para os agentes das redes como um todo. Como resultado desse estudo, Uzzi (1997) afirma que enraizamento é uma lógica única de troca resultante das

²¹ Palavra utilizada para a tradução de *embeddedness*.

distintas estruturas sociais das redes de organização e dos processos de decisão micro comportamentais que existem. Nessa lógica integrada de troca, o autor conclui que a confiança age como estrutura de governança primária, sendo que depois estão o risco calculado e os sistemas de monitoramento. Além disso, o autor aponta que a transferência de informações em sistemas enraizados é mais tácita e holística do que os típicos dados do mercado, e que os arranjos de resolução de problemas nesses sistemas têm poder de incentivar ou coagir atitudes, nos casos em que essas são causadoras de problemas.

Analisando os aspectos citados sobre redes, cabe mencionar que, segundo Zylbersztajn (2010), essa literatura ganha em veracidade, haja vista que leva em consideração a existência de muitos participantes atuando de forma simultânea, cenário recorrente nos sistemas agroindustriais, mas, por outro lado, possui perdas no que se refere a desempenho empírico, já que a maioria dos estudos desse tipo de organização é de natureza descritiva e se baseia em estudos de caso. Isso, de fato, pode ser visualizado em estudos como o de Pettan et al. (2004), Peroni (2009), Leonardi et al. (2010), Schmidt (2010), entre outros. Trata-se de estudos de caso inseridos no contexto do agronegócio, abordando resultados ou consequências da formação de redes para o setor.

Dando continuidade aos modelos aplicados de ações coletivas, além das estruturas em forma de rede, outras ainda são encontradas em SAGs como é o caso das cooperativas e associações.

2.3.2 Cooperativismo e Associativismo

Segundo Bialoskorski Neto (2000, p. 236), “as economias empresariais cooperativas estão situadas entre as economias particulares dos cooperados, por um lado, e o mercado, por outro, aparecendo como estruturas intermediárias, formadas a partir da ação coletiva espontânea”. Dessa forma, as cooperativas são entendidas como formas organizacionais baseadas na coletividade, em que indivíduos se unem para atingir objetivos comuns.

O surgimento do cooperativismo foi em Rochdale, na Inglaterra, no ano 1844, durante a revolução industrial. Ocorreu que um grupo de tecelões, depois de uma frustrada greve por salários melhores, formou uma organização empresarial particular que chamaram de cooperativa. Essa organização foi criada com base nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade (BIALOSKORSKI NETO, 1998). Ainda segundo Bialoskorski Neto (1998), a cooperação tem se consolidado, principalmente a partir do final do século XIX, quando muitas organizações têm sido constituídas sob a forma de cooperativa.

Elas se organizam em âmbito mundial por meio da *International Cooperative Alliance* (ICA), incluindo os mais diversos tipos de organizações e também setores, tais como, o agropecuário, o crédito, o consumo, o trabalho, entre outros.

Considerando o cooperativismo agroindustrial, Bialoskorski Neto e Chaddad (2005, p. 2) afirmam que, “tanto no Brasil quanto nos EUA, a ocorrência de organizações cooperativas na agricultura é muito significativa. No Brasil as cooperativas são importantes nos sistemas agroindustriais da soja, do café, do leite, e das carnes, respondendo por grande parte das exportações brasileiras”. Isso pode ser constatado pelos dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em que as cooperativas agropecuárias respondem por mais de 5% do PIB do País (OCB, 2014).

Bialoskorski Neto e Ferreira Júnior (2004) já diziam que o cooperativismo agropecuário no Brasil apresenta importantes funções, tais como: a) a barganha por melhores preços; b) a possibilidade de agregar valor ao produto; c) o acesso a mercado, inclusive internacional; e d) a possibilidade de acesso e adoção de tecnologia. Dessa forma,

as cooperativas são importantes organizações de produtores rurais na agricultura em função das características de mercados do setor primário da economia, isto é, há mercados relativamente concentrados a montante e a jusante do produtor rural, e a organização do produtor é imprescindível para possibilitar uma melhor barganha por preços a montante, e a industrialização, o armazenamento, e o transporte das commodities agropecuárias a jusante (BIALOSKORSKI NETO; FERREIRA JÚNIOR, 2004. p. 1).

Além disso, as cooperativas possuem um desempenho diferente dos outros tipos de empresas, isso por terem uma arquitetura organizacional diferente, principalmente no que diz respeito a distribuição dos direitos de propriedade. Soma-se ainda o fato de que essas estruturas podem usufruir de vantagens no que se refere à coordenação dos sistemas agroindustriais (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Ainda de acordo com o autor, as cooperativas de todos os países obedecem a princípios organizacionais que seguem a primeira cooperativa de Rochdale. Especificamente no Brasil, ainda de acordo com o autor, as principais características do cooperativismo são:

- a) a base igualitária de cada membro em um único voto e, portanto, uma única parcela de direito de decisão, independente do seu tamanho econômico ou de sua participação;
- b) a distribuição de resultados econômicos aos membros é proporcional à atividade – trabalho – de cada um deles e não proporcional ao capital;
- c) não tem por objetivo a obtenção de lucros;

d) não há clara definição dos direitos de propriedade.

Sobre essa última alínea, vaga definição dos direitos, Bialoskorski Neto (2004) explica que isso ocorre em função dos usuários serem, ao mesmo tempo, proprietários da organização. Sendo assim, se, por um lado, a dimensão de usuário do cooperado representa benefícios (como os já citados anteriormente), por outro, representa custos de participação, monitoramento e de oportunidade de tempo.

Cook (1995) também já compartilhava sobre a falta da clara definição dos direitos de propriedade e apontou cinco problemas decorrentes disso: *a)* problema do carona (*free rider*), quando o benefício da cooperativa acaba por beneficiar também membros não cooperativados; *b)* problema do horizonte (*Horizon Problem*), que se refere a diferença existente entre os resultados gerados pela cooperativa e a participação econômica do membro, fazendo com que o membro que investiu na organização não se beneficie integralmente dos resultados; *c)* problema do portfólio (*Portfolio problem*), é quando a expectativa individual do membro não acontece, prevalecendo a decisão do grupo, o que ocorre em função dos direitos de decisão igualitário; *d)* problema de controle (*Control Problem*), decorre da tentativa de impedir a divergência de interesses entre os membros; *e)* custos organizacionais de influência (*Influence costs problem*), ocorre pois as decisões afetam a distribuição de riquezas entre os membros, então os custos organizacionais são maiores quando existe maior variedade de interesses entre os membros.

Contudo, apesar dos custos, Hofstede (2001 apud Bialoskorski Neto, 2004) argumenta que o Brasil é uma sociedade coletivista e, como tal, há um maior e mais intenso envolvimento emocional dos indivíduos para com as suas organizações, o que justifica o desenvolvimento de cooperativas e outras formas de ações coletivas no País. Sendo a associação também um empreendimento coletivo, acredita-se na importância de abordar seu conceito, bem como, os principais aspectos que a diferenciam de uma cooperativa, uma vez que os termos cooperativismo e associativismo são, muitas vezes, confundidos, justamente porque ambos se tratam de ações conjuntas e se baseiam em doutrinas semelhantes (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2009).

De acordo com o SEBRAE (2009), a principal diferença entre cooperativas e associações está na natureza dos dois processos. Por um lado, as associações possuem como finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, entre outros; por outro, as cooperativas envolvem a viabilização dos negócios produtivos dos cooperados junto ao mercado. Dessa forma, entende-se que a associação torna-se mais adequada quando se trata de

uma atividade social, e a cooperativa “é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva” (SEBRAE, 2009, p. 22).

Além dessa diferença entre os dois termos, Veiga e Rech (2001) abordam outras características das cooperativas e associações, como pode ser visualizado no Quadro 7.

Quadro 7 - Comparação entre Associações e Cooperativas

Critério	Associação	Cooperativa
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva e ou comercial.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas.
Forma de gestão	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.	Nas decisões em assembleia geral, cada pessoa tem direito a um voto. As decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.
Operações	A associação não tem como finalidade realizar atividades de comércio, podendo realizá-las para a implementação de seus objetivos sociais. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal. As cooperativas de produtores rurais são beneficiadas do crédito rural de repasse.
Responsabilidades	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela associação. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.	Os associados não são responsáveis diretamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa, a não ser no limite de suas quotas-partes e a não ser também nos casos em que decidem que a sua responsabilidade é ilimitada. A sua diretoria só pode ser responsabilizada se agir sem o consentimento dos associados.
Remuneração dos dirigentes	Os dirigentes não têm remuneração pelo exercício de suas funções; recebem apenas o reembolso das despesas realizadas para o desempenho dos seus cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, definidas pela assembleia, além do reembolso de suas despesas.

Fonte: adaptado de Veiga e Rech (2001).

Outra diferença entre as duas formas de organização é o lugar que o associado ocupa. Enquanto nas cooperativas, os membros são também proprietários e beneficiários das possíveis sobras, nas associações, os ganhos são da própria organização e não de seus associados, devendo essas sobras serem destinadas a outras instituições semelhantes.

Para Sachs (2003, p. 115), “o associativismo constitui o principal meio para o fortalecimento dos empreendedores de pequeno porte, dando-lhes maior poder de negociação

e proporcionando economias de escala e de aglomeração”. Compreendendo-se, assim, que tais ações coletivas são vantajosas aos atores envolvidos.

2.3.3 *Clusters*, Arranjos Produtivos Locais e Aglomerados

De acordo com Mascena, Figueiredo e Boaventura (2012), embora a aglomeração de organizações seja um fenômeno antigo, o termo *cluster* foi utilizado pela primeira vez na obra *The Competitive Advantage of Nations* (1990), de Michael Porter. Com essa obra, e outra, intitulada *Competição: estratégias competitivas essenciais* (1999), o autor apresenta importante contribuição para a teoria dos *clusters*. Para Porter (1999, p. 211), “um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculados por elementos comuns e complementares”. Somado a isso, os aglomerados podem assumir diferentes formas, tais como: empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas de setores correlatos.

Torna-se importante ressaltar ainda que os aglomerados existem em quase todas as economias, sendo elas: grandes, pequenas, nacionais, regionais, estaduais, municipais ou ainda em áreas rurais e urbanas, mormente em países mais avançados. Somado a esse aspecto, cabe dizer que as unidades pertencentes a esses aglomerados competem, mas também cooperam entre si (PORTER, 1999). Nesse sentido, cabe destacar também Sachs (2003, p. 36), que corrobora com Porter quando afirma que:

é possível testemunhar sinergias extremamente benéficas entre os empreendimentos, que resultam exatamente de um balanço saudável entre cooperação e concorrência. O fato de os empreendedores de um mesmo ramo competirem entre si não exclui iniciativas e ações compartilhadas, voltadas à solução de problemas comuns, ao aprimoramento da infra-estrutura e da rede de serviços locais, à atuação conjunta nos mercados para compras e vendas compartilhadas, à negociação com os poderes públicos locais e nacionais.

O que se observa é que a competição e a cooperação não são fatores que se excluem mutuamente, pelo contrário, ocorrem simultaneamente, favorecendo a obtenção de resultados positivos às empresas que fazem parte do *cluster*/aglomerado. Entre essas vantagens podem ser citadas (PORTER, 1999):

- a) acesso a insumos e a pessoal especializado: o fato de uma unidade se localizar no interior de um aglomerado proporciona acesso a insumos e a pessoal

especializado a um custo mais baixo, além de melhor qualidade e maior eficiência;

- b) acesso à informações: essas informações que se acumulam internamente ao aglomerado, podendo ser técnicas, de mercado ou sobre outras áreas, geralmente são obtidas com menos custo e com maior qualidade;
- c) acesso a instituições e a bens públicos: bens esses que seriam dispendiosos, como, por exemplo, o recrutamento de empregados treinados por meio de programas internos ao aglomerado;
- d) complementaridades: que ocorrem entre as atividades dos diferentes participantes do aglomerado;
- e) incentivos e mensuração do desempenho: os aglomerados auxiliam a obtenção de níveis mais altos de produtividade, bem como, ajudam a resolver questões de atuação que ocorrem em localidades mais isoladas;
- f) fortalecimento da capacidade de inovação: empresas que integram *clusters* são capazes de perceber com maior clareza e velocidade as novas necessidades e tendências dos consumidores e, assim, passam a inovar.

Diante de tais vantagens, Porter (1999) ainda destaca que a proximidade geográfica é fator decisivo para a ampliação desses benefícios, especialmente relacionados às vantagens de aumento de produtividade e inovação. Isso porque os custos de transação reduzem, a criação e o fluxo de informações melhoram, as instituições locais respondem com maior agilidade às necessidades específicas dos aglomerados e, ainda, a pressão competitiva se faz sentir com maior intensidade. Por isso é que, nitidamente, os aglomerados representam uma combinação de competição e cooperação.

Em se tratando especificamente de atividades rurais, Burger, Kameo e Sandee (2001) afirmam que essas tendem a se agrupar em termos geográficos, uma vez que, em forma de *clusters*, tais atividades obtêm ganhos de produtividade como: ganhos de escala na compra de matérias-primas ou máquinas, além da venda da produção e o compartilhamento da força de trabalho. Outros benefícios ainda são citados pelos autores: a partilha dos custos de mudança tecnológica e o compartilhamento de informações sobre novos projetos, processos e produtos.

Ainda segundo esses autores, os *clusters* permitem que as famílias de agricultores dividam os trabalhos, diversifiquem seus rendimentos, partilhem os equipamentos e edificações, o que, conseqüentemente, auxilia na redução de custos de processamento e agregação de valor à produção agrícola de cada um, incrementando o rendimento familiar. Como se pode observar, as vantagens propiciadas pela formação de *clusters* são percebidas

por Porter (1999), Sachs (2003) e Burger, Kameo e Sandee (2001). Contudo, esses últimos tratam especificamente de benefícios gerados às atividades agrícolas.

Em relação aos APLs, existem diversos estudos relacionando conceitos e descrições desses modelos. Entre eles, pode ser citada a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), que se trata de uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada no ano 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O foco de estudos da REDESIST refere-se aos Sistemas Produtivos Locais que são conceituados como agrupamentos territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que estão localizados em um mesmo território. Além disso, que desenvolvem atividades econômicas correlatas e que demonstram vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Considera-se então, que os arranjos produtivos são formas inovadoras de atuação, cujo intuito é produzir de forma mais eficiente, adicionando valor aos atores envolvidos (REDESIST, 2014).

Cassiolato e Lastres (2003) e a REDESIST (2014) apontam que as sinergias coletivas geradas pela participação em arranjos produtivos locais efetivamente fortalecem as chances de sobrevivência e crescimento das unidades participantes. Sendo assim, constituem importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras. Além disso, os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovativa têm auxiliado as empresas pertencentes aos arranjos a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até mesmo internacionais.

Analisando o exposto sobre *clusters* e APLs, percebe-se que ambos possuem características similares, tais como: proximidade geográfica, realização de atividades correlatas, marcados pela cooperação e competição, entre outros aspectos. Todavia, para alguns autores, os dois termos se diferenciam por algumas particularidades. Figueiredo e Di Serio (2007), por exemplo, apontam que os *clusters* se diferenciam dos APLs pela maior intensidade de vínculos entre as organizações e pela participação das empresas privadas que estão aglomeradas para o desenvolvimento do *cluster*, com menor envolvimento do governo. Já para Kwasnicka (2006), a distinção entre os termos é que enquanto os APLs englobam apenas atividades produtivas, os *clusters* envolvem outros tipos de atividades, como comércio e serviços. Para este estudo, os termos *cluster*, APL e aglomerado serão tratados como sinônimos.

Com o exposto nesta seção, sobre os modelos aplicados de ações coletivas no agronegócio, respondeu-se a penúltima pergunta proposta para o capítulo. Assim, no próximo tópico abordam-se alguns aspectos relacionados à importância da realização de estudos sobre a produção científica em determinada área, os chamados estudos do estado da arte ou do conhecimento.

2.4 ESTUDOS DO ESTADO DA ARTE

Nas últimas décadas, o número de pesquisas denominadas de estado da arte ou estado do conhecimento tem aumentado significativamente no Brasil e no mundo (FERREIRA, 2002). Mas o que são estudos do estado da arte e por que realizá-los?

Conforme Ferreira (2002), estudos do estado da arte ou do conhecimento geralmente discutem e mapeiam a produção científica em uma temática específica, apresentando quais aspectos que vem sendo destacados, quais dimensões caracterizam determinada área e em que condições a produção acadêmica está sendo realizada. Complementando, Antonello (2002, p. 1) cita que:

Uma das condutas científicas necessárias ao desenvolvimento de novos campos de pesquisa refere-se a permanente “vigilância epistemológica” sobre a própria produção. Essa vigilância expressa-se de diferentes formas, uma delas é a denominada “estudos do estado da arte”, que pretendem elaborar permanentes análises sobre o estado do conhecimento numa determinada área ou sobre a evolução do conhecimento na comunidade científica.

A partir disso, entende-se que estudos do estado da arte compreendem análises sobre a produção científica de uma temática ou campo específicos, de maneira que demonstrem, mesmo que de forma parcial, as características da evolução e do momento científico pelo qual passa aquela área. É a compreensão do conhecimento em um tema particular, num período predeterminado, a partir de sua sistematização e análise (TEIXEIRA, 2006). Assim, pesquisas dessa natureza são importantes para todo e qualquer campo de estudo.

Quem destaca essa importância é Momm (2009), quando afirma que estudos sobre a produção científica em uma determinada área são imprescindíveis, pois contribuem com a evolução da temática estudada, com o aprofundamento do conhecimento científico, servindo e auxiliando, também, para tomada de decisões sobre o referido campo. Além disso, a autora afirma que a análise do conhecimento científico pode contribuir para o entendimento não apenas de aspectos e características científicas, mas também políticas, socioeconômicas e culturais. Nesse mesmo sentido, Macias-Chapula (1998) já dizia que revisões de políticas

científicas em uma determinada área dificilmente ocorreriam se não fossem os estudos sobre a produção do conhecimento científico da mesma.

Segundo Ferreira (2002), os pesquisadores que realizam estudos sobre o estado da arte em determinada área são motivados pelo desafio de conhecer o que já foi produzido cientificamente, de forma a compilar tais pesquisas, que se avolumam rapidamente e cada vez mais. Dessa forma, “todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema” (FERREIRA, 2002, p. 259).

Ainda de acordo com Ferreira (2002), os pesquisadores do estado do conhecimento podem seguir dois diferentes procedimentos para a análise da produção científica em determinada área. O primeiro momento seria aquele em que o pesquisador interage com o material científico existente, de forma a fazer a quantificação, a identificação de dados bibliográficos e o mapeamento da produção em determinado período (em anos, locais e áreas). Ou seja, respondem-se perguntas relacionadas à “quando” e “onde” ocorre a produção científica, realizando-se uma sistematização do conhecimento produzido, com base em dados considerados mais objetivos e concretos. A partir disso, é possível revelar o histórico e possível amadurecimento de linhas de pesquisa, bem como, períodos em que a produção científica cresce e se espessa, os pesquisadores e autores envolvidos e a diversificação dos locais de produção do conhecimento.

Incluso nesse primeiro momento, podem ser citados os indicadores bibliométricos, uma vez que Macias-Chapula (1998) já afirmava que em qualquer estudo que se refere à produção científica em uma determinada ciência, indicadores bibliométricos são essenciais.

De acordo com Pritchard (1969), a bibliometria é usada para quantificar os processos de comunicação escrita. Ou seja, trata-se do estudo dos aspectos quantitativos da produção científica em determinada área, da disseminação e uso das informações registradas (MACIAS-CHAPULA, 1998). Também Guedes e Borschiver (2005) afirmam que a bibliometria refere-se a um instrumento quantitativo, que permite minimizar a subjetividade na indexação e recuperação das informações, produzindo conhecimento em determinada área. Araújo (2006) complementa essa colocação, dizendo que o estudo bibliométrico se refere à aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura, caracterizando-se assim como uma análise quantitativa da informação.

Inicialmente, essa técnica foi utilizada para a medida de livros, mas com o passar do tempo começou a ser utilizada para o estudo de outras formas de publicações, tais como

artigos de periódicos, dissertações, teses e outros tipos de documentos, como produtividade de autores e estudo de citações (ARAÚJO, 2006). Essa metodologia permite a:

identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Com os dados retirados das citações pode-se descobrir: autores mais citados, autores mais produtivos, elite de pesquisa, frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura, procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados, “core” de periódicos que compõem um campo (ARAÚJO, 2006, p. 18-19).

Percebe-se que indicadores bibliométricos complementam e auxiliam na determinação dos primeiros aspectos a serem analisados sobre o conhecimento científico, principalmente no que se refere à quantificação da produção, à localização geográfica, à especificação temporal e à caracterização dos autores. Assim, tornam-se fundamentais às análises da produção científica de uma área específica, compreendendo os procedimentos iniciais a serem seguidos nos estudos do estado da arte, conforme apontado por Ferreira (2002).

Já em relação ao segundo momento, Ferreira (2002, p. 265) afirma que:

o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento. Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos.

Nesse passo, os dados não são tidos como objetivos e concretos, exigindo uma leitura mais profunda e completa do material que está sendo consultado. É nesse momento que os pesquisadores podem enfrentar várias dificuldades, como, por exemplo: a necessidade de leitura integral de parte ou partes do trabalho; a falta de organização interna, de modo que seja difícil a classificação do estudo em determinado tema ou teoria; conflitos e divergências entre objetivos traçados e resultados alcançados; e, falhas estruturais e metodológicas, decorrentes muitas vezes pelo curto período de tempo para a realização da pesquisa, principalmente nos casos de teses e dissertações (FERREIRA, 2002; TEIXEIRA, 2006).

Para superar esses e outros desafios, Ferreira (2002) aponta que diversas posições são tomadas pelos pesquisadores do estado da arte, tais como: ignorar as limitações que o trabalho investigado possui, buscando o máximo de informações no decorrer do estudo; optar por uma única fonte de dados, por exemplo, apenas periódicos publicados em um evento ou apenas

teses e dissertações de um único programa de pós-graduação; e, acessar, primeiramente, os títulos e resumos e, posteriormente, o trabalho na íntegra.

Além de Ferreira (2002), autores como Romanowski (2002) e Teixeira (2006) também abordam passos a serem seguidos por pesquisadores de estudos do estado da arte ou do conhecimento. Todavia, mesmo que haja algumas diferenças nos procedimentos citados pelos autores, como, por exemplo, na quantidade de passos a seguir, as informações obtidas se assemelham. Ou seja, referem-se à caracterização da produção científica envolvendo a quantificação, a localização e diversos aspectos relacionados a autores, a teoria, a área, entre outros.

De acordo com o exposto até aqui, percebe-se que muitos são os aspectos que podem ser analisados em estudos sobre o estado da arte, incluindo indicadores bibliométricos. Porém, o que se torna importante ressaltar é que estudos dessa natureza devem ser sempre considerados inconclusos, isso no sentido de que o estado do conhecimento não pode ser finito. Na medida em que a produção científica de determinada área se renova, em movimentos ininterruptos, novas pesquisas sobre o estado da arte são necessárias e importantes (TEIXEIRA, 2006).

Dessa maneira, responde-se a última pergunta deste capítulo de referencial teórico, concluindo que estudos sobre a produção científica (também chamados de estudos do estado da arte ou do conhecimento) definem-se como pesquisas sobre a evolução e as características da produção científica de uma determinada área. Investigações dessa natureza tornam-se importantes para conhecer não apenas o histórico do que se tem produzido num campo específico, mas também o cenário atual, projeções futuras e lacunas que podem ser sanadas por novas pesquisas.

Destaca-se que para este estudo, sobre a produção científica em ações coletivas no agronegócio (a partir de teses e dissertações), são analisados diversos aspectos, entre eles: a quantificação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e da produção científica; a localização geográfica dos programas, da produção científica e dos modelos empíricos estudados; a divisão da produção científica por ano, por área e por enfoque teórico; a indicação dos orientadores na temática, bem como, de possíveis linhas de pesquisa já consolidadas e autores mais citados; a indicação dos segmentos mais investigados pelos estudos; a opção metodológica das teses e dissertações; e, a relação existente entre a Teoria da Ação Coletiva e os resultados obtidos pelas pesquisas.

A ordem da realização desses passos pode ser visualizada no Quadro 8, mas de maneira geral, segue-se o proposto por Ferreira (2002): num primeiro momento abordam-se

aspectos derivados de informações mais objetivas e concretas (como a quantificação, a localização, a opção metodológica, entre outros); e, num segundo momento realiza-se uma análise mais profunda das teses e dissertação, a partir da relação entre os achados teórico-empíricos com a Teoria da Ação Coletiva. Isso pode ser mais bem visualizado no capítulo dos procedimentos metodológicos, a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é definida como o caminho do pensamento, o que significa a apresentação lógica dos métodos, técnicas e dos instrumentos utilizados para se chegar às indagações investigadas (MINAYO, 2010). Em complemento, Gil (2010) entende que a pesquisa científica possui caráter pragmático e se refere a um processo formal e sistemático do método científico, em que a metodologia fornece os procedimentos racionais e sistemáticos necessários à solução de problemas anteriormente identificados. Diante disso, e do objetivo desta pesquisa, que é compreender a produção científica brasileira em ações coletivas no agronegócio, a partir da análise de dissertações e teses defendidas entre os anos 1998 e 2012, pretende-se neste capítulo discorrer sobre os procedimentos metodológicos adotados para se alcançar tal objetivo. Isso inclui apresentar o delineamento da pesquisa, a descrição do universo da pesquisa, os procedimentos de coleta e de análise de dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O estudo caracteriza-se principalmente por seu caráter descritivo. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva é aquela que tem como intuito a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre as variáveis analisadas. Dessa forma, esse tipo de estudo é utilizado para proporcionar uma nova visão do problema ou situação, que neste estudo é o cenário da produção científica nacional sobre ações coletivas no agronegócio, a partir de teses e dissertações.

Cabe destacar, ainda, que esta pesquisa refere-se a um estudo do estado da arte da temática de ações coletivas no agronegócio. Para Antonello (2002), Ferreira (2002) e Teixeira (2006), esse tipo de investigação é necessário para o desenvolvimento de um determinado campo, uma vez que compreende o conhecimento de uma determinada temática, num período específico, a partir do mapeamento, da sistematização e da análise da produção científica.

Momm (2009) complementa dizendo que estudos como esses contribuem para a evolução da temática estudada, auxiliando não apenas para o aprofundamento do conhecimento científico, mas também, para a tomada de decisões por parte dos pesquisadores daquela área. Ou seja, a contribuição é tanto para a compreensão das características científicas, quanto para o desenvolvimento de questões políticas, socioeconômicas e culturais.

Esta pesquisa também se caracteriza como um estudo bibliométrico. Segundo Araújo (2006), a bibliometria permite a medição dos índices de produção e disseminação do

conhecimento científico, revelando o comportamento da literatura em uma determinada área. Também Pritchard (1969) e Guedes e Borschiver (2005) já definiam que estudos bibliométricos são aqueles que quantificam a comunicação escrita num campo do conhecimento específico, isso para o registro sobre a evolução da produção científica e as características científicas daquela área.

Araújo (2006) aponta que bibliometria pode ser realizada a partir de livros, periódicos, teses e dissertações e diversos outros tipos de documentos. Com base em informações bibliométricas, torna-se possível conhecer os autores mais citados, a localização geográfica da produção científica, as temáticas estudadas, as características metodológicas, a quantificação da produção científica, entre outros aspectos (FERREIRA, 2002; ARAÚJO, 2006).

A análise de conteúdo foi outro procedimento utilizado nesta pesquisa. Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo refere-se a um:

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim, a análise de conteúdo envolve toda e qualquer iniciativa que busque explicitar e sistematizar o conteúdo das mensagens e da expressão dessas mensagens (BARDIN, 1977). Ou seja, com base em técnicas estatísticas e quantitativas, ou não, explora-se o que é manifestado no material consultado. Entende-se que, quando não se utilizam indicadores quantitativos, pode-se utilizar a associação de palavras e a interpretação de texto, de modo que seja possível o entendimento do que o texto realmente quer transmitir. Bardin (1977) afirma que essa interpretação final fundamentada deve ser o objetivo final e uma das principais aspirações de pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo.

Nesta pesquisa, a análise de conteúdo foi utilizada principalmente no momento da leitura e interpretação dos achados teórico-empíricos das teses e dissertações e sua relação com a Teoria da Ação Coletiva, conforme descrição mais detalhada no tópico que descreve a análise dos dados.

Com base nos delineamentos expostos, acredita-se a análise descritiva, o estado da arte e as informações bibliométricas e a análise de conteúdo, sejam essenciais para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, pois permitem a quantificação e a descrição da produção científica na área de ações coletivas no agronegócio.

Em relação às abordagens, pode-se afirmar que esta pesquisa é predominantemente quantitativa, mas que utiliza também da abordagem qualitativa. A pesquisa quantitativa objetiva a produção de medidas quantitativas das características ou comportamentos estudados, cujo intuito é fornecer precisão e evitar distorções na análise e interpretação dos dados (GODOY, 1995; RICHARDSON, 2008). Sendo assim, por se tratar de um estudo bibliométrico, confirma-se o caráter quantitativo deste estudo.

Por outro lado, para Richardson (2008), as pesquisas qualitativas podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Esse tipo de pesquisa parte de questões amplas, que vão sendo definidas à medida que o estudo é desenvolvido. Esse processo envolve a obtenção de dados descritivos por meio do contato direto entre pesquisador e situação, não busca enumerar ou mensurar os eventos estudados e nem se utiliza de ferramentas estatísticas na análise dos dados (GODOY, 1995). Dessa maneira, a natureza qualitativa deste estudo se refere principalmente às etapas descritiva, de análise de conteúdo, de análise e interpretação dos dados coletados. Feitas as considerações sobre o delineamento da pesquisa, na próxima seção apresenta-se o universo da pesquisa.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo desta pesquisa envolve os programas de pós-graduação *stricto sensu* de nível acadêmico (excluindo, assim, os de nível profissional) reconhecidos pela CAPES, integrados na grande área de Ciências Sociais Aplicadas. Nessa área, delimitou-se o estudo às subáreas de: Administração (Administração, Ciências Contábeis e Turismo), Economia e Planejamento Urbano e Regional (Planejamento Urbano e Regional e Demografia). Essa delimitação se justifica por serem áreas correlatas ao programa de pós-graduação *stricto sensu* que a pesquisadora está inserida (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) e, além disso, acredita-se que são áreas que possam ter uma relação com a linha de pesquisa de ações coletivas e agronegócio.

A listagem de todos os programas e cursos *stricto sensu* do Brasil foi obtida a partir do banco de dados da CAPES, encontrando-se o total de 205 cursos de pós-graduação (mestrado ou doutorado) subdivididos nas subáreas de Administração (100 cursos), Economia (69 cursos) e Planejamento Urbano e Regional (36 cursos). Com posse dessa relação, foram identificadas as teses e dissertações defendidas pelos cursos de mestrado e doutorado no período 1998-2012 (um total de 23.134) e, conseqüentemente, os estudos relacionados ao

campo das ações coletivas (1.779) e ao das ações coletivas no agronegócio (282). Desses 282 estudos na temática, foi encontrada a quantidade de 207 pesquisas disponíveis em meio eletrônico. Essas, por sua vez, referem-se à população alvo desta pesquisa. A partir desses trabalhos, ocorreu o processo de coleta e análise de dados em todas as 207 teses e dissertações disponíveis, caracterizando a pesquisa como censitária. O processo de coleta de dados será explicado mais detalhadamente a seguir.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados extraídos foram secundários e a coleta foi realizada acompanhando os seguintes passos. Primeiro, foram selecionados todos os programas de mestrado e doutorado em Administração (da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo), Economia e Planejamento Urbano e Regional (da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia), a partir do banco de dados da CAPES, o qual dispõe uma lista com todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* recomendados e reconhecidos pela Instituição. Em posse dessa relação, esses programas foram caracterizados em termos de: quantidade de programas e cursos por subárea, conceito CAPES dos cursos e concentração geográfica dos cursos de mestrado ou doutorado nas três subáreas.

Num segundo momento, buscou-se a lista de teses e dissertações defendidas por todos os programas de pós-graduação (mestrado acadêmico e doutorado) nas três subáreas. Essa lista é disponibilizada também pela CAPES juntamente com as informações dos cursos recomendados e reconhecidos pela Instituição num campo denominado “Caderno de Indicadores”, conforme demonstrado na Figura 6 (para exemplo, consultar: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?codigoPrograma=40015017004P6&acao=detalhamentoPrograma&siglaIes=UNIOESTE>).

Figura 6 – Programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela CAPES

Mestrados/Doutorados Reconhecidos					
GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL					
UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / PR					
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: <i>Estadual</i>					
PROGRAMA: <i>DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO (40015017004P6)</i>					
NÍVEIS: <i>M/D</i>					
ÁREA BÁSICA: <i>PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL</i> Logradouro: RUA DA FACULDADE Bairro: JARDIM SANTA MARIA Cidade/UF: TOLEDO / PR CEP: 85903000 Caixa Postal: Telefone: (45)33797000 / Ramal: 7053 (null)null / Ramal: FAX: (45)33797002 E-Mail: URL: http://www.unioeste.br/pos/agronegocio/					
CURSO(S)	CÓDIGO	SITUAÇÃO	RECONHECIDO	NÍVEL	NOTA
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO	40015017004M6	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Port. MEC 1077, de 31/08/2012, DOU 13/09/2012, seq. 1, p. 25)	Mestrado	5
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO	40015017004D7	Em Funcionamento	Homologado pelo CNE (Port MEC 1045, de 18/08/10, DOU 19/08/10, seq 1, p 10)	Doutorado	5
DADOS DA AVALIAÇÃO					
Fichas de Avaliação					
Caderno de Indicadores					

Fonte: CAPES (2015a).

Dentro de cada programa reconhecido, é possível acessar essa lista de indicadores que aponta a quantidade (separadamente) de teses e dissertações defendidas por ano, bem como, os autores, os títulos, os membros da banca e, algumas vezes, as palavras-chave do estudo (Figura 7).

O principal fator que influenciou na decisão por utilizar essa lista como principal meio de coleta de dados das teses e dissertações defendidas em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional é que a mesma se apresenta completa, isto é, todos os estudos, sem exceção, estão relacionados nesse documento. Já a consulta em outros locais, como, por exemplo, em bibliotecas virtuais dos próprios programas, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) ou no Banco de Teses fornecido pela CAPES, não possibilitou as informações do total de teses e dissertações defendidas por programa, por curso, por ano e outras informações pertinentes e necessárias a este estudo bibliométrico.

Figura 7 – Caderno de Indicadores

Cadernos de Indicadores

Para fazer o download, clique no X do caderno desejado seguindo legenda a seguir:

PR - Programa	TE - Teses e Dissertações	PB - Produção Bibliográfica
PT - Produção Técnica	PA - Produção Artística	CD - Corpo Docente, Vínculo Formação
DI - Disciplinas	LP - Linhas de Pesquisa	PP - Projetos de Pesquisa
PO - Proposta do Programa	DA - Docente Atuação	DP - Docente Produção

IES: UNIOESTE												
ANO BASE	DOCUMENTOS											
	PR	TE	PB	PT	PA	CD	DI	LP	PP	PO	DA	DP
2003	X	X	X	X	X		X	X	X			
2004	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2005	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2006	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2007		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2008		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2009		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2010		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2011		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2012		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: CAPES (2015b).

Com a posse dos Cadernos de Indicadores de todos os programas, o terceiro passo foi a leitura de todos os títulos e, quando disponível, das palavras-chave de todas as 23.134 teses e dissertações defendidas entre 1998 e 2012. A opção por iniciar a seleção dos trabalhos pela leitura dos títulos deve-se ao fato de que os títulos normalmente anunciam as informações principais das teses e dissertações, indicando os elementos que caracterizam o conteúdo inserido em seu interior (FERREIRA, 2002). Ou seja, os títulos expressam a principal ideia do conteúdo dos trabalhos.

Durante esse processo, primeiramente não se focou na busca por trabalhos que abordassem exclusivamente ações coletivas no agronegócio, mas sim que indicassem estudos num campo mais amplo, o das ações coletivas. Essa busca ocorreu a partir de palavras ou frases que indicassem ações coletivas, tais como: cooperativas, cooperativismo, cooperação, coopeção, decisões conjuntas, planejamento conjunto, *cluster*, arranjo produtivo local, associações, associativismo, fusões, parcerias, sistemas complexos, pólo, redes, redes de cooperação, redes organizacionais, alianças, sindicatos, conflitos, cooperação, coordenação interorganizacional, interdependência organizacional, governança horizontal, relações interorganizacionais, circuitos, benefícios compartilhados, terceiro setor, resultados coletivos,

coletividade, ações coletivas, entre outros. Lembra-se que tais termos são encontrados no arcabouço teórico de ações coletivas, por diferentes autores, tais como: Granovetter (1973), Ostrom (1990), Powell (1990), Olson (1999), Nassar (2001), Sachs (2003), Ménard (2004), Zylbersztajn e Farina (2006), Ostrom (2007), Saes (2008) e Zylbersztajn (2010).

Depois da leitura de todos os títulos das 23.134 teses e dissertações, foi possível selecionar 1.779 trabalhos sobre ações coletivas. O total de 23.134 trabalhos (incluindo os 1.779 na temática de ações coletivas) foi caracterizado em termos de: quantidade de defesas por subárea e por ano, mostrando a evolução do número de trabalhos defendidos e os programas e cursos que mais se destacaram no período de defesas.

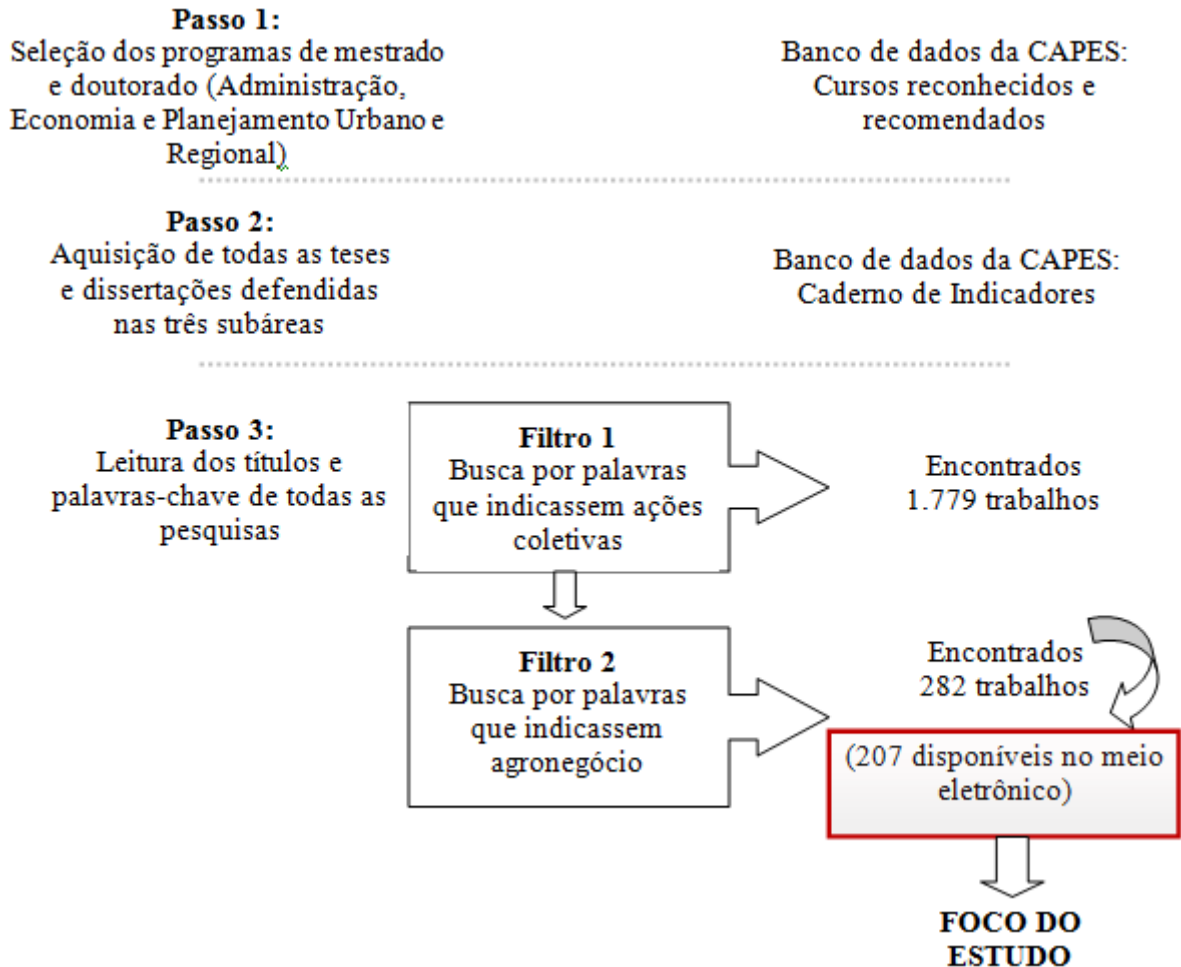
O passo seguinte foi a seleção das teses e dissertações no campo de ações coletiva no agronegócio. Para tanto, foram lidos novamente os títulos e as palavras-chave dos 1.779 trabalhos sobre ações coletivas previamente selecionados e, a partir deles, criou-se um banco de dados com as teses e dissertações que se tornariam foco de análise. A busca igualmente se deu com base em palavras que indicassem agronegócio, tais como: *agribusiness*, agricultura, cadeias produtivas, cadeias agroalimentares, pecuária ou agropecuária, agroindústria ou agroindustrial e os mais diversos segmentos ou SAGs que indicassem ramos do agronegócio (leite, fruticultura, soja, milho, café, suinocultura, avicultura, bovinocultura, entre outros). Com base nessa busca, foram encontradas 282 pesquisas na temática de ações coletivas no agronegócio.

Com os dados dessas 282 teses e dissertações, iniciou-se o processo de busca pelos arquivos completos dos trabalhos no meio eletrônico. No final da busca, foi possível localizar apenas 207 estudos, os quais contemplam o foco de pesquisa desta dissertação. As outras 75 teses e dissertações não encontradas eletronicamente se referem, em sua maioria (64%), a trabalhos defendidos nos primeiros anos do período em análise (1998 a 2004), quando muitos programas e instituições ainda não possuíam acervo eletrônico. Mesmo assim, escreveram-se e-mails para todas as Instituições de Ensino Superior (IES) ou programas que ofertavam o curso em que o trabalho foi defendido, solicitando uma cópia do arquivo. Foi obtido retorno de, pelo menos, 15 bibliotecas de programas e IES, algumas delas enviando uma cópia do arquivo e confirmando que somente o tinham no acervo local e outras justificando que não tinham o arquivo em meio eletrônico e que não seria possível enviá-lo. Os trabalhos recebidos depois desses contatos foram incluídos aos outros, totalizando as 207 teses e dissertações. Todos esses 207 estudos foram então classificados por subárea de conhecimento (Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional), por ano de defesa e os

programas que mais se destacaram na quantidade de estudos encontrados no campo das ações coletivas no *agribusiness*.

Para um melhor entendimento do processo de coleta de dados realizado até aqui, na Figura 8 demonstram-se os passos seguidos.

Figura 8 - Primeiros passos da coleta de dados



Fonte: elaborada pela autora.

A partir desses procedimentos, foi possível cumprir os dois primeiros objetivos, quais sejam: *a)* identificar e caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil que possuem relação com a linha de pesquisa de ações coletivas no agronegócio; *b)* descrever as teses e dissertações defendidas pelos cursos de doutorado e mestrado na área, bem como, os estudos no campo das ações coletivas no agronegócio.

Os próximos objetivos específicos foram cumpridos por meio de dados coletados do interior das 207 teses e dissertações selecionadas. Esses dados contemplaram: enfoques teóricos mais utilizados para embasar os estudos; os modelos aplicados mais estudados; os

procedimentos metodológicos adotados; a localização geográfica das teses e dissertações selecionadas; a localização geográfica dos modelos coletivos que foram foco dos estudos empíricos; e as principais conclusões das teses e dissertações, de modo que foi possível relacionar esses resultados com a Teoria da Ação Coletiva.

Ressalta-se que em relação aos últimos dados coletados, para a relação entre os achados teórico-empíricos dos trabalhos e a teoria acima citada, foram lidos especificamente os objetivos e as considerações finais/conclusões. A partir dessa leitura, buscou-se compreender os resultados encontrados pelos estudos, a partir da análise de conteúdo. Dessa maneira, não foram aplicadas técnicas estatísticas para a coleta de dados, como, por exemplo, para a mensuração de palavras ou termos específicos, mas sim, utilizou-se da interpretação do conteúdo. Isso se deve principalmente ao fato de que as ações coletivas são formas muito abrangentes, complexas e confusas, com características que ainda não são completamente conhecidas (MÉNARD, 2004), o que dificultaria o processo de aplicação de técnicas quantitativas para coletar os dados que embasariam a relação entre os resultados e a teoria.

A partir disso, tornou-se possível o cumprimento dos outros objetivos específicos: *c)* investigar os aspectos teórico-empírico-metodológicos que fundamentam as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio; *d)* evidenciar a concentração geográfica das teses e dissertações encontradas na temática e, também, a localização do objeto alvo do estudo empírico; *e)* relacionar os achados teórico-empíricos com os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva. Para melhor visualização e entendimento sobre quais foram as categorias e subcategorias de análise que propiciaram o cumprimento dos objetivos, apresentam-se essas informações no Quadro 8.

Quadro 8 - Categorias e subcategorias de análise

Objetivos específicos	Categorias de análise	Subcategorias de análise
Identificar e caracterizar os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> do Brasil que possuem relação com a linha de pesquisa de ações coletivas no agronegócio.	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de programas e cursos por subárea; - Conceito CAPES dos cursos; - Concentração geográfica dos cursos.
Descrever as teses e dissertações defendidas pelos cursos de doutorado e mestrado na área, bem como, os estudos no campo das ações coletivas no agronegócio.	Teses e dissertações defendidas pelos cursos de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional Teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio defendidas pelos cursos de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de defesas por subárea; - Evolução do número de teses e dissertações defendidas; - Programas e cursos que mais se destacaram; - Orientações na área.
Investigar os aspectos teórico-empírico-metodológicos que fundamentam as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio.	Características teóricas, empíricas e metodológicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão das teses e dissertações em estudos teóricos, empíricos ou teórico-empíricos; - Enfoques teóricos utilizados; - Autores e obras mais citadas nos diferentes enfoques teóricos; - Modelos coletivos aplicados que foram estudados; - Palavras-chave indicadas pelos estudos; - SAGs e segmentos mais estudados; - Abordagem metodológica - Formas de coleta de dados.
Mapear a concentração geográfica das teses e dissertações encontradas na temática e, também, a localização do objeto alvo do estudo empírico.	Concentração geográfica dos estudos Concentração geográfica dos modelos coletivos aplicados.	<ul style="list-style-type: none"> - Estados brasileiros em que mais teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio foram encontradas; - Estados brasileiros que concentram mais modelos coletivos aplicados que foram foco dos estudos empíricos.
Relacionar os achados teórico-empíricos com os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva.	Principais resultados das teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio e suas relações com a Teoria da Ação Coletiva.	<ul style="list-style-type: none"> - benefícios; - desafios/falhas; - <i>free riders</i>; - comunicação; - existência de informações passadas/reputação; - confiança; - reciprocidade; - liderança; - racionalidade individual e racionalidade coletiva; - relacionamento formal ou informal; - heterogeneidade dos grupos / laços fortes e fracos; - entrar e sair voluntariamente; - tamanho do grupo / número de participantes; - constituição formal; - forma de função de produção; - ligação dos indivíduos.

Fonte: elaborado pela autora.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de atender todos os objetivos específicos desta pesquisa, foi utilizado o auxílio dos *softwares* Excel, por meio de tabelas e gráficos que facilitam a visualização dos dados coletados, e *TerraView*, ferramenta destinada a criação de mapas temáticos, que possibilitou a demonstração da concentração geográfica dos cursos, das teses e dissertações e dos modelos coletivos aplicados estudados empiricamente nessas teses e dissertações.

A partir disso, a interpretação dos dados foi feita com base na estatística descritiva e na análise de conteúdo. Segundo Cervo e Bervian (2002) a análise descritiva significa o registro, a análise e a correlação de fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Ou seja, busca-se descobrir, com a precisão possível, a frequência com que algo ocorre, e qual a relação e conexão com outros fenômenos. Esse tipo de análise foi utilizado principalmente para atender os quatro primeiros objetivos específicos.

Em relação à análise de conteúdo, essa foi utilizada para o cumprimento do último objetivo específico, sobre a relação entre os achados teórico-empírico das teses e dissertações e a Teoria da Ação Coletiva. Conforme já exposto, a análise foi feita a partir da leitura e interpretação do conteúdo exposto nos objetivos e nas considerações finais/conclusões das teses e dissertações, de forma que fosse possível extrair os principais resultados encontrados e relacioná-los com a teoria.

Portanto, trata-se de uma pesquisa científica, cuja validade e confiabilidade são comprovadas pela existência de delineamentos e métodos adequados ao objetivo central desta pesquisa e pelo emprego de procedimentos estatísticos descritivos, com natureza quantitativa e qualitativa.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM AÇÕES COLETIVAS NO AGRONEGÓCIO

Para melhor compreensão deste capítulo, o mesmo será subdividido de acordo com os objetivos específicos traçados, a partir das seguintes categorias de análise: caracterização dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, que possuem relação com a linha de pesquisa de ações coletivas no agronegócio; descrição das teses e dissertações defendidas pelos cursos de doutorado e mestrado na área, bem como, os estudos na temática de ações coletivas no agronegócio; investigação dos aspectos teórico-empírico-metodológicos que fundamentam as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio; demonstração da concentração geográfica das teses e dissertações encontradas na temática e, também, da localização do objeto de estudo; relação entre os achados teórico-empíricos e os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva.

4.1 INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SELECIONADOS

Esta primeira categoria de análise envolve a caracterização dos programas e cursos de pós-graduação selecionados para o estudo, cujas subcategorias de análise são: quantidade de programas e cursos por subárea, conceito CAPES e concentração geográfica dos cursos.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* selecionados para a realização deste estudo foram os da subárea de Administração, os de Economia e os de Planejamento Urbano e Regional, que, a partir deste momento, serão chamadas de área e não de subárea. A CAPES possui 205 cursos de mestrado acadêmico ou doutorado reconhecidos nessas três áreas, resultantes de 134 programas de pós-graduação. Os 205 cursos existentes estão subdivididos da seguinte forma: 100 na área de Administração, 69 na área de Economia e 36 na área de Planejamento Urbano e Regional. A divisão entre cursos de mestrado e doutorado em cada área e a quantidade de IES que oferecem esse total de cursos constam na Tabela 1.

Pode-se observar que dos 205 cursos, 64,4% (132) são de mestrado e 35,6% (73) são de doutorado. Como existem 134 programas, que originam 132 cursos de mestrado e 73 de doutorado, tem-se um dado que chama atenção, qual seja, dois programas oferecem apenas o curso de doutorado, sem ter o curso de nível de mestrado. Esses dois programas são de Administração, da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - UCS (PUC-RS).

Tabela 1 - Quantidade de programas e de cursos de mestrado e doutorado em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional no Brasil

Área	Total de cursos	Mestrado	Doutorado	Programas
Administração	100	63	37	65
Economia	69	44	25	44
Planejamento Urbano e Regional	36	25	11	25
Total	205	132	73	134

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da CAPES (2014a).

A pesquisa também possibilitou identificar os conceitos obtidos por cada um dos 205 cursos na CAPES, por área de avaliação, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 - Conceito CAPES dos cursos de mestrado e doutorado em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional

Área	Administração	Economia	Planejamento Urbano e Regional
Conceito 3	18	15	13
Conceito 4	42	18	9
Conceito 5	32	20	10
Conceito 6	4	10	4
Conceito 7	4	6	0
Total	100	69	36

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da CAPES (2014a).

Sobre os conceitos expostos na Tabela 2, cabe mencionar que todos os cursos de mestrado e doutorado que são avaliados com nota igual ou superior a 3 são recomendados pela CAPES, tanto para o reconhecimento de cursos novos como também, para a renovação do reconhecimento dos cursos em funcionamento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Dessa forma, apenas os cursos que são reconhecidos pelo CNE é que estão autorizados a expedir diplomas de mestrado ou doutorado com validade nacional (CAPES, 2014b). Além disso, no que se refere a diferença entre os conceitos “3”, “4”, “5”, “6” e “7”, vale dizer que essa se dá em relação ao desempenho do curso de pós graduação. Ou seja, os conceitos 1 e 2 descredenciam o programa; o conceito 3 significa um desempenho regular e que atende ao padrão mínimo de qualidade; o conceito 4 é considerado um desempenho satisfatório; o conceito 5 é a nota máxima para programas *stricto sensu* que contemplam unicamente o nível de mestrado; por fim, os conceitos 6 e 7 indicam um desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Tal avaliação é realizada pela CAPES a cada três anos em todos os cursos que estão em funcionamento, levando em consideração critérios

como: a infraestrutura, a proposta do programa, a análise do corpo docente e discente e a produção intelectual (CAPES, 2014c).

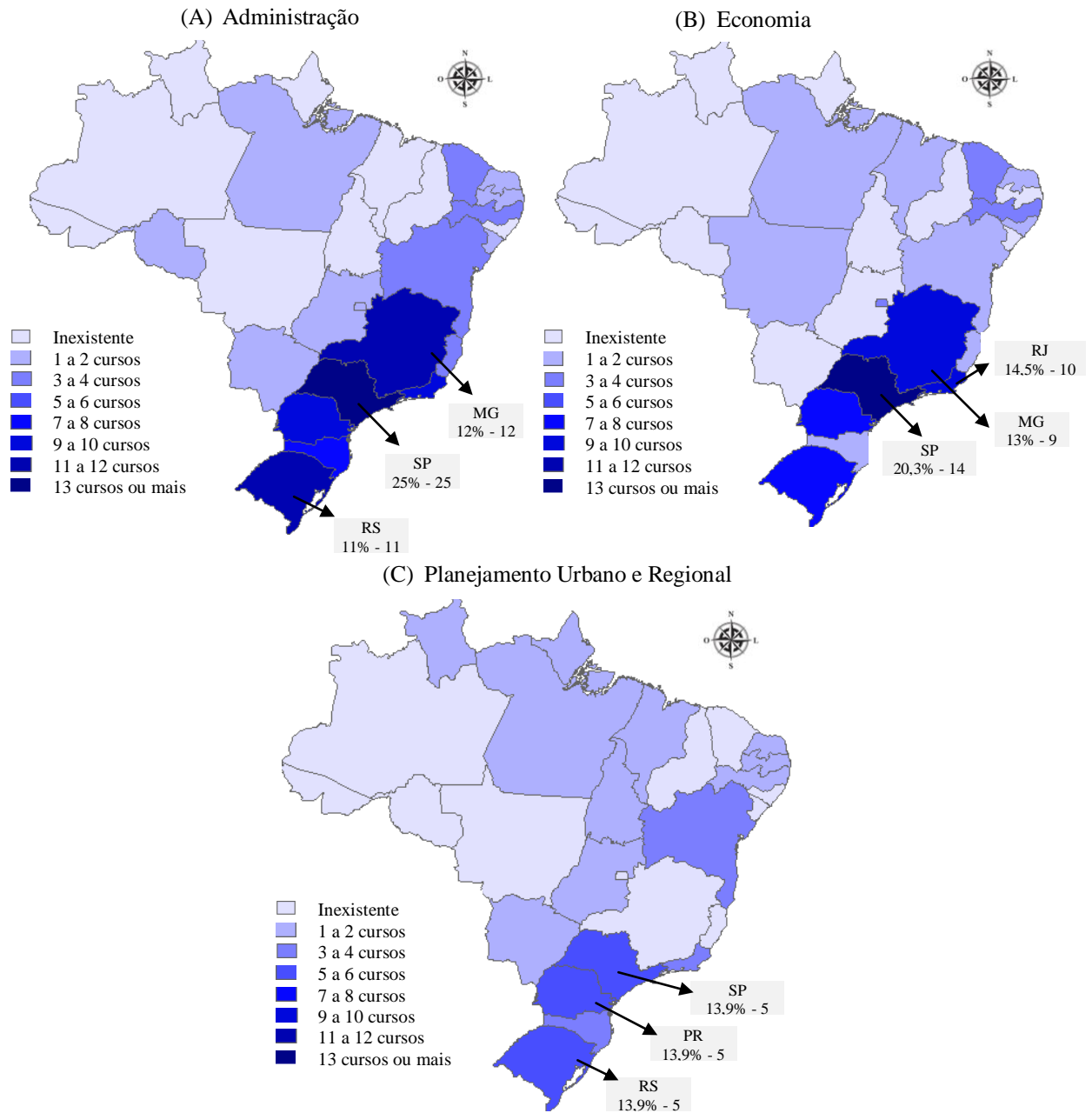
Visto isso, ainda sobre os dados da Tabela 2, observa-se que a maioria dos cursos, independente de área, possui conceito 4 ou 5. Possivelmente, isso pode ser explicado pelo maior número de cursos de nível mestrado nas três áreas (conforme mostrado na Tabela 1), já que o conceito 5 é o máximo para programas que oferecem somente mestrado.

Para além dessas informações, buscou-se saber onde esses programas estão geograficamente localizados no Brasil. Para tanto, com o auxílio do *Software TerraView*, pode-se verificar a concentração geográfica dos cursos de pós-graduação nas três diferentes áreas foco deste estudo. Ressalta-se que, para gerar os mapas temáticos, determinaram-se oito diferentes intervalos de concentração, quais sejam: *a)* inexistente; *b)* de 1 a 2 cursos; *c)* de 3 a 4 cursos; *d)* de 5 a 6 cursos; *e)* de 7 a 8 cursos; *f)* de 9 a 10 cursos; *g)* de 11 a 12 cursos; *h)* 13 cursos ou mais. Dessa forma, quanto maior a quantidade de cursos por estado brasileiro, mais forte é a cor (azul), representando, assim, maior ou menor concentração de cursos de mestrado ou doutorado em cada estado.

Feitas essas considerações, a Figura 9 apresenta a concentração geográfica dos cursos de mestrado e doutorado nas áreas de Administração (A), Economia (B) e Planejamento Urbano e Regional no Brasil (C) – mostrando as quantidades e percentuais apenas dos três estados com maior número de cursos. Como pode ser visualizado na Figura 9, de modo geral, as regiões Sul e Sudeste concentram mais cursos de pós-graduação nos níveis mestrado ou doutorado nas três áreas de conhecimento. No caso da área de Administração (A), em nove estados (principalmente, na região Norte) não existem cursos, sendo eles: Acre, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Alagoas, Roraima, Tocantins, Amapá e Amazonas. Em contrapartida, juntos, os estados de São Paulo (25 cursos), Minas Gerais (12 cursos) Rio Grande do Sul (11 cursos), Paraná (10 cursos), Rio de Janeiro (10 cursos) e Santa Catarina (7 cursos) são responsáveis por 75% dos cursos.

Na área de Economia, igualmente, o estado de São Paulo é o que possui mais cursos (14), e se considerar as regiões Sul e Sudeste juntas, essas concentram 75,4% (52 cursos) do total de mestrados e doutorados da área. Já os estados que não possuem cursos de pós-graduação em Economia são: Acre, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins, Amapá, Amazonas e Goiás. Do total desses 11 estados, seis estão na região Norte, três no Nordeste e dois no Centro-Oeste.

Figura 9 - Concentração geográfica dos cursos de pós-graduação em Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional no Brasil



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da CAPES (2014a).

Em relação aos cursos na área de Planejamento Urbano e Regional, três estados concentram 41,7% dos mesmos, são eles: Rio Grande do Sul e Paraná (região Sul) e São Paulo (região Sudeste), cada um com cinco cursos. Em seguida, o estado da Bahia chama atenção, com quatro dos 36 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Planejamento Urbano e Regional. Por conseguinte, os estados que não possuem mestrado ou doutorado na área são: Acre, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Alagoas, Rondônia, Sergipe, Amazonas, Ceará,

Espírito Santo e o Distrito Federal, distribuídos nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Analisando a distribuição geográfica dos cursos de mestrado acadêmico e doutorado nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, tem-se que a concentração desses cursos segue o cenário geral de todas as outras áreas do conhecimento. Ou seja, segundo a CAPES (2014c), a região Norte é a que possui menos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, independente da área, enquanto as regiões Sul e Sudeste concentram elevado número de cursos. Entretanto, cabe destacar que, no último triênio (avaliação 2010 - 2012), a região Norte foi a que teve maior crescimento de cursos de mestrado e doutorado, contemplando o índice de 40% em relação a avaliação anterior. Seguindo essa região, o Centro-Oeste também cresceu em número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (37%) e a região Nordeste cresceu 33%. Por fim, as regiões Sul e Sudeste, que concentram o maior número de cursos de pós-graduação no Brasil, cresceram 25% e 14%, respectivamente. Dessa maneira, todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação teve crescimento no último triênio (CAPES, 2014c). Ainda segundo a Capes, esse crescimento é decorrente dos esforços do Ministério da Educação para desconcentrar a educação superior, inclusive nos níveis de mestrado e doutorado.

Após a explanação das informações gerais sobre os cursos nas três áreas em estudo, apresenta-se a seguir a discussão sobre o segundo objetivo específico deste estudo, qual seja, o de descrever as teses e dissertações defendidas pelos cursos já expostos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TOTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PERÍODO 1998 A 2012

Este segundo objetivo específico envolve duas categorias de análise: a caracterização de todas as teses e dissertações defendidas nas três áreas (Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional) e a caracterização dos estudos defendidos no campo das ações coletivas no agronegócio. Em ambas as categorias, são analisadas subcategorias referentes à quantidade de defesas por área e por ano, bem como, os programas que mais se destacaram. Além disso, no caso das teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio, são verificadas as orientações na área.

Dessa forma, vale mencionar que o intuito central aqui foi o de chegar aos trabalhos relacionados a ações coletivas no contexto do agronegócio. Mas, para se alcançar esse objetivo, primeiramente, quantificaram-se as teses e dissertações que foram defendidas no

período 1998 a 2012 e, depois disso, selecionados os estudos que indicassem pesquisas num campo mais amplo, o das ações coletivas. Isso porque não se tinha conhecimento prévio sobre o número de teses e dissertações em ações conjuntas no agronegócio. Com essa precaução, caso fosse encontrado um número muito pequeno de trabalhos voltados ao *agribusiness*, seria possível trabalhar com os estudos sobre ações coletivas em outros contextos.

Assim, com base no Caderno de Indicadores (disponibilizado pela CAPES), foi possível obter a listagem de todas as teses e dissertações defendidas por programa. Nesses documentos, constam os seguintes dados: nome do autor do estudo; título do trabalho; orientador; membros da banca; e, em alguns casos, as palavras-chave. Além disso, o relatório apresenta as dissertações e as teses separadamente, de modo que se torna possível quantificar cada tipo de trabalho, por ano, por programa e por IES.

Em posse dos Cadernos de Indicadores dos 205 cursos de pós-graduação, obteve-se que a quantidade total de teses e dissertações defendida pelas três áreas foi de 23.134 (3.358 teses e 19.776 dissertações). A partir daí, iniciou-se a leitura dos títulos buscando selecionar os que remetessem a estudos de ações coletivas. Vale destacar que essa busca se deu com base num rol de palavras-chave que indicassem ações conjuntas (conforme apresentado no capítulo dos procedimentos metodológicos). Findada a leitura, encontrou-se a quantidade de 1.779, o equivalente a 7,7% do total de teses e dissertações defendidas no período. Esse índice pode ser tido como elevado, se for considerado dois aspectos: 1) a extensa variedade de temáticas, linhas de pesquisa, teorias e objetos de estudo que podem ser pesquisados nas três diferentes áreas; 2) o fato de a Teoria da Ação Coletiva ser ainda recente em comparação a outras teorias (AUSTIN, 2001; MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005B; ZYLBERSZTAJN; FARINA, 2006).

O total de 23.134 trabalhos defendidos nas três áreas, bem como, os 1.779 estudos sobre ações coletivas, foram divididos por área de conhecimento, conforme demonstrado na Tabela 3. Observando esses dados, tem-se que aproximadamente 60% das teses e dissertações foram defendidas na área de Administração. Igualmente, percebe-se que o maior percentual de trabalhos na temática de ações coletivas em relação ao total de teses e dissertações defendidas no período, também é o da área de Administração (9,8%), seguido ao da área de Planejamento Urbano e Regional (6,7%). Possivelmente, o fato de os programas de Administração ter sido destaque na quantidade de defesas se deve ao maior número de cursos, se comparado ao número de cursos das outras duas áreas.

Tabela 3 - Teses e dissertações defendidas por área de conhecimento

	Adminis- tração	%	Econo- mia	%	Planejamento Urb. e Reg.	%	Total	%
Total de teses e dissertações	13.848	59,9%	7.171	31%	2.115	9,1%	23.134	100%
Teses e dissertações sobre ações coletivas	1.362	9,8%	274	3,8%	143	6,7%	1.779	7,7%

Fonte: resultado da pesquisa.

Entre os cursos de pós-graduação em Administração, três programas se destacaram em relação ao número de defesas no período em análise. Juntos, esses três programas somaram 20,3% do total de teses e dissertações em Administração defendidas entre 1998 e 2012. Foram eles:

- a) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Administração da Universidade de São Paulo (USP), com 1.091 trabalhos defendidos;
- b) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 988;
- c) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP (FGV-SP), com 733.

Em relação aos 7.171 trabalhos defendidos na área de Economia, os seguintes programas se destacaram no que tange ao número de teses e dissertações apresentadas no período, somando 17% do total de trabalhos apresentados:

- a) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 428 teses e dissertações defendidas;
- b) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Economia da Universidade de São Paulo (USP), com 417;
- c) programa de pós-graduação (mestrado) em Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (PUC-SP), com 371.

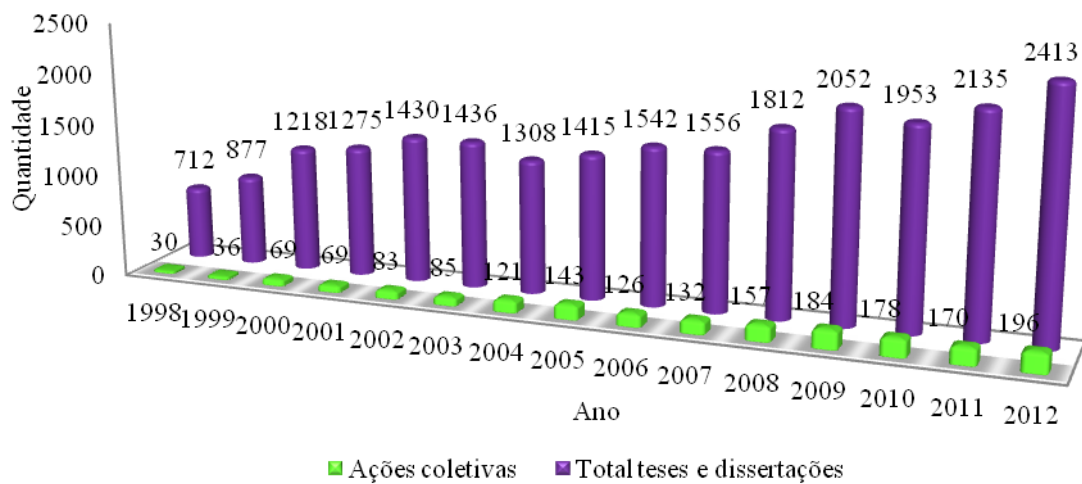
No que se refere à área de Planejamento Urbano e Regional, das 2.115 teses e dissertações defendidas, os três seguintes programas foram responsáveis por 43,9% desse total:

- a) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 364 trabalhos defendidos;

- b) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com 325;
- c) programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com 239.

Em relação à informação sobre quantidade de trabalhos defendidos por ano (1998 a 2012) e o número de teses e dissertações sobre ações coletivas, também por ano, essas podem ser visualizadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Total de trabalhos defendidos e total de teses e dissertações em ações coletivas (por ano)



Fonte: resultado da pesquisa.

De modo geral, observa-se uma tendência de crescimento no número de teses e dissertações defendidas no decorrer dos anos - nas três áreas de conhecimento conjuntamente. No ano 1998, por exemplo, apenas 712 trabalhos foram defendidos, enquanto que em 2012 esse número mais que triplicou, chegando a 2.413. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pela promoção de políticas públicas voltadas à intensificação do setor de pós-graduação, com conseqüente aumento no número de cursos nas últimas décadas, isso nas mais diversas áreas, e não apenas nas que são foco deste estudo. Conforme Santos e Azevedo (2009) e CAPES (2014c), nos anos 1960 havia somente 38 cursos de pós-graduação (11 de doutorado e 27 de mestrado) reconhecidos pelas CAPES. Já em 2008, esse número era de 2.588 e na última avaliação trienal (2010-2012) foram analisados 5.082 cursos (1.792 de doutorado, 2.893 de mestrado e 397 de mestrado profissional), resultantes de 3.337 programas

de pós-graduação. Já no ano 2014 foram reconhecidos na CAPES o total de 5.689 cursos, sendo 1.945 de doutorado, 3.165 de mestrado e 579 de mestrado profissional.

Ainda sobre o Gráfico 3, agora em relação aos trabalhos encontrados na temática de ações coletivas, também se percebe que o número de teses e dissertações aumentou no decorrer do tempo: no início do período, em 1998, foram encontrados apenas 30, e em 2012, foram defendidos 196 estudos nessa área. Acredita-se que esse aumento seja em função das décadas de 1990 e de 2000 terem marcado a maior frequência de discussões sobre ações coletivas, bem como, de estudos empíricos e de publicações sobre a temática em diversas revistas (MÉNARD, 2004; MÉNARD; KLEIN, 2004).

Depois das informações sobre a quantidade total de defesas no período e o número de teses e dissertações no assunto de ações coletivas, o próximo passo foi selecionar os trabalhos que abordavam, especificamente, ações coletivas no contexto do agronegócio. Para tanto, a partir dos 1.779 trabalhos anteriormente selecionados sobre ações coletivas, leu-se novamente os títulos e as palavras-chave para verificar se as pesquisas estavam relacionadas ao campo do agronegócio. Porém, em muitos casos abriu-se o arquivo completo ou parte dele para a leitura do resumo e introdução, a fim de confirmar se as teses e as dissertações realmente se referiam a estudos no contexto do *agribusiness*.

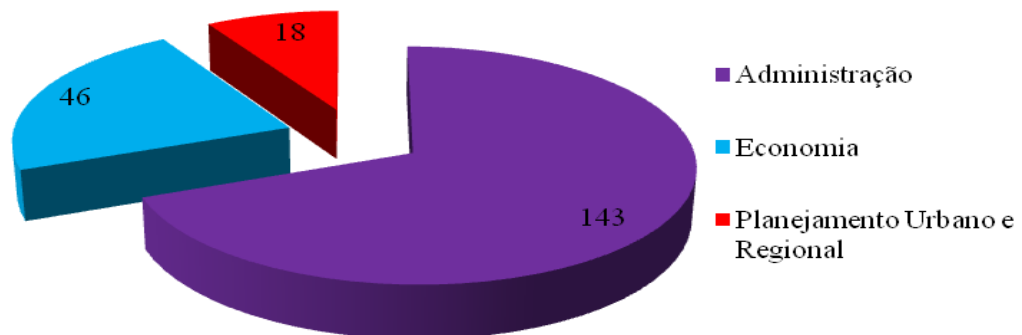
Sendo assim, do total de 1.779 teses e dissertações que tratavam de ações coletivas, foram encontrados 282 trabalhos no campo de estudo do agronegócio. Contudo, nem todos os arquivos completos foram localizados no meio eletrônico, sendo possível obter apenas 207 arquivos completos de teses e dissertações na temática de ações coletivas no agronegócio. Esses 207 trabalhos tornaram-se o objeto de investigação deste estudo, sendo que os mesmos foram amplamente caracterizados, conforme pode ser acompanhado a partir do próximo subitem. A listagem completa desses estudos encontra-se disponível no Apêndice A. Acredita-se que essa listagem possa servir de referência, embasando e auxiliando trabalhos futuros na área em questão.

4.2.1 Caracterização das Teses e Dissertações sobre Ações Coletivas no Agronegócio

Os 207 estudos encontrados foram divididos por área de conhecimento, de acordo com o Gráfico 4. A maior parte dos trabalhos foi desenvolvida na área de Administração (69,1%), seguida da área de Economia (22,2%) e de Planejamento Urbano e Regional (8,7%), o que pode estar relacionado com o maior número de cursos e, também, com a maior quantidade de teses e dissertações defendidas nos cursos de Administração em comparação às

duas outras áreas. Enquanto a área de Administração possui 100 cursos e 13.848 trabalhos defendidos no período, os cursos de Economia e Planejamento Urbano e Regional somam 69 e 36 cursos, respectivamente. Já em termos de defesas, a área de Economia teve 7.171 teses e dissertações apresentadas, enquanto a outra área apenas 2.115. Além disso, outro fator que pode estar relacionado à maior quantidade de trabalhos sobre ações coletivas no agronegócio defendida nas áreas de Administração e Economia em comparação à área de Planejamento Urbano e Regional, é que essa última é bem mais recente, cujos programas e defesas passaram a aumentar somente a partir da segunda metade da década de 2000. Outro fator importante a comentar é que apesar das áreas de Economia e Planejamento Urbano e Regional oferecerem diversas linhas de pesquisa relacionadas ao desenvolvimento econômico e local, ramo em que as ações coletivas são de fundamental importância, o estudo das mesmas ainda é menos recorrente do que na área de Administração.

Gráfico 4 - Teses e dissertações de ações coletivas no agronegócio por área de conhecimento

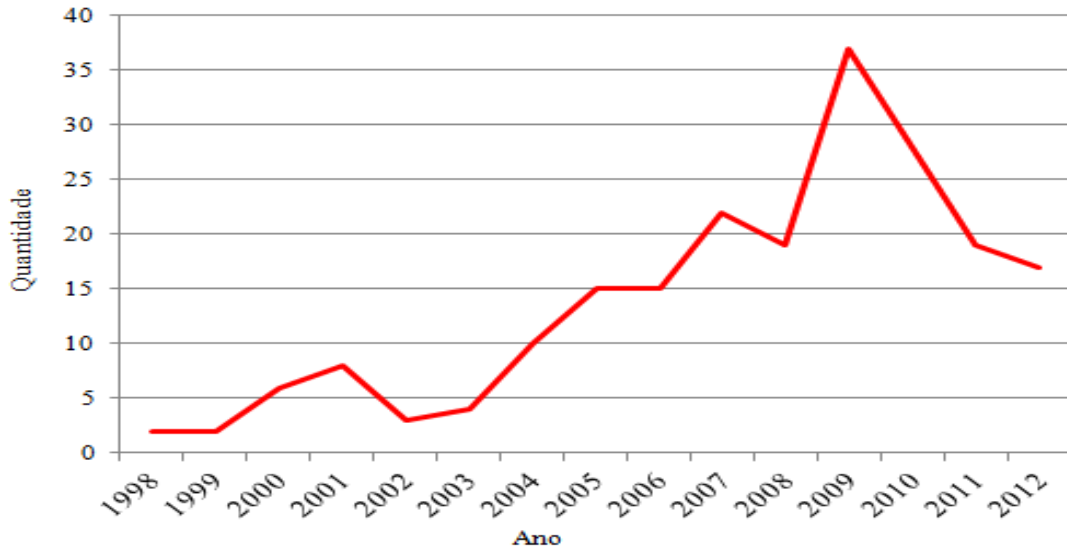


Fonte: resultado da pesquisa.

Na sequência observou-se o panorama das defesas dos trabalhos de ações coletivas no contexto do agronegócio no decorrer dos anos (Gráfico 5). Com base no Gráfico 5, é possível visualizar uma tendência de crescimento no período em análise, ou seja, a quantidade de teses e dissertações na temática de ações coletivas no agronegócio tem aumentado com o passar dos anos, mesmo que de forma ainda tímida. A partir de 2005, principalmente, é que se observa de maneira mais clara o crescimento no número de trabalhos defendidos na área, com

destaque para o ano 2009, em que quase 40 estudos sobre ações coletivas no agronegócio foram defendidos.

Gráfico 5 - Teses e dissertações de ações coletivas no agronegócio defendidas ao longo do período



Fonte: resultado da pesquisa.

Outro aspecto considerado foi a quantidade de teses e dissertações defendidas, separadamente por área e por ano, conforme apresentado no Quadro 9. Com base nesse quadro, percebe-se que nas áreas de Administração e Economia a quantidade de teses encontrada é bem menor do que a de dissertações, em torno de um quarto. Já na área de Planejamento Urbano e Regional, não foi encontrada nenhuma tese sobre ações coletivas no agronegócio no período. Esse maior número de dissertações pode ser explicado em razão da maior quantidade de programas de mestrado em comparação aos de doutorado, como visto anteriormente. Já em relação à área de Planejamento Urbano e Regional não possuir teses sobre ações coletivas, ressalta-se que os programas da área são ainda recentes, criados a partir de 2004, diferentemente dos cursos das áreas de Administração e Economia. De modo geral, essa área possui menos programas e defesas no período analisado.

Além desses fatores, comparando o Quadro 9 com o Gráfico 5, observa-se que a partir de 2004 o número de defesas aumenta, tanto de teses quanto de dissertações, o que pode ter relação com os trabalhos que não estão disponíveis no meio eletrônico antes daquele ano. Particularmente, o ano 2009 se destaca nas áreas de Administração e Economia como o período em que mais dissertações foram defendidas (21 e 7, respectivamente).

Quadro 9 - Total de teses e dissertações defendidas por área de conhecimento, por ano

Ano	Administração		Economia		Planejamento Urbano e Regional	
	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações
1998	0	0	1	1	0	0
1999	0	0	1	1	0	0
2000	1	1	0	4	0	0
2001	0	5	0	3	0	0
2002	2	1	0	0	0	0
2003	1	3	0	0	0	0
2004	2	2	0	6	0	0
2005	0	12	1	0	0	2
2006	2	9	1	3	0	0
2007	2	14	0	3	0	3
2008	5	10	1	2	0	1
2009	4	21	3	7	0	2
2010	3	15	1	5	0	4
2011	3	13	0	1	0	2
2012	4	8	0	1	0	4
Total	29	114	9	37	0	18

Fonte: resultado da pesquisa.

O próximo aspecto observado neste estudo se refere aos programas *stricto sensu* que mais se destacaram em relação a teses e dissertações defendidas no campo das ações coletivas no agronegócio. Na área de Administração, esses programas são relacionados na Tabela 4.

Tabela 4 - Os cinco programas de Administração com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio

Programa	Instituição	Teses	Dissertações	Total
Mestrado e Doutorado em Administração	Universidade Federal do Paraná/PR (UFPR)	1	18	19
Mestrado e Doutorado em Administração	Universidade Federal de Lavras/MG (UFLA)	4	11	15
Mestrado e Doutorado em Administração	Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS (UFRGS)	6	8	14
Mestrado e Doutorado em Administração	Universidade de São Paulo/SP (USP)	10	3	13
Mestrado e Doutorado em Administração	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS (UNISINOS)	0	9	9
Total		21	49	70

Fonte: resultado da pesquisa.

Pode-se visualizar na Tabela 4 que, juntos, esses cinco programas abrangem 49% do total de trabalhos (143) defendidos sobre ações coletivas no agronegócio na área de Administração, o que pode ser considerado um percentual alto já que o total de programas é de 65. Assim, o restante dos trabalhos (51%) fica subdividido nos outros 60 programas. O que chama atenção ainda é o fato de que quatro programas (os primeiros da tabela) possuem 21 das 29 teses defendidas no período, ou seja, 72,4% do total. Nesse quesito, cabe destacar o programa de pós-graduação em Administração da USP, que possui 10 das 21 teses, resultado esse que pode estar relacionado ao alto fluxo de defesas que o programa possui, pois do total de 13.848 trabalhos apresentados na área de Administração, 1.091 foram da USP, sendo esse o programa com mais defesas entre os 65 da área. Já em relação ao programa com a maior quantidade de dissertações sobre ações coletivas no agronegócio este foi o de Administração da UFPR, com 18 dos 49 trabalhos. Cabe ressaltar que esses dados podem representar o resultado da consolidação de linhas de pesquisa na área de ações coletivas no agronegócio por parte desses programas e de seus orientadores.

Dando continuidade a análise dos programas que mais se destacaram na quantidade de trabalhos sobre ações coletivas no agronegócio, na Tabela 5 apresentam-se os da área de Economia.

Tabela 5 - Os cinco programas de Economia com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio

Programa	Instituição	Teses	Dissertações	Total
Mestrado e Doutorado em Economia Aplicada	Universidade Federal de Viçosa/MG (UFV)	2	4	6
Mestrado em Economia Rural	Universidade Federal do Ceará/CE (UFC)	0	6	6
Mestrado e Doutorado em Ciências (Economia Aplicada)	Universidade de São Paulo/Escola Sup. de Agricultura Luiz de Queiroz/SP (USP-ESALQ)	2	3	5
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico	Universidade Federal do Paraná /PR (UFPR)	0	5	5
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico	Universidade Estadual de Campinas/SP (UNICAMP)	1	4	5
Total		5	22	27

Fonte: resultado da pesquisa.

Esses cinco programas reúnem 58,7% do total de 46 teses e dissertações defendidas sobre o assunto em foco na área de Economia. Percentual esse que também pode ser considerado alto, uma vez que os outros 41,3% são, então, distribuídos entre os demais 39

programas da área de Economia. Conforme a Tabela 5, o que se observa é que duas universidades do estado de São Paulo são listadas (dois programas), contemplando 10 dos 27 trabalhos defendidos na área de Economia.

A última área a ser analisada quanto aos programas que mais se destacaram é a de Planejamento Urbano e Regional (Tabela 6).

Tabela 6 - Os três programas de Planejamento Urbano e Regional com mais trabalhos em ações coletivas no agronegócio

Programa	Instituição	Teses	Dissertações	Total
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR (UNIOESTE)	0	11	11
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional	Universidade Regional de Blumenau/SC (FURB)	0	4	4
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional	Universidade de Santa Cruz do Sul/RS (UNISC)	0	3	3
Total		0	18	18

Fonte: resultado da pesquisa.

Observa-se que, diferentemente das áreas de Administração e Economia, nesta área destacam-se apenas três programas. Isso porque somente nesses três foram encontrados estudos sobre ações coletivas no campo do agronegócio. A partir da Tabela 6, tem-se que o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da UNIOESTE, é o que mais se destaca nessa área, com 11 dos 18 trabalhos.

A última subcategoria de análise deste tópico se refere aos nomes dos professores orientadores. Especificamente, são apresentados no Quadro 10 os professores que orientaram mais do que dois trabalhos na área de ações coletivas no agronegócio²². O intuito de apresentar esse dado nesta pesquisa é o de analisar a possível existência ou consolidação de linhas de pesquisa sobre ações coletivas no agronegócio nos programas de pós-graduação, uma vez que o fato de um mesmo professor assumir diversas orientações numa única temática pode indicar a existência/solidez dessa linha de pesquisa. Isto está em conformidade com o que afirmam Souza et al. (2013, p. 564), quando apontam que as teses e dissertações representam as linhas e projetos de pesquisa dos orientadores, “que na maioria dos casos são pesquisadores seniores das suas respectivas áreas”.

²² Nos casos em que o nome do professor foi encontrado em apenas uma ou duas orientações, isso pode indicar, entre outros fatores, que foi um estudo isolado ou que o próprio mestrando ou doutorando propôs a temática.

Quadro 10 – Docentes com mais de um estudo orientado na área de ações coletivas no agronegócio

ADMINISTRAÇÃO		
Orientador	IES	Qtd
Sergio Bulgacov	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	8
Eugênio Ávila Pedrozo	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	4
Janaina Macke	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	4
Luiz Marcelo Antonialli	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	4
Roberto Max Protil	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)	4
Decio Zylbersztajn	Universidade de São Paulo (USP)	3
Fernando Dias Lopes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	3
Marcos Fava Neves	Universidade de São Paulo (USP)	3
Maria Vilma Coelho Moreira Faria	Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	3
ECONOMIA		
Maria Irlles de Oliveira Mayorga	Universidade Federal do Ceará (UFC)	4
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL		
Valmor Schiochet	Universidade Regional de Blumenau (FURB)	3

Fonte: resultado da pesquisa.

Das 207 teses e dissertações encontradas sobre ações coletivas no campo no agronegócio, apenas 93 tiveram orientadores repetidos. Ou seja, 114 nomes de orientadores foram encontrados apenas uma vez. Isso pode retratar a, ainda, incipiente consolidação de linhas de pesquisas sobre ações conjuntas no âmbito do *agribusiness*. Contudo, é preciso ressaltar que, de acordo com o Quadro 10, em alguns programas, um mesmo professor orientou três, quatro ou até oito trabalhos na temática, o que tende a indicar um dos enfoques de pesquisa desse orientador.

Além disso, outro fator que se pode observar, é que o programa de Administração da USP se destacou, pois foram encontrados dois orientadores de trabalhos na temática foco deste estudo. Esse resultado pode estar relacionado com o fato dos professores Zylbersztajn e Fava Neves serem membros ativos do PENSA, grupo que se destaca em pesquisas no campo agroindustrial.

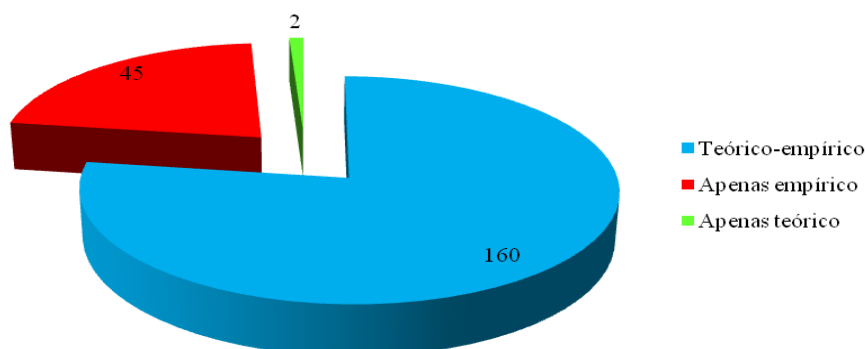
Findadas as análises de alguns dados gerais sobre as teses e dissertações defendidas pelas três áreas, no período 1998-2012, segue-se ao próximo objetivo específico, investigando aspectos teórico-empírico-metodológicos dos 207 estudos encontrados.

4.3 ASPECTOS TEÓRICO-EMPÍRICO-METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS

Esta categoria de análise envolve os seguintes aspectos (subcategorias): divisão das teses e dissertações em estudos teóricos, empíricos ou teórico-empíricos; enfoques teóricos utilizados; autores e obras mais citadas nos diferentes enfoques teóricos; modelos coletivos aplicados que foram estudados; palavras-chave indicadas pelos estudos; SAGs e segmentos mais estudados; abordagem metodológica e formas de coleta de dados.

Inicialmente, observaram-se quais trabalhos se referem a estudos somente teóricos, quantos são somente empíricos e, conseqüentemente, quantos são teórico-empíricos, conforme pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Divisão dos trabalhos em teórico, empírico ou teórico-empíricos



Fonte: resultado da pesquisa.

Lembra-se que as teses e dissertações classificadas como estudos “Apenas teóricos” referem-se a trabalhos que discutem algum dos enfoques teóricos da Teoria da Ação Coletiva (cooperativismo, associativismo, *cluster*, APL, aglomerado, empreendedorismo coletivo, etc.) no campo do agronegócio, mas que não apresentam um estudo empírico (de campo). Da mesma forma, os estudos classificados como “Apenas empíricos” se tratam de teses e dissertações que não abordam em seu *corpus* teórico algum dos enfoques da Teoria da Ação Coletiva, mas estudam algum modelo aplicado coletivo. É o caso de um estudo sobre viabilidade econômica de cooperativas, por exemplo, que apresenta aspectos teóricos voltados às questões de viabilidade, porém possui como objeto de investigação uma ação coletiva. Por

sua vez, os trabalhos “Teórico-empíricos” são os que possuem tanto um enfoque teórico quanto um modelo aplicado relacionado com a Teoria da Ação Coletiva.

Ressaltado isso, a partir do Gráfico 6 observa-se que somente 1% (o que equivale a dois estudos) dos 207 trabalhos são “Apenas teóricos”. Ambos os estudos abordam questões relacionadas à cooperação. Um deles discute as falhas de coordenação de um sistema complexo agroindustrial (da carne bovina) através da cooperação, enquanto o outro aborda a importância de agricultores do ramo leiteiro se unirem de forma coletiva. Trata-se de uma tese defendida na USP e uma dissertação defendida na Universidade Estadual de Maringá (UEM), respectivamente.

Já em relação as 45 teses e dissertações (22% dos trabalhos) classificadas como estudos somente empíricos, foi possível identificar diversas teorias utilizadas (que não contemplam a Teoria da Ação Coletiva e nenhum de seus enfoques teóricos). Porém, vale destacar que nesses estudos, as análises se referem a modelos aplicados coletivos. Os referências teóricas que embasaram esses 45 trabalhos envolviam assuntos relacionados a:

- a) tecnologia de informação;
- b) análise econômica de projetos;
- c) matriz insumo-produto;
- d) desenvolvimento sustentável e gestão ambiental;
- e) teorias locacionais, desenvolvimento, território e região;
- f) processo de inovação;
- g) gestão estratégica;
- h) gestão do conhecimento;
- i) comunicação organizacional;
- j) estratégia mercadológica;
- k) identidade organizacional;
- l) empreendedorismo;
- m) certificação de produtos;
- n) paradigma estrutura-conduta-desempenho;
- o) *benchmarking*;
- p) Teoria da Organização Industrial;
- q) Nova Economia Institucional;
- r) Teoria Institucional;
- s) *marketing*;
- t) comprometimento organizacional;

- u) agricultura familiar;
- v) qualidade de vida.

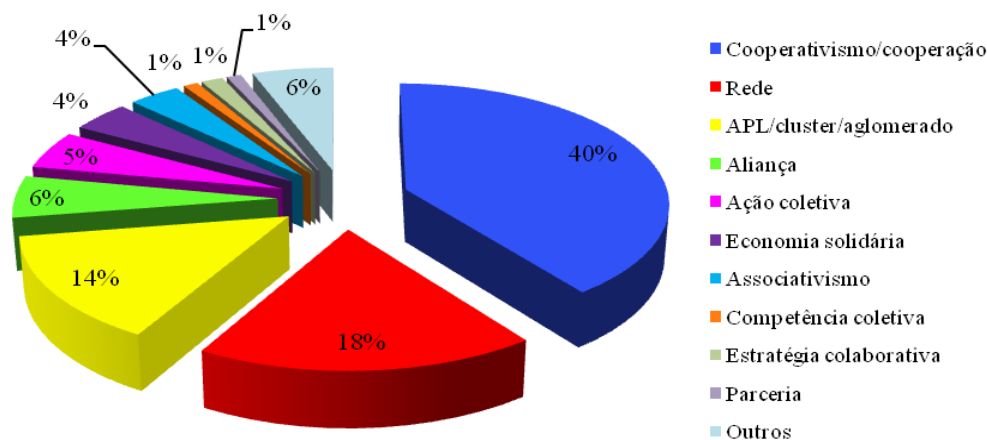
Foram encontradas mais de 20 temáticas diferentes sob as quais foram realizados estudos empíricos sobre cooperativas, associações, APLs, grupos informais, redes, alianças e outros modelos aplicados no formato de ações coletivas. A partir disso, pode-se dizer que ações coletivas no campo do agronegócio têm sido estudadas sob diversas perspectivas, podendo ser econômica, social, cultural ou ambiental. Isso vem ao encontro, tanto dos incentivos das ações coletivas, podendo ser de cunho financeiro, social, ambiental, psicológico, cultural, político, entre outros (OLSON, 1999; BRITO, 2001), como também, da existência de pontos de vista diferentes de autores de distintas áreas, como, por exemplo, Olson (1999), que apresenta uma visão mais econômica das ações coletivas, e Granovetter (1973,1985), que possui uma visão mais sociológica.

Em relação às teses e dissertações classificadas como teóricas e empíricas (77%), vale dizer que uma diversidade de enfoques teóricos relacionados à Teoria da Ação Coletiva e de modelos coletivos aplicados foi encontrada. Esses dois aspectos (enfoque teórico e modelo aplicado) são analisados separadamente.

Sobre os enfoques teóricos, com base nos 160 trabalhos teórico-empíricos somados aos dois estudos somente teóricos, percebeu-se que diferentes abordagens teóricas foram utilizadas para embasar as teses e dissertações (Gráfico 7). Sobre esse aspecto, cabe dizer que a análise da abordagem teórica utilizada pelas 162 teses ou dissertações foi feita a partir da leitura do sumário, preferencialmente dos temas abordados no capítulo destinado à fundamentação teórica. Além disso, ressalta-se que diversos estudos apresentam mais de uma abordagem, por exemplo, cooperativismo e associativismo ou redes e alianças, de forma que foram encontrados mais de dez enfoques teóricos distintos.

A partir do Gráfico 7, tem-se que o Cooperativismo foi a abordagem teórica mais utilizada para embasar as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio, citada por 40% dos trabalhos. Os enfoques teóricos sobre Rede e APL/*Cluster*/Aglomerado vêm em seguida com 18% e 14%, respectivamente. Lembra-se que, além de ser a opção deste trabalho utilizar os conceitos de APL, *cluster* e aglomerado como sinônimos, muitas teses e dissertações também não faziam diferenciação entre esses termos, de modo que em alguns momentos do estudo denominavam APL e em outros chamavam *cluster* ou aglomerado. Dessa forma, optou-se, também, por unir os termos no momento da verificação do enfoque teórico utilizado pelos trabalhos.

Gráfico 7 - Enfoques teóricos abordados pelas teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio



Fonte: resultado da pesquisa.

É importante ressaltar que as abordagens do Cooperativismo, das Redes e dos APLs/*clusters*/aglomerados foram as mais citadas nas áreas de Administração, Economia e Desenvolvimento Regional. O Cooperativismo predominou em primeiro lugar nas três áreas e as Redes em segundo, exceto na área de Economia, que os estudos embasados pela teoria de APLs/*clusters*/aglomerados ficou em segundo lugar. No caso do item “Outros”, esse envolve abordagens como: fusões e aquisições, empreendedorismo coletivo, participação e empoderamento, *netchain*, *supply chain management*, entre outros que foram utilizados por apenas uma tese ou dissertação e que juntos somam 6% dos trabalhos.

Outro dado que chama atenção no Gráfico 7 é que apenas 5% dos estudos apresentam a Teoria da Ação Coletiva como embasamento para o trabalho. Ou seja, por mais que a maioria (162 estudos) apresente alguma abordagem relacionada à coletividade, poucos trazem a Teoria como tema central; poucos se debruçam de forma aprofundada sobre a essência da Teoria da Ação Coletiva. Mesmo assim, não se pode afirmar que isso se refere a uma fragilidade nas pesquisas, mas sim, que os mais diversos enfoques teóricos ligados às ações coletivas respondem, por si só, de forma satisfatória e coerente aos achados empíricos descritos pelos pesquisadores. É o caso, por exemplo, das abordagens do Cooperativismo, de Redes, de APLs/*Clusters*/Aglomerados e de Economia Solidária, que possuem ferramentais teóricos já estudados e desenvolvidos desde longa data, por autores de renome e pesquisas sólidas (como será visto logo adiante), que, dependendo do caso analisado, dispensam a

utilização de outra teoria central (como a Teoria da Ação Coletiva) para embasar a pesquisa. No entanto, acredita-se que a utilização da Teoria da Ação Coletiva pode enriquecer ainda mais os constructos teóricos e empíricos, bem como, despertar o interesse de pesquisadores por novas e diferentes análises, em função das diversas variáveis estudadas e instigadas pela Teoria, tais como: racionalidade coletiva; tamanho do grupo, heterogeneidade, falhas coletivas, divisão dos benefícios, comunicação face a face, entre outros citados por Granovetter (1973; 1985), Olson (1999) e Ostrom (1990; 2007).

Para além da investigação sobre os enfoques teóricos utilizados, procurou-se saber quais foram os autores e as obras mais utilizadas em cada abordagem. Para tanto, fez-se um controle das diversas citações ao longo do capítulo de referencial teórico, verificando quais autores eram citados. Num banco de dados, compilaram-se os autores e as obras citadas em cada um dos enfoques teóricos. No final da análise, efetuou-se a contagem de quantas vezes aquele autor foi aludido, obtendo-se uma listagem com os principais nomes e obras utilizadas para embasar teoricamente as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio. Os principais autores de cada enfoque teórico são apresentados no Quadro 10.

Outra listagem com nomes de autores e algumas das principais obras citadas por cada autor consta no Apêndice B, cuja listagem não contempla todos os autores citados em cada abordagem, mas os que foram mais mencionados por ordem de maior número de trabalhos que os citaram.

Quadro 10 - Autores mais citados em cada enfoque teórico

Enfoque teórico	Autores
Cooperativismo	PINHO, Diva Benevides
	Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971
	BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo
	Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
	CHADDAD, Fabio Ribas
	COOK, Michael L
	ZYLBERSZTAJN, Decio
	Aliança Cooperativa Internacional (ACI)
	IRON, João Eduardo Oliveira
	ANTONIALI, Luiz Marcelo
	SINGER, Paul
Rede	GRANOVETTER, Mark
	CASTELLS, Manuel
	BALESTRIN, Alsones
	VERSCHOORE, Jorge R.
	AMANTO NETO, João
	CASAROTTO FILHO, Nelson
	PIRES, Luiz Henrique
	PORTER, Michael F.
GULATI, Ranjay	

	BURT, Ronald
	NOHRIA, Nitin
	POWELL, Walter
APL/ <i>cluster</i> /aglomerado	PORTER, Michael F.
	CASSIOLATO, José E.
	LASTRES, Helena M. M.
	AMARAL FILHO, Jair do
	SCHMITZ, Hubert
	Rede de pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)
	BECATTINI, Giacomo
	ALBAGLI, Sarita
	BRITO, Jorge
	AMORIM, Mônica A.
	BRITTO, Jorge
	CASAROTTO FILHO, Nelson
	PIRES, Luiz Henrique
Aliança	YOSHINO, Michael Y.
	RANGAN, U. Srinivasa
	LORANGE, Peter
	ROOS, Johan
	CONTRACTOR, Farok J.
	PORTER, Michael F.
	GULATI, Ranjay
	DOZ, Yves L.
	HAMEL, Gary
	WILLIAMSON, Oliver
	HAGEDOORN, John
	BURT, Ronald
Ação coletiva	MANCUR, Olson
	ZYLBERSZTAJN, Decio
	HARDIN, Russel
	FARINA, Elizabeth M. M. Q.
	HECKATHORN, Douglas D.
	NASSAR, Andre M.
	SANDLER, Todd
Economia solidária	SINGER, Paul
	FRANÇA FILHO, Genauto
	LAVILLE, Jean-Lois
	SACHS, Iganacy
	MANCE, Euclides José
	ANDION, Carolina
	ARRUDA, Marcos
	CORAGGIO, Luiz de
GAIGER, Luiz Inácio	
Associativismo	ALENCAR, Edgard
	FERREIRA, F. P.
	NASSAR, Andre M.
Competência coletiva	WEICK, Karl E.
	RUAS, Roberto L.
	AMNERDT, C. H. et al.
	BONOTTO, Fernanda
	FROHM, C.

	HANSSON, H.
	LEONARD-BARTON, D.
	ZARIFIAN, Philippe
Estratégia colaborativa	CHILD, John
	FAULKNER, Dadid
	BALESTRIN, Alsones
	VARGAS, Lilia M.
	BRESSER, Rudi K. F.
	CHIEN, Ting-Hua
	PENG, Tzue-Ju
	CONTRACTOR, Farok J.
	LORANGE, Peter
	ROOS, Johan
	PORTER, Michael F.
	POWELL, Walter
Parceria	CHEUNG, Steven N. S.
	REID, Joseph D. Jr.
	ROUMASSET, James

Fonte: resultado da pesquisa.

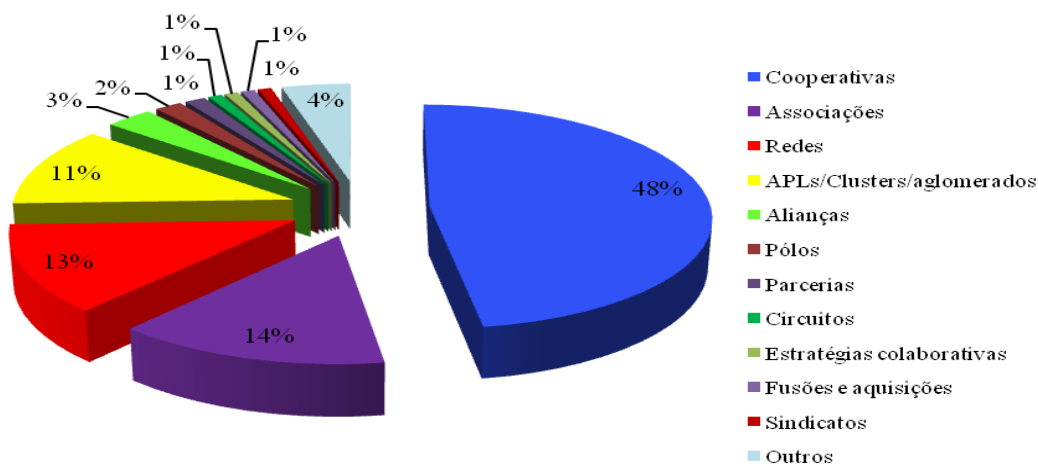
Como se pode observar no Quadro 10 (e também no Apêndice B), o cooperativismo, as redes e os APLs/*clusters*/aglomerados são os que possuem mais autores citados. Isso pode estar relacionado com o maior número de estudos que utilizaram essas abordagens para embasar suas pesquisas, como já foi visto no Gráfico 7.

O Quadro 10 (juntamente com o Apêndice B) pode ser usado como um material de consulta por pesquisadores da área que desejam ter acesso de maneira mais rápida a alguns dos principais autores de cada área contemplada pelas ações coletivas. Isso não quer dizer que apenas esses autores são os mais referenciados do Brasil e do mundo em cada abordagem. É o caso, por exemplo, do enfoque teórico de redes, em que o estudo de Andrighi, Hoffmann e Andrade (2011, p. 32), sobre a produção científica em redes, aponta que “No contexto internacional, os autores Miles e Snow (1986); Thorelli (1986); Jarillo (1988) e Powell (1990) e no Brasil, Amato Neto (2000); Siqueira (2000); Casarotto e Pires (2001) encontram-se entre as primeiras referências a discutir a temática”. Veja que alguns autores como Miles e Snow, Thorelli, Jarillo e Siqueira não estão relacionados no Quadro 10 ou no Apêndice B na abordagem sobre redes. Mas é fundamental considerar que o foco aqui é redes no agronegócio e, por isso, podem ter diferenças nos autores mais consultados. De qualquer forma, a partir das informações sobre autores e obras mais citadas, tem-se uma fonte de dados ampla e de fácil acesso, sobre, pelo menos, parte da frente de pesquisa de cada enfoque teórico que as ações coletivas podem ser estudadas.

O último fator a se comentar sobre os autores mais aludidos em cada enfoque teórico é que alguns nomes aparecem em mais de uma abordagem, por exemplo, Paul Singer; Michael F. Porter; Walter Powell; Decio Zylbersztajn e Oliver Williamson. Observou-se que um dos fatores que pode ter conduzido para isso é que, apesar de o capítulo do estudo focar em uma determinada abordagem teórica, conceitos de outras abordagens eram citados. Por exemplo, o enfoque teórico utilizado para embasar o estudo era referente aos *APLs/clusters/aglomerados*, mas, para introduzir o tema, o pesquisador mencionava o conceito de redes. Assim, possivelmente um mesmo autor foi mencionado tanto na abordagem teórica de redes quanto na de *APL/cluster/aglomerado*. Fato esse que reporta ao já evidenciado na fundamentação teórica deste estudo: que as ações coletivas são estruturas amplas, heterogêneas e complexas, que, independente da nomenclatura utilizada, são baseadas em cooperação, compartilhamento e planejamento conjunto, envolvendo a união entre atores que possuem objetivos comuns (POWELL, 1990; WILLIAMSON, 1991; ZYLBERSZTAJN, 1995b; MÉNARD, 2004). Por isso, a possível conexão entre as mais diversas abordagens e autores.

Findadas as contribuições sobre os principais autores, buscou-se saber quais foram os modelos aplicados estudados nos casos das teses e dissertações empíricas. São, no total, 205 teses e dissertações (já que apenas duas são somente teóricas) que retratam estudos empíricos e, assim, abordam estudos sobre algum modelo coletivo aplicado. Dentre esses trabalhos, muitas teses e dissertações apontam e estudam mais do que um modelo aplicado de ação coletiva, por exemplo, uma cooperativa e uma associação, de modo que foram encontradas mais de 11 diferentes formas organizacionais (conforme pode ser visto no Gráfico 8).

Com base no Gráfico 8, percebe-se que as cooperativas foram objeto de investigação de 48% das teses e dissertações, o equivalente a 108 trabalhos. Sendo assim, da mesma forma que o enfoque teórico (Gráfico 7), em que o Cooperativismo foi o mais utilizado, as cooperativas ficaram em primeiro lugar como estudo de caso nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional. Isso pode ser explicado pelo fato de o Brasil ser considerado um país cooperativista, em que as cooperativas estão muito presentes nos mais diversos setores, especialmente no agronegócio, sendo responsável por mais de 5% do PIB nacional (BIALOSKORSKI NETO, 2004; BIALOSKORSKI NETO; CHADDAD, 2005; OCB, 2014). Segundo a OCB (2015), atualmente, o cooperativismo brasileiro está estruturado e é fundamental para a economia do país, possuindo o objetivo de ser cada vez mais conhecido e entendido como um sistema integrado e forte. Acredita-se que por essas questões, estudos empíricos sobre esses modelos coletivos sejam tão realizados.

Gráfico 8 - Modelos aplicados de ações coletivas abordados nas teses e dissertações

Fonte: resultado da pesquisa

Depois das cooperativas, as associações foram as formas de ações coletivas mais estudadas. De acordo com o Gráfico 8, 14% das teses e dissertações realizaram estudos de caso em associações, índice seguido de perto pelos trabalhos realizados em redes (13%). Percebe-se que, diferentemente da ordem dos enfoques teóricos, em que o associativismo está em sétimo lugar (Gráfico 7), as associações assumem o segundo lugar quando se refere aos modelos coletivos estudados empiricamente. Nesse aspecto, cabe lembrar que algumas abordagens teóricas podem ser utilizadas para embasarem estudos de diferentes modelos aplicados, como é o caso do enfoque teórico de Redes, por exemplo. Observou-se que muitas vezes a teoria das teses e dissertações versava sobre Redes, mas o caso empírico era sobre uma associação, isso porque no decorrer da fundamentação teórica os pesquisadores indicavam que Redes podem ser diversas formas de associativismo, cooperativismo, alianças, entre outros. Assim, deve-se lembrar que os diferentes enfoques teóricos e modelos aplicados aqui relacionados fazem parte de uma teoria central, a Teoria da Ação Coletiva, e que podem, dessa forma, estar interligados e correlacionados, dependendo da maneira como cada pesquisador os apresenta e os estuda.

Posterior às cooperativas, associações e redes, os APLs/*clusters*/aglomerados foram foco de estudo de 11% das teses e dissertações, sendo que as demais formas coletivas estudadas foram: alianças, polos, parcerias, circuitos, estratégias colaborativas, fusões e aquisições e sindicatos. Além desses, no critério “Outros” ainda foram encontrados: projetos,

programas, empreendimentos coletivos, coletivos de produção, relações interorganizacionais, organizações associativas e cooperação interinstitucional.

Somados aos aspectos teórico-empíricos, verificaram-se, na sequência, as palavras-chave citadas pelas teses e dissertações. Dos 207 trabalhos, 51 não apresentavam palavras-chave (34 da área de Administração, 16 da área de Economia e um da área de Planejamento Urbano e Regional). Dessa forma, foi encontrado um total de 434 palavras-chaves: 284 em Administração, 95 em Economia e 55 em Planejamento Urbano e Regional, muitas delas repetidas, conforme apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 - Palavras-chave citadas nas teses e dissertações

Palavra	Repetição
Cooperativa/cooperativas singulares/cooperativa central/cooperativa agropecuária/cooperativismo/cooperados/construção da cooperativa/cooperação/cooperação interempresarial	63
Rede/organizações em rede/rede de empresas/redes interorganizacionais/redes sociais interorganizacionais/redes de cooperação/redes horizontais/redes colaborativas/redes sociais/rede de negócios/redes/redes de firmas/rede de pesquisas.	34
Desenvolvimento (local, regional, sustentável, endógeno)	25
Arranjo/Arranjo Produtivo Local (APL)/Sistemas Produtivos/Inovativos Locais/ <i>Cluster</i>	24
Agricultura familiar/agroindústria familiar/famílias rurais	8
Inovação	8
Capital Social	7
Cadeia produtiva/cadeia de produção	7
Sustentabilidade	7
Estratégia competitiva	6
Leite/setor de leite e derivados/pecuária leiteira/sistema agroindustrial do leite	6
Competitividade	5
Custos de Transação/Economia dos Custos de Transação	5
Estratégia	5
Suinocultura/setor suinícola/cadeia de produção de suínos/cadeia suinícola	5

Fonte: resultado da pesquisa.

As palavras semelhantes foram reunidas de forma que as citadas por cinco ou mais trabalhos estão relacionadas no Quadro 11. Pode-se observar que as palavras oriundas de “cooperação”, tais como cooperativas e cooperativismo, foram repetidas por 63 trabalhos, enquanto as derivadas de “rede”, “desenvolvimento” e “arranjo/cluster” por 34, 25 e 24 estudos, respectivamente. Esses dados podem ser relacionados com as questões do enfoque

teórico, bem como, do modelo coletivo aplicado utilizado nas teses e dissertações, ou seja, igualmente nessas duas análises, as cooperativas, as redes e os arranjos produtivos/*clusters* obtiveram destaque.

Além disso, chama-se a atenção para a alta frequência com que as palavras derivadas de “desenvolvimento” foram encontradas, o que provavelmente está relacionado com a importância das ações coletivas para o desenvolvimento local e regional. Segundo Tavares (2003), a mudança do pensamento individual para o coletivo proporciona a troca de diferentes experiências de vida humana, além do espaço para a prática, para o aprendizado e para o resgate de valores fundamentais para a vida em sociedade, tais como a transparência, a confiança, a solidariedade e a verdade. Aspectos esses fundamentais para o maior desenvolvimento local e regional. Também Tabosa et al. (2004) abordam a importância das ações coletivas para o desenvolvimento, quando citam que por meio do espírito coletivo é possível construir e fortalecer o capital social, a fim de obter melhorias nas condições de vida. Sendo assim, os autores ressaltam que, para alcançar o desenvolvimento, é importante fomentar na cultura da população o espírito da coletividade, da cooperação e da solidariedade.

Ainda sobre a questão das palavras-chave, torna-se importante ressaltar que o motivo de trazer tal informação para este trabalho foi o de verificar a amplitude de termos, segmentos, conceitos e áreas em que as ações coletivas estão sendo estudadas. Ao verificar a quantidade de diferentes palavras-chave que foram encontradas, acredita-se que a pluralidade de aplicações ou estudos sobre ações coletivas no agronegócio, de fato, pode ser comprovada. Ménard (2004) já dizia que as ações coletivas são formas muito abrangentes, aspecto esse que pode ser percebido neste trabalho, não apenas pela quantidade de palavras-chave, mas também pela quantidade de diferentes enfoques teóricos (Gráfico 7) e de modelos aplicados (Gráfico 8).

O último aspecto teórico-empírico analisado se refere aos SAGs ou segmentos mais estudados nas teses e dissertações de ações coletivas no agronegócio nas três diferentes áreas. Na Tabela 7, apresentam-se os segmentos que mais foram estudados, citados por cinco ou mais trabalhos.

Esclarece-se que algumas teses e dissertações realizaram estudos em mais de um segmento, o que justifica a quantidade de 226 segmentos. Ainda, ressalta-se que por mais que segmentos como o leite, a bovinocultura, a avicultura, etc., possam ser incluídas no item “agropecuária”, decidiu-se por não unificá-los, mantendo os SAGs ou segmentos tal como foram citados nas teses e dissertações. Isso porque a união de SAGs como, por exemplo, o do leite, o da suinocultura, o da bovinocultura ou, ainda, de grãos (café, trigo e soja) em um

único item deixaria de demonstrar a representatividade que cada um está tendo nos estudos sobre ações coletivas no agronegócio.

Tabela 7 - SAGs ou segmentos mais estudados

SAG/Segmento	Quantidade	Participação
Agropecuária	37	16,4%
Leite	20	8,8%
Hortifruticultura	19	8,4%
Agroindustrial	17	7,5%
Café	17	7,5%
Vitivinícola	17	7,5%
Agricultura familiar	15	6,6%
Agricultura orgânica/agroecologia	10	4,4%
Suinocultura	9	4,0%
Crédito rural	8	3,5%
Piscicultura	8	3,5%
Trigo	7	3,1%
Bovinocultura	6	2,7%
Avicultura	5	2,2%
Soja	5	2,2%
Outros	26	11,5%
Total	226	100%

Fonte: resultado da pesquisa.

Dito isso, de acordo com a Tabela 7, observa-se que o ramo agropecuário é o mais estudado (em 16,4% dos trabalhos). Um dos motivos para isso pode ser a notoriedade da pecuária no Brasil, uma vez que, segundo o CEPEA (2015a), sua participação no PIB nacional foi 6,8% no ano 2013 (último dado disponível). Além disso, como já exposto anteriormente, o cooperativismo foi o enfoque teórico e o modelo aplicado mais utilizado nos estudos empíricos, fator esse que ajuda a justificar o fato de a agropecuária ser tão estudada, já que diversas pesquisas foram realizadas tendo como objeto alvo de estudo as cooperativas agropecuárias. Da mesma forma, o ramo agroindustrial, estudado por 7,5% das teses e dissertações, também segue a mesma justificativa: muitos estudos eram sobre cooperativas agroindustriais.

Outro dado que chama a atenção é que o setor leiteiro foi o segundo mais citado e, portanto, mais estudado entre os 207 estudos de ações coletivas no agronegócio. Um dos fatores que pode explicar a quantidade de trabalhos nesse segmento é a crescente produção

nacional de leite. Segundo Maia et al. (2013), a produção de leite no Brasil vem crescendo a taxas relativamente constantes desde 1974, ano em que a produção era de 7,1 bilhões de litros de leite. Em 2011, a produção chegou a 32,1 bilhões e no ano 2013 passou de 34 bilhões de litros (IBGE, 2013; MAIA, et al. 2013). As regiões Sudeste e Sul são as maiores produtoras de leite do Brasil, sendo responsáveis por mais de 12 milhões e 11 milhões, respectivamente, atingindo, juntas, quase 24 bilhões de litros de leite em 2013. Os estados que produzem mais em cada uma dessas regiões são Minas Gerais (com mais de nove bilhões de litros produzidos) e Paraná (com mais de quatro milhões) (IBGE, 2013).

Em relação à hortifruticultura (foco de 8,4% dos trabalhos), diversos fatores podem ter motivado tais estudos. Entre eles pode estar o novo mapa do segmento, que vem se delineando nos últimos anos. Segundo o CEPEA (2015b), novos polos vêm se destacando na cultura de hortaliças e frutas. Por exemplo, entre 2002 e 2011, a região Sul do Brasil, o estado de São Paulo e o Sul de Minas Gerais diminuíram 4% da área de cultivo, enquanto o Rio Grande do Norte, o Ceará e locais como o Vale do São Francisco, Irecê e Chapada Diamantina, na Bahia, Cristalina, em Goiás, o Norte de Minas e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba estão aumentando o cultivo hortifruti. Além disso, fatores como as mudanças de hábitos alimentares (a partir da busca por alimentos mais saudáveis) e a melhor distribuição de renda (CEPEA, 2015b) podem ter influenciado na motivação por estudos na área.

Após as análises sobre os aspectos teórico-empíricos, desenvolveram-se análises sobre questões metodológicas, sendo que o tipo da abordagem metodológica (qualitativa ou quantitativa) foi o primeiro fator investigado (Tabela 8).

Tabela 8 - Abordagem metodológica utilizada pelos estudos sobre ações coletivas no agronegócio

Abordagem	Administração	Economia	Planejamento Urbano e Regional	Total	%
Qualitativa	83	8	6	97	46,9%
Qualitativa/quantitativa	33	7	6	46	22,2%
Quantitativa	12	1	2	15	7,2%
Não informado	15	30	4	49	23,7%
Total	143	46	18	207	100%

Fonte: resultado da pesquisa

Conforme pode ser observado, os estudos qualitativos (97) predominaram entre as teses e dissertações, totalizando 46,9%. Um dos fatores que pode indicar o porquê desse índice é o fato de que as pesquisas, em sua maioria, referem-se a estudos de caso. Isso pode

ser considerado positivo, uma vez que esses estudos de caso levam em consideração a existência de muitos participantes atuando de forma simultânea, cenário recorrente nos sistemas agroindustriais. Mas, por outro lado, pode ser negativo, pois se referem a estudos de natureza descritiva, baseados em casos específicos, não podendo ser generalizados (ZYLBERSZTAJN, 2010).

Num índice bem menor do que os trabalhos puramente qualitativos, as teses e dissertações com abordagem unicamente quantitativa totalizaram 7,2%. Cabe dizer que os estudos de cunho qualitativo não devem ser considerados mais ou menos confiáveis do que estudos quantitativos, aliás, não existe uma abordagem mais ou menos científica, elas possuem características diferentes e, muitas vezes, complementares, fazendo com que, do ponto de vista epistemológico, ambas fazem parte de um mesmo método científico (MINAYO; SANCHES, 1993). Já os trabalhos que combinaram pesquisa qualitativa e quantitativa somaram 22,2%, o que, para Serapioni (2000), é um fator muito positivo, pois a combinação entre os dois métodos se revela uma forma estratégica e evidencia riqueza em termos de análise de problemas e situações.

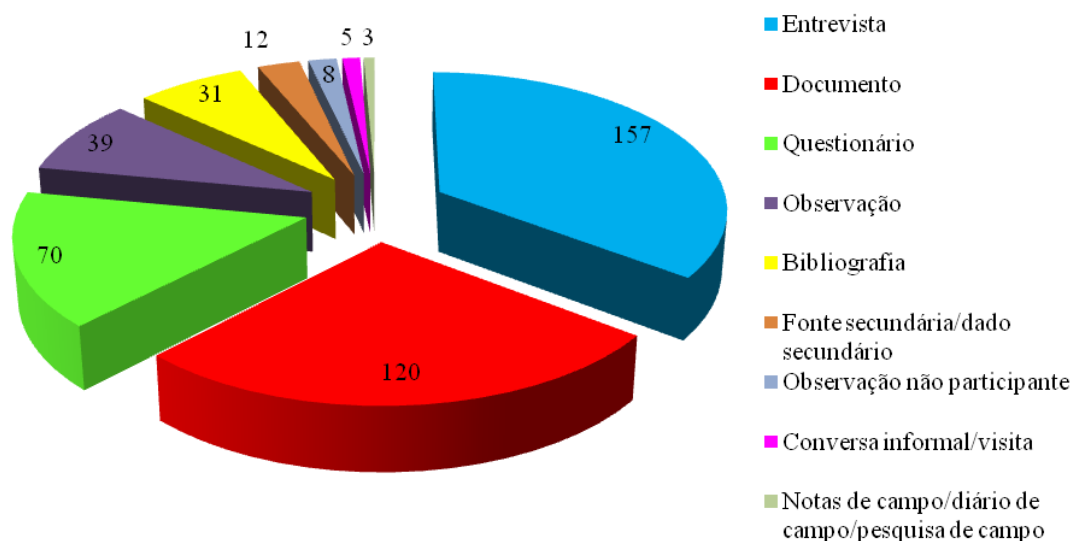
No que se referem aos trabalhos que não informaram o tipo da abordagem metodológica, esses somaram 23,7%, um percentual bastante elevado. Sobre esse aspecto, Minayo (2010) afirma que a especificação da abordagem metodológica num trabalho é fundamental, uma vez que faz parte da determinação e definição dos caminhos pelos quais percorreu uma determinada pesquisa até se chegar aos resultados. Além disso, pontuar o método de pesquisa é necessário como parâmetro para o pesquisador caminhar na produção do conhecimento. Dessa maneira, é fundamental para o processo evolutivo de uma área em termos científicos.

O que se analisou, ainda, é que do montante de 49 teses e dissertações que não informaram a abordagem metodológica, 30 trabalhos eram da área de Economia, isto é, 65,2% do total de 46 teses e dissertações dessa área não apontaram se a pesquisa possui abordagem qualitativa e/ou quantitativa. Observando de forma mais detalhada esses estudos, percebeu-se que eles possuem uma estrutura diferente dos trabalhos das áreas de Administração e Planejamento Urbano e Regional. Isto é, enquanto as teses e dissertações dessas duas últimas áreas geralmente apresentam um capítulo específico para os procedimentos metodológicos, com subcapítulos sobre o método, a coleta de dados e a análise de dados, as de Economia dificilmente o possuem. Em vez disso, apresentam a metodologia da pesquisa juntamente com o texto da introdução ou no capítulo dos resultados. Além disso, na maioria das vezes, não abordam por subtítulos ou subtópicos como foi realizada a coleta de dados, o instrumento de

pesquisa e a análise dos dados, o que dificulta a obtenção dessas informações. Aspectos como esses dificultaram a coleta de dados para este estudo, de forma que mais páginas tiveram que ser lidas, em comparação aos estudos das áreas de Administração e Planejamento Urbano e Regional, até que se encontrasse de maneira confiável os reais aspectos metodológicos utilizados. Tais desafios estão de acordo com o citado por Ferreira (2002) e Teixeira (2006), sobre as dificuldades enfrentadas por pesquisadores que estudam a produção científica de determinada área. Esses obstáculos envolvem, entre outros aspectos, a necessidade de leitura integral de parte ou partes do trabalho e as falhas estruturais e metodológicas.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, procurou-se conhecer quais foram as principais formas ou instrumentos de coleta de dados adotados nos trabalhos (Gráfico 9). Ressalva-se que diversos estudos utilizaram mais de uma técnica de coleta, por isso apresenta-se um número maior do que 207 (total de trabalhos).

Gráfico 9 - Técnicas de coleta de dados utilizadas



Fonte: resultado da pesquisa.

No Gráfico 9 são apresentadas as principais fontes de coleta de dados, especificamente, as citadas por três ou mais trabalhos. Pode-se observar que a entrevista, a pesquisa documental, o questionário e a observação foram as formas mais utilizadas, sendo citadas por 157, 120, 70 e 39 teses e dissertações, respectivamente. É possível que isso esteja correlacionado aos dados apresentados anteriormente sobre a existência de um maior número de trabalhos com abordagem qualitativa, uma vez que a observação, os documentos e, principalmente, a entrevista são muito recorrentes nesse tipo de pesquisa (DUARTE, 2004;

BELEI et al., 2008). Além disso, outro fator que pode estar relacionado é que as teses e dissertações se referem a estudos de caso, cuja utilização da entrevista, de documentos, de questionários e da observação é maneira-chave de se obter informações sobre o objeto alvo de estudo. Segundo Gil (2010), a entrevista, por exemplo, apresenta uma série de vantagens em relação a outras formas de coleta de dados: possibilita obtenção de dados diversos sobre um ou mais indivíduo ou organização; permite obtenção de dados em profundidade; os dados podem ser classificados e quantificados; o respondente não precisa ler ou escrever, o que propicia maior flexibilidade no trabalho de investigação, nos casos como captação de expressões corporais e tonalidade de voz.

Além das fontes apresentadas no Gráfico 9, outras utilizadas por um ou dois trabalhos foram: etnografia, pesquisa ação, anotações, vídeo, *check list*, formulário e levantamento.

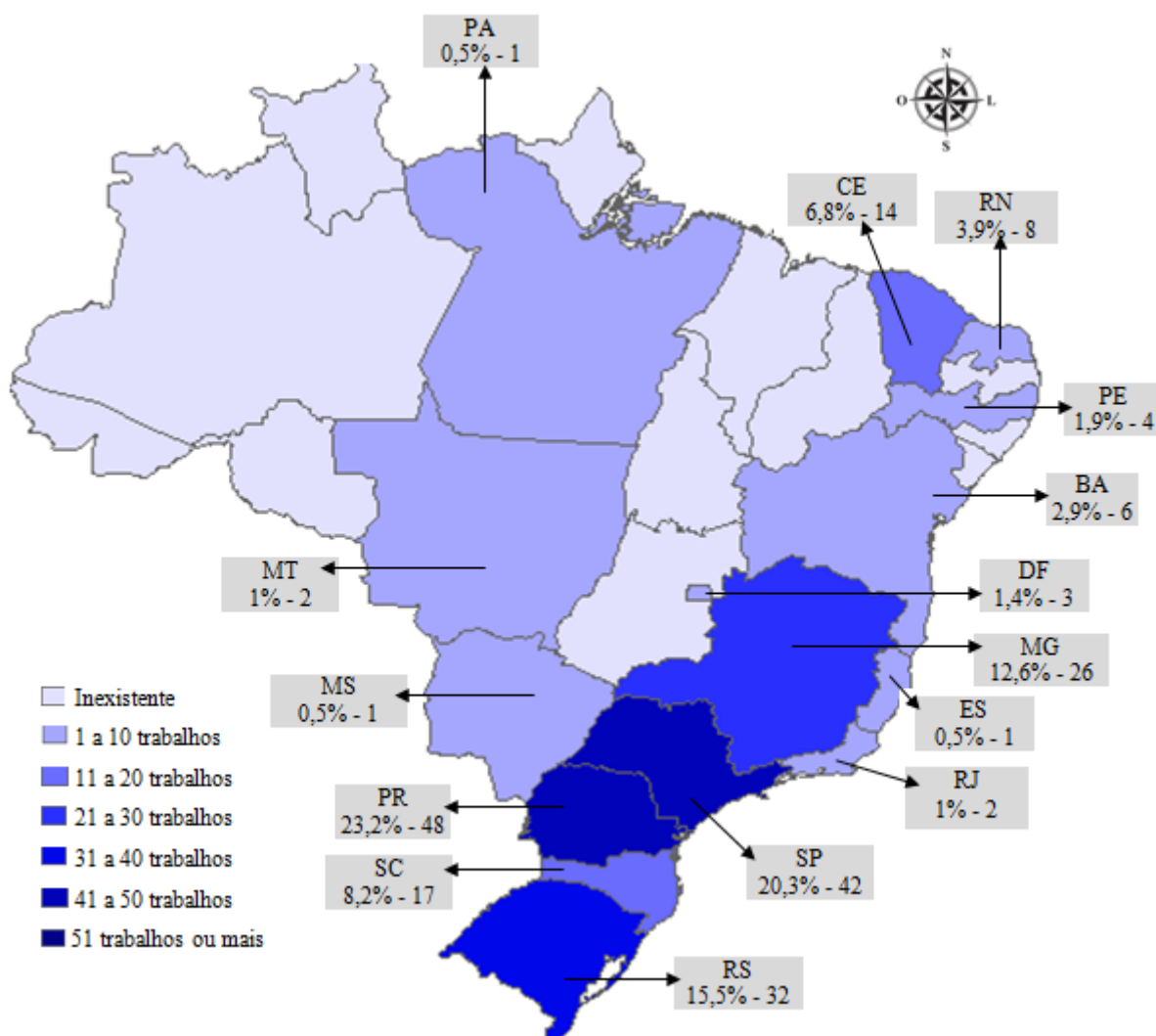
Finalizados os aspectos teórico-empírico-metodológicos, no próximo item aborda-se o objetivo específico que discorre sobre a concentração geográfica das teses e dissertações em ações coletivas no agronegócio e, também, a localização dos modelos aplicados estudados nessas pesquisas.

4.4 CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ESTUDOS E DOS MODELOS COLETIVOS ESTUDADOS

Neste aspecto, duas categorias foram analisadas: a localização geográfica das teses e dissertações encontradas na temática de ações coletivas no agronegócio e a localização geográfica dos modelos coletivos aplicados que foram foco dos estudos empíricos. Dessa forma, as subcategorias de análise envolveram a identificação dos estados brasileiros que mais concentram as pesquisas e os estados que mais concentram as formas coletivas estudadas.

O intuito dessa verificação foi o de comparar as duas situações, haja vista que nem todas as pesquisas realizadas investigam formas coletivas dentro do próprio estado onde o programa de pós-graduação é lotado. Sendo assim, na Figura 10, apresenta-se o mapa que mostra todos os estados brasileiros em que foram encontradas teses e dissertações sobre a temática e, ainda, em quais não foram encontrados. Além disso, demonstra a maior ou menor concentração (leia-se: quantidade de trabalhos) a partir da cor (azul) mais ou menos forte, respectivamente. Ressalta-se que existem sete diferentes tons da cor azul e, portanto, sete diferentes níveis de concentração: inexistente, de 1 a 10 trabalhos, de 11 a 20 trabalhos, de 21 a 30 trabalhos, de 31 a 40 trabalhos, de 41 a 50 e acima de 51 teses e dissertações.

Figura 10 - Concentração geográfica das teses e dissertações em ações coletivas no agronegócio



Fonte: resultado da pesquisa.

Como se pode observar na Figura 10, as 207 teses e dissertações encontradas sobre o assunto em foco estão concentradas em 14 estados brasileiros mais o Distrito Federal, de maneira que em 12 estados não foram localizados estudos no gênero, especialmente na região Norte. De modo geral, a maior quantidade de estudos sobre ações coletivas no agronegócio está localizada no Sul e no Sudeste. Os dois estados em que foram desenvolvidas mais pesquisas sobre ações coletivas no agronegócio foram Paraná (23,2%) e São Paulo (20,3%), que, conjuntamente, possuem 43,5% do total de estudos. Se somados, ainda, com Rio Grande do Sul e Minas Gerais, os quatro estados concentram 71,6% do total de trabalhos da área. Assim, a região Sul concentra 46,9%, enquanto a região Sudeste reúne 34,4%, de modo que, unidas, as regiões possuem 81,3% do total de teses e dissertações. Isso pode ser justificado,

pelo menos em parte, por essas duas regiões também possuem a maior parte dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, das áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional (Figura 9).

Em termos de programas de pós-graduação *stricto sensu* que se destacaram nos quatro estados da região Sul e Sudeste podem ser citados:

- a) Paraná: Administração e Desenvolvimento Econômico da UFPR; Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE; Administração da PUC;
- b) São Paulo: Administração, da USP; Economia Aplicada da ESALQ/USP; Administração e Economia da FGV; Ciência Econômica da UNICAMP;
- c) Rio Grande do Sul: Administração da UFRGS; Administração da UCS; Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- d) Minas Gerais: Administração da UFLA; Economia da UFV.

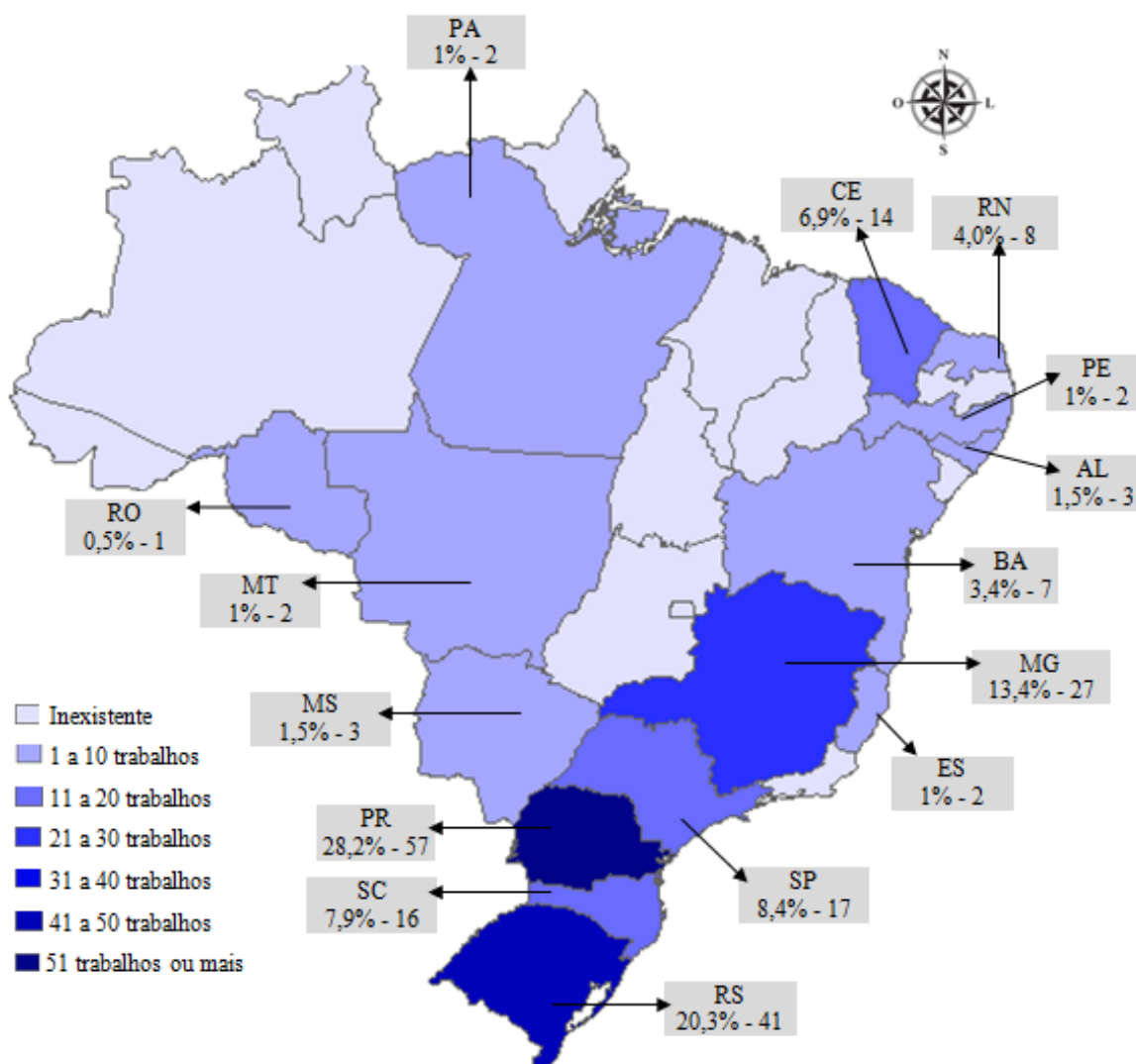
Os estados do Nordeste em que foram encontrados estudos (Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia) concentram 15,5% dos mesmos, sendo o estado do Ceará com maior número de teses e dissertações na área (14). Nesse estado, os programas de Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza e Economia da Universidade Federal do Ceará foram os programas de pós-graduação *stricto sensu* que mais se destacaram. Na região Norte, foi encontrado apenas um trabalho, no estado do Pará, o que pode estar relacionado com o que já foi exposto sobre a, ainda, pequena quantidade de programas de mestrado e doutorado comparativamente às outras regiões do Brasil (CAPES, 2014c). Por fim, na região Centro-Oeste também foram encontrados poucos trabalhos, apenas três.

Além da concentração geográfica das teses e dissertações encontradas, procurou-se saber, ainda, a localização dos modelos coletivos aplicados que foram utilizados como objeto de investigação nas pesquisas empíricas (de campo), conforme demonstrado na Figura 11.

Lembra-se que algumas teses e dissertações estudam mais de um modelo aplicado e, algumas vezes, em estados diferentes. Nesses casos, assinalou-se um estudo para cada estado. Da mesma forma, outras pesquisas realizam observações no cenário nacional, sem a identificação de um único estado. Nesses casos, não se assinalou para nenhum estado nacional. Ainda, outras pesquisas foram feitas em âmbito internacional, em que analisavam uma situação, SAG ou segmento fora do Brasil e, às vezes, comparavam as duas realidades. Entre os países estudados estão: Peru, França, Argentina, Colômbia, Nova Zelândia e Paraguai.

Feitas essas considerações, cabe dizer que entre as 207 teses e dissertações, foi possível identificar 202 menções de estados brasileiros que lotam cooperativas, associações, *clusters*, APLs, alianças, redes, entre outros modelos aplicados de ações coletivas. A partir disso, subdividiram-se as seguintes categorias para a realização do mapa temático: inexistente, de 1 a 10 trabalhos, de 11 a 20 trabalhos, de 21 a 30 trabalhos, de 31 a 40 trabalhos, de 41 a 50 e acima de 51 teses e dissertações.

Figura 11 - Concentração geográfica dos modelos coletivos aplicados pesquisados nos estudos empíricos



Fonte: resultado da pesquisa.

Ao analisar a Figura 11, entende-se que a maior concentração de formas coletivas estudadas ocorre também nas regiões Sul e Sudeste, assim como a concentração das teses e dissertações encontradas sobre a temática (Figura 10). Além disso, praticamente os mesmos estados em que foram localizadas as pesquisas também são os estados nos quais os modelos

aplicados estudados estão localizados. Porém, podem ser citadas algumas diferenças. A primeira delas é que dois estados que não foram localizados estudos sobre ações coletivas no agronegócio apareceram como sendo objetos alvo de estudo: Alagoas e Rondônia, com três e um trabalhos, respectivamente. Ainda, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, onde foram localizadas teses e dissertações na área, não foi encontrada nenhuma aplicação empírica. Dessa forma, igualmente a Figura 10, apenas 15 estados brasileiros foram foco de estudos empíricos sobre ações coletivas no agronegócio.

Analisando os estados individualmente, um dos aspectos que se destaca é o caso de São Paulo. É possível perceber que, mesmo possuindo alta concentração de teses e dissertações no campo das ações coletivas no agronegócio (Figura 10), a concentração é bem menor quando se refere a localização dos modelos aplicados que foram estudados. Ou seja, os programas de pós-graduação de nível mestrado e doutorado têm buscado pesquisar formatos empíricos fora do estado de São Paulo. Verificando essas pesquisas, constatou-se que eram realizados estudos de caso principalmente no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em âmbito nacional.

O estado do Paraná assume a liderança no que se refere a estudos empíricos realizados, uma vez que 28,2% dos casos analisados se referem a estudos nesse estado. Aprofundando a análise sobre as teses e dissertações nesse estado, foi possível descobrir que, com raras exceções, as pesquisas possuíam um objeto de estudo fora do Paraná ou em âmbito nacional. Somado a isso, obteve-se que na maioria dos casos o modelo aplicado estudado foi uma cooperativa do segmento agropecuário ou agroindustrial, o que pode ser justificado pela importância do cooperativismo agropecuário/agroindustrial no Paraná. De acordo com a Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR (2015), existem no Paraná quase um milhão de cooperados distribuídos entre 231 cooperativas, que respondem por 13% da riqueza produzida no estado. O ramo agropecuário é o que possui o maior número de cooperativas (77), envolvendo quase 136 mil cooperados. Essas 77 cooperativas são responsáveis por 55% da economia agrícola do Paraná e em muitos municípios é a empresa econômica mais importante, a que mais emprega e a que mais gera receitas. Assim, o cooperativismo é representativo no Paraná, especialmente, a partir da participação expressiva de pequenos e médios produtores.

O estado do Rio Grande do Sul assume o segundo lugar em relação aos estudos sobre formas coletivas no agronegócio, com 20,3%. Da mesma maneira que o Paraná, raras são as vezes em que teses e dissertações não utilizaram como foco empírico as cooperativas do próprio estado. Quando não segue essa regra, os estudos foram realizados em âmbito

nacional, em Santa Catarina ou um caso que foi fora do Brasil, sobre o Peru. O cooperativismo, fonte da maioria dos estudos, possui ampla representatividade no Rio Grande do Sul. Segundo dados da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS, 2015), o estado possui 464 cooperativas ativas (sendo o estado nacional com o maior número de cooperativas cadastradas – 1.041) e cerca de 2,5 milhões de cooperados, o equivalente a 21,6% do total de cooperados do Brasil (segundo maior percentual do país, ficando atrás apenas de São Paulo, que possui 3,4 milhões de associados em cooperativas). Quanto ao segmento mais estudado, a maioria das pesquisas foi realizada sobre a pecuária e sobre o ramo vitivinícola, provavelmente em função da importância desses segmentos para o estado. No que se refere à pecuária, é interessante ressaltar que 148 cooperativas agropecuárias existem no Rio Grande do Sul, sendo o maior número em comparação a outros segmentos (OCERGS, 2015). Já em relação ao ramo vitivinícola, cabe dizer que o estado é o maior produtor de vinhos do Brasil, responsável por 90% da produção nacional. A Serra Gaúcha é o polo mais importante da região vinícola do país, atendendo sozinha cerca de 85% da produção. Somado a isso, essa região abrange as únicas três áreas de produção enológica certificada no país, entre elas a região do Vale dos Vinhedos, pioneira a alcançar a Denominação de Origem para seus rótulos (INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO - IBRAVIN, 2015). Possivelmente, por essas questões, o segmento vitivinícola é tão estudado nesse estado.

Em terceiro lugar encontra-se Minas Gerais, com 13,4%. Na maioria dos casos, esses estudos advinham de programas lotados no próprio estado. O segmento pecuário também foi muito estudado em Minas Gerais, especialmente o leite. Também o café entrou na pauta dos grãos, foco de diversos estudos de caso. Como visto anteriormente, Minas Gerais é o maior produtor de leite do Brasil, com mais de nove milhões de litros em 2013 (IBGE 2013), mas também é o maior produtor de café, respondendo por mais de 50% da produção nacional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ - ABIC, 2015), fatores esses que provavelmente incitaram estudos científicos no estado de Minas Gerais.

A partir da análise dos estados das regiões Sul e Sudeste, que mais concentraram os modelos coletivos estudados pelas teses e dissertações das áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, é possível dizer que, conjuntamente, essas duas regiões possuem 79,2% das formas coletivas estudadas empiricamente. Porém, a região Sul, individualmente, responde por 56,4%, ou seja, mais da metade das teses e dissertações encontradas na temática de ações coletivas no agronegócio estudou modelos coletivos localizados no Sul do país. Resultado esse que pode estar associado à recorrência de estudos

com foco em cooperativas agropecuárias/agroindustriais, tão presentes em toda a região Sul do Brasil. Essa região é reconhecida pelos aspectos coletivistas, principalmente em função das características culturais cooperativistas da população, já que esta é formada, em grande maioria, por imigrantes europeus e esses representam o berço do cooperativismo (PINHO, 1966; SILVA NETO et al., 2000).

Voltando o olhar agora para as outras regiões do Brasil, a região Nordeste é a terceira região em que mais se localizam estudos empíricos, concentrando 16,8% dos trabalhos com foco em ações coletivas dos estados da região, sendo que Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia são os que mais se destacam. No estado do Ceará (6,9%), as redes e os arranjos produtivos locais nos segmentos da fruticultura (como o caju), da agroecologia, da apicultura e da ovinocapricultura foram os mais estudados. Por fim, as regiões Centro-Oeste e Norte são as que menos concentram modelos coletivos estudados (2,5% e 1,5%, respectivamente).

Depois de evidenciar a localização e concentração geográfica das teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio e, também, onde estão os modelos aplicados mais estudados, no próximo item faz-se a relação de alguns achados teórico-empíricos dos estudos em questão com a Teoria da Ação Coletiva.

4.5 RELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

O último objetivo específico deste estudo possui como categoria de análise a relação entre as conclusões apontadas pelas teses e dissertações e a Teoria da Ação Coletiva, por meio de algumas subcategorias de análise, descritas logo adiante.

Ressalta-se que o primeiro passo para cumprir este objetivo específico foi a determinação, a priori, de subcategorias de análise extraídas dos aspectos teóricos abordados nesta pesquisa. A partir dos aspectos trabalhados (conceitos, fundamentos e modelos aplicados) no capítulo da fundamentação teórica, foi possível elencar as seguintes subcategorias possíveis de serem analisadas:

- a) benefícios;
- b) desafios/falhas;
- c) *free riders*;
- d) comunicação;
- e) informações passadas/reputação;
- f) confiança;

- g) reciprocidade;
- h) liderança;
- i) racionalidade individual e coletiva;
- j) relacionamento formal ou informal;
- k) heterogeneidade dos grupos / laços fortes e fracos;
- l) entrar e sair voluntariamente;
- m) tamanho do grupo / número de participantes;
- n) constituição formal;
- o) forma de função de produção;
- p) ligação dos indivíduos.

Feito isso, foram lidos os objetivos e as conclusões dos 207 estudos das áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional para verificar quais deles traziam aspectos que poderiam ser correlacionadas com essas subcategorias de análise e, conseqüentemente, com a Teoria da Ação coletiva. A decisão pela leitura dos objetivos e das conclusões se deve ao fato de que são partes dos trabalhos que normalmente mostram a direção que foi seguida, bem como, os principais resultados a que chegaram os pesquisadores.

Depois de lidos os objetivos e as conclusões dos trabalhos e selecionadas as informações pertinentes (por meio da análise de conteúdo), chegou-se a um total de 90 teses e dissertações (59 em Administração, 22 em Economia e 9 em Planejamento Urbano e Regional) que traziam em suas conclusões um ou mais aspectos que podiam ser relacionados com as subcategorias de análise previamente estabelecidas neste estudo. Sobre as 117 teses e dissertações que não foram selecionadas, ressaltam-se dois aspectos: *a)* diversas teses e dissertações abordavam outros aspectos em suas conclusões finais, diferentes dos fatores elencados nas categorias de análise, como, por exemplo: conseqüências da aplicação ou não do marketing em cooperativas; fontes/culturas principais de rendas de um aglomerado; existência de custos de transação; comprometimento organizacional do funcionário/colaborador com as empresas que fazem parte de uma rede; medição de índices de desenvolvimento sustentáveis; análise do ambiente institucional, entre outros; *b)* alguns trabalhos não retomavam em suas conclusões os resultados da pesquisa, de forma que apenas repetiam os objetivos, abordavam algum aspecto metodológico e teórico e diziam que os objetivos foram alcançados. Sobre esse aspecto, cabe retomar o exposto no tópico 2.4 desta pesquisa, sobre as dificuldades enfrentadas por pesquisadores do estado da arte (FERREIRA, 2002; TEIXERA, 2004), uma vez que incoerências entre objetivos e conclusões foram

encontradas, além de trabalhos que não apresentavam, de fato, as conclusões no capítulo nomeado para tal. Portanto, esses trabalhos não foram incluídos nesta específica análise.

4.5.1 Subcategoria de Análise: Benefícios Proporcionados por Ações Coletivas

A primeira subcategoria de análise se refere aos benefícios proporcionados pelas ações coletivas. Neste aspecto, a partir de estudos de caso de um ou mais modelos coletivos aplicados, as teses e dissertações mostravam as principais vantagens obtidas para os membros participantes e demais parceiros envolvidos (Quadro 12).

Quadro 12 - Benefícios decorrentes de ações coletivas no agronegócio

Benefícios econômico-financeiros	Inovação; vantagem competitiva; visibilidade no mercado; compartilhamento de tecnologias e ativos específicos; redução de custos; acesso a serviços como armazenamento, comercialização e assistência técnica; maior facilidade de atender padrões de qualidade; melhor preço de comercialização; aumento da produção e produtividade; agregação de tecnologia; capacitação da mão de obra; utilização de equipamentos compartilhados; ampliação do nível de informações gerais, como o mercado, a partir de troca de informações; possibilidade de apoio por linhas de financiamento; poder de barganha, obtendo, assim, melhores preços de compras - no caso de compras conjuntas seja de produtos ou serviços (automóveis, equipamentos, consultoria, treinamentos, imóveis, terrenos); melhoria da imagem institucional dos parceiros pelos investimentos conjunto em marketing; compartilhamento de canais de logística; lucratividade; melhor divisão de recursos finitos; maiores rendimentos do que agindo individualmente; segurança de recebimento, no caso de associados a uma cooperativa, por exemplo; pelo intercâmbio mútuo um lado oferece benefícios, tecnologia e garantia da compra da produção e o outro lado ganha produtos com qualidade e garantia de abastecimento de matéria-prima; desenvolvimento de novas técnicas, instrumentos e produtos; otimização dos recursos; economia de tempo; emprego e renda; produção em escala; possibilidade de diversificação da produção; internacionalização de pequenos e médios produtores; solução de problemas em conjunto; liderança em custos; ter distribuidor exclusivo; marcas coletivas; inovação nos processos de gestão; crescimento econômico; descontos; padronização; sanar prioridades coletivas; redução de comportamentos oportunistas; redução das incertezas; melhoria das pessoas que passaram a ter outros contatos, informações, vontade de se atualizar e inovar; auxílio na formação técnica dos filhos.
Benefícios sociais/psicológicos	Resgate da cidadania; status; melhoria da autoestima; valorização do trabalho conjunto; conquista de credibilidade e respeito do entorno; satisfação pessoal; motivação dos parceiros a buscar novas e eficientes formas de administrar processos;

	criação de uma identidade comum; status de entidade da sociedade civil organizada e articulada; sentimento de autoconfiança; sensibilização; qualidade de vida; sentimento de orgulho e pertencimento; a inserção igualitária da mulher nas atividades, no lazer, na educação, na participação decisória; compartilhamento de opiniões e conhecimentos; menor dependência de políticas governamentais; transformação do comportamento individualista em integração e apoio mútuo.
Benefícios culturais/ambientais	Preservação de valores e da cultura local; gestão de resíduos e preservação do meio ambiente.
Benefícios políticos	Poder de influência nas decisões e nas relações de comercialização fora do modelo coletivo; reconhecimento e direito de reivindicações legais junto às esferas federais, estaduais e municipais, além de privadas.

Fonte: resultado da pesquisa.

Primeiramente, cabe mencionar que a subcategoria sobre os benefícios proporcionados por ações coletivas foi a mais encontrada nos trabalhos. Como se pode observar no Quadro 12, muitos foram os benefícios individuais e coletivos citados como resultado de ações coletivas (a partir de diversos modelos coletivos aplicados: cooperativas, redes, associações, parcerias, APLs, *clusters*, alianças, entre outros) e de diferentes características. Isso vem ao encontro do que os autores da Teoria da Ação Coletiva defendem, de que as ações coletivas são incentivadas por diversos fatores, tais como: de cunho econômico, de desejo de prestígio, respeito, amizade e outros de cunho social e psicológico, políticos e culturais (OLSON, 1999; BRITO, 2001).

Entre os diversos ganhos citados, os econômicos e financeiros foram os que mais se repetiram. O aumento de receitas foi um dos mais citados, sendo originado, principalmente, pelo poder de barganha (a partir de compras conjuntas), pela redução de custos (por meio do compartilhamento de recursos e equipamentos, pela produção em escala e divisão de despesas) e pela possibilidade de diversificação da produção. Outras vantagens que apareceram com elevada frequência foram: o compartilhamento de tecnologia, de conhecimentos e de informações, a possibilidade de uma fonte de renda e de permanecer no campo e a possibilidade de financiamentos. De modo geral, a explicação fornecida para a importância desses benefícios foi que, a partir da transferência de recursos intangíveis entre os membros, como o conhecimento e informação (por exemplo, sobre o acompanhamento das tendências de mercado), é que muitos parceiros se atentavam para a necessidade de inovar, de produzir mais e melhor e, assim, incrementar suas capacidades. Além disso, somente a partir da ação coletiva é que pequenos agricultores, por exemplo, obtiveram uma fonte de renda para o sustento de suas famílias e puderam permanecer em suas casas e nas suas terras. É o

caso de associações de produtores, que iniciam feiras artesanais, de hortaliças, de verduras e produtos caseiros, como forma de sobreviver. Ou seja, os pequenos negócios, juntos, conseguem se manter, gerar renda e fixar os produtores no campo. Ainda, sobre a possibilidade de financiamentos, os resultados apontavam que somente depois do reconhecimento enquanto grupo, depois da constituição formal da ação coletiva (em forma de cooperativa, por exemplo) ou da visibilidade no mercado é que financiamentos se tornavam possíveis.

Outros fatores, mais voltados ao caráter social, também se destacaram, como é o caso da qualidade de vida, do sentimento de orgulho e de pertencimento e o envolvimento da mulher nas atividades com consequente obtenção de renda. Em uma das dissertações, a seguinte frase foi citada: “A atual qualidade de vida conquistada pelos assentados deve-se à disposição em atuarem em conjunto, priorizando o ‘nosso’ em detrimento do ‘meu’” (PINHEIRO, 2005, p. 201). Tem-se aqui, claramente, que a qualidade de vida foi obtida apenas por meio da ação coletiva. Já sobre o sentimento de orgulho e pertencimento, esse é defendido em favor do reconhecimento que cada membro passou a ter a partir do momento que integrou um grupo, especialmente nos casos da agricultura familiar. Os atores passaram a ter poder, inclusive frente a forças externas, que muitas vezes os empurravam para a marginalização. Em relação ao envolvimento da mulher em atividades que incrementam a renda familiar, um dos fatores apontados foi que após a associação em uma cooperativa, como foi o caso, diversas ações foram realizadas com as mulheres para que essas pudessem diferenciar as culturas da lavoura (incluindo hortaliças e verduras) e gerar mais renda para a família. Daí os sentimentos de autoconfiança, motivação, entre outros.

Para além dos benefícios gerados para os membros da ação coletiva, algumas teses e dissertações traziam também diversas externalidades positivas, que são os resultados gerados para o entorno, seja para a comunidade, município, região ou, até mesmo, em âmbito nacional. Lazzarini et al. (2001) afirmam que as externalidades são uma fonte de valor das ações coletivas. Entre essas consequências para o entorno, foram citados ganhos econômicos, ambientais, sociais e culturais, tais como: emprego e renda para a sociedade; impostos para o município; investimento local; estímulo às atividades econômicas já existentes no local; melhoria da infraestrutura física, das instalações e dos serviços destinados à população da comunidade; estabelecimento de projetos de conservação do meio ambiente e patrimônio cultural; financiamentos que atendem a localidade; aumento do capital social; doação de alimentos e auxílio a entidades carentes da região; fornecimento de conhecimento e experiências à comunidade; possibilidade de aumento dos preços dos imóveis locais;

reconhecimento da região; fortalecimento comercial; embelezamento das propriedades rurais e aumento no número de turistas.

Percebe-se que, além da amplitude de benefícios gerados para os atores diretamente envolvidos, também é ampla a gama de vantagens geradas pelas ações coletivas para a população do entorno. Nesse sentido, alguns estudos apresentaram como uma das conclusões, o fato de que objetivos e benefícios econômicos e comerciais terem primazia na decisão de formar ou integrar uma ação coletiva, e que os outros ganhos, como os sociais, os psicológicos, os culturais, etc., são, muitas vezes, consequência do objetivo central. É como salientado por Souza (2005), que a possibilidade de obtenção de vantagens tangíveis incentiva os atores a cooperarem. Além disso, que a efetivação desses benefícios contribui também para a manutenção e consolidação da ação coletiva, pois a obtenção de ganhos como esses fortalecem a ligação entre os parceiros e inibe sua saída da ação conjunta. Essa ligação entre os membros é essencial, pois “quanto maior a integração do conjunto de agentes, maior a promoção do seu desenvolvimento” (SILVA, 2010, p. 208).

Entretanto, apesar das ações coletivas proporcionarem tantos benefícios e ganhos, elas também apresentam dificuldades, desafios, falhas e riscos (GRANOVETTER, 1983; OSTROM, 1990; OLSON, 1999). Assim, a próxima subcategoria observada foi a presença de aspectos dificultadores, seja para a formação ou para a manutenção de ações conjuntas. Todavia, antes da compreensão dessa subcategoria de análise, cabe fazer uma importante ressalva. Durante o processo de leitura e análise das teses e dissertações na busca pelas dificuldades encontradas nas ações coletivas, observou-se que os resultados frequentemente relacionavam os desafios e falhas a fatores como: presença de *free riders*, falta ou falha de comunicação, ausência de reputação, de confiança, de reciprocidade, de liderança e, ainda, com a racionalidade individual. Ou seja, foi possível encontrar diversas outras subcategorias de análise interconectadas aos desafios. Assim, percebeu-se a necessidade e a coerência de interligar algumas subcategorias previa e individualmente criadas, decidindo-se pela interpretação conjunta das seis variáveis a seguir.

4.5.2 Subcategorias de Análise: Desafios, *Free Riders*, Comunicação, Reputação, Confiança, Reciprocidade, Liderança e Racionalidade Individual

Como já exposto, observou-se que a subcategoria de desafios e falhas de ações coletivas era intrinsecamente relacionada a outros aspectos apresentados na Figura 12.

Figura 12 – Desafios e falhas das ações coletivas



Fonte: resultado da pesquisa.

Um dos principais fatores citados nas teses e dissertações que abordavam os desafios encontrados em modelos coletivos aplicados foi a falta de cooperação de membros integrantes do grupo, isto é, a existência de caronas, aqueles que não contribuem para a obtenção do benefício, mas o usufruem tal como os outros membros (OLSON, 1999; BRITO, 2001). Na pesquisa de Conejero (2011), por exemplo, é citado que caronas estão presentes em associações de interesse privado e que se sabe que no início talvez seja preciso beneficiar esses *free riders* para, só depois de algum tempo, garantir um benefício superior para o coletivo, mas que isso prejudica a ação coletiva. São indivíduos oportunistas.

A falta ou limitada confiança nos parceiros foi outro aspecto citado como dificultador na consolidação de ações coletivas, pois isso influencia diretamente na difusão e compartilhamento de conhecimentos, de informações, de tecnologia e de custos de produção, bem como, na efetiva participação do membro na ação conjunta, seja na tomada de decisão, na geração de ideias, entre outros. Essa falta de confiança muitas vezes é gerada pelas diferenças culturais, pela falta de consciência sobre a importância da parceria e pelo baixo nível de relacionamento social prévio (ROCHA, 2008). Além disso, as más referências dos

parceiros, a inexperiência no determinado setor ou atividade em que atua, o pouco tempo de contato com os membros parceiros e a desonestidade também prejudicam a confiança. Dessa forma, a confiança está intrinsecamente relacionada a outros dois aspectos, à reputação e à reciprocidade que, segundo Ostrom (2007), são fatores determinantes para aumentar ou diminuir o nível de cooperação dos atores pertencentes a ação coletiva. Ou seja, o comprometimento do parceiro tende a aumentar na presença da reciprocidade, reputação e confiança. Assim, fatores como a conduta e valores morais, a capacidade de honrar pagamentos, a boa vontade, a evolução do relacionamento com o passar do tempo e a frequência de trocas entre os membros tendem a aumentar os índices de confiança.

Ainda sobre a confiança, no estudo de Rocha (2008) é apresentada a visão de que os fatores que aumentam ou diminuem a confiança diferem entre organizações grandes e pequenas, no caso de empresas pertencentes a uma rede de relacionamentos interorganizacionais, por exemplo. Nos pequenos empreendimentos, a confiança se dá pelo conhecimento e pelos laços com o outro membro, pela sua conduta, boa vontade e moral. Já nos empreendimentos maiores, ela sai do nível pessoal para o organizacional, sendo a reputação da empresa envolvida, a qualidade do produto, a posição da empresa, o cumprimento do prazo de entrega, entre outros aspectos institucionais que levam os parceiros a confiar ou não. Dessa forma, a confiança organizacional assume um caráter mais racional, enquanto a confiança entre pessoas é mais baseada na fé.

Em relação à comunicação, essa foi citada como um fator que também influencia diretamente na confiança e, conseqüentemente, na ação coletiva, positiva ou negativamente. Quanto ao tipo de comunicação, algumas teses ou dissertações citaram a importância da comunicação pessoal, da formal, da informal e da virtual. Mas, de modo geral, a virtual foi tida como não suficiente, sendo fundamental a comunicação pessoal (face a face). Além disso, a comunicação formal foi citada como necessária para proporcionar maior transparência e possibilidade de cobrança por parte dos membros, e a comunicação informal como um estímulo aos parceiros para participar na tomada de decisões, por exemplo (ROMANIELLO, 2009).

Quanto à forma de comunicação, a falta de clareza e de objetividade foram aspectos que se destacaram como prejudiciais para a ação coletiva, já que isso afeta negativamente a confiança entre as partes envolvidas. Por outro lado, a comunicação aberta e dialógica foi citada como positiva, no sentido de proporcionar maior compartilhamento de informações, conhecimentos, troca de experiências, além de parceiros mais esclarecidos sobre aspectos como: repartição de ganhos, cumprimento de normas e contratos e demais fatos econômicos e

administrativos da ação conjunta. Somado a isso, a comunicação face a face e informal, como nos casos de reuniões periódicas, reduz a assimetria de informações, o grau de incerteza e ajuda a inibir o surgimento de atitudes oportunistas (SANABIO, 2008).

Ménard (2004) e Ostrom (2007) confirmam a importância da comunicação (seja virtual ou face a face), ao afirmarem que a troca de informações entre os atores é uma questão de sobrevivência e crescimento para toda e qualquer ação coletiva, uma vez que aumenta a confiança entre as partes envolvidas e a probabilidade das mesmas cumprirem suas promessas de cooperar. Assim, a comunicação se torna um elo essencial para promover a articulação dos integrantes, contribuindo para a existência de maior dinâmica de cooperação entre os membros.

Em relação ao aspecto liderança, um dos fatores mais citados nos estudos foi que ela é essencial para os resultados positivos e para o sucesso de uma ação coletiva, de maneira que sua falta ou deficiência pode prejudicar o estabelecimento e o atingimento de benefícios comuns. Autores como Moe (1980), Olson (1999), Zylbersztajn e Farina (1999) e Nassar (2001) apontam a importância da liderança para ajudar na promoção do benefício coletivo. A figura de líder é aquela pessoa em quem os atores confiam e temem, capaz de negociar e lutar pelo melhor resultado coletivo e com poder de persuasão. Nas teses e dissertações analisadas, a liderança eficaz foi citada como aquela que é carismática, com capacidade de apontar uma direção para o coletivo, com iniciativa para promover ações coordenadas e fomentar pensamentos dispostos a compartilhar informações (CHRISTOFFOLI, 2000; SANTOS, 2010). Lembrando que essa liderança, citada como essencial, não necessariamente se refere a atores internos da ação coletiva. Algumas vezes, as teses e dissertações apontaram que a presença de um líder interno mantido pelos parceiros não é suficiente para consolidar as estratégias coletivas, necessitando de um órgão ou líder externo. No estudo de Pompeu (1998), o autor aponta que a liderança interna, inclusive, pode gerar desconfiança por parte dos cooperados, sendo preferível a contratação de um terceiro para assumir a liderança.

Sobre a última subcategoria de análise deste tópico, a racionalidade individual, cabe destacar a conclusão de Pompeu (1998, p. 110) de que “um grupo apenas consegue sucesso em suas ações quando existe a possibilidade de interesses particulares, além de coletivos, serem atendidos”. Ou seja, apenas benefícios coletivos não incentivam os atores a se envolverem em ações coletivas, eles precisam de ganhos individuais. Contudo, vale frisar que nos casos em que a racionalidade individual supera a racionalidade coletiva, essa se torna um desafio para a manutenção de ações coletivas. Logo, a racionalidade individual (em busca do benefício individual) é necessária, mas não deveria ser mais vislumbrada pelos atores do que

o benefício coletivo. Para tanto, como Olson (1999) formulou, pode-se perceber que os atores dificilmente cooperam voluntariamente ou somente por saberem que ficarão numa situação melhor, precisam de incentivos e de benefícios a parte para que realmente colaborem. Incentivos esses que podem advir de uma liderança eficaz, de uma comunicação clara, objetiva e precisa, da confiança, entre outros.

Vista cada uma das subcategorias de análise (*free riders*, comunicação, reputação, confiança, reciprocidade, liderança e racionalidade individual) é possível perceber, de fato, que essas podem impactar favorável ou negativamente no surgimento e consolidação de ações coletivas. Desse modo falhas, deficiências ou ausência de cada um desses aspectos podem levar a resultados coletivos desfavoráveis ou, até mesmo, ao insucesso e fim de uma ação coletiva. Vale destacar que, somados a esses fatores, diversas teses e dissertações apontaram ainda outras situações desfavoráveis presentes nas ações conjuntas, entre elas: apropriação de valores diferentes por parceiros; a falta de estratégias colaborativas (que geram menor poder de negociação, menos acesso a novos mercados, dificuldade na compra de equipamentos que poderiam ser utilizados conjuntamente, submissão ao preço do mercado, maiores custos de produção, etc.); falta de equilíbrio entre a geração de consumo e de riqueza; explorações capitalistas por determinados membros; ideologia capitalista; dificuldade de pensar globalmente e agir localmente; desmotivação dos membros que acreditam no potencial do coletivo; desnivelamento entre líderes e membros; complexidade da gestão, que inibe membros a gerir; membros que se pautam demasiadamente na filosofia do assistencialismo e na espera eterna de soluções prontas; falta de complementaridade, interdisciplinaridade e integração; interferência política nas decisões; excessivo grau de centralização de autoridade e conflito entre orientação social e orientação econômica.

Sobre a análise dos desafios e falhas em ações coletivas, cabe citar, ainda, mais algumas questões mencionadas nas teses e dissertações. Uma delas foi a constatação de que a falta de estratégias colaborativas e de confiança é mais comum em modelos coletivos aplicados que não possuem uma constituição formalizada e formada por maior número de parceiros (ou seja, alguns estudos também relacionaram as dificuldades encontradas em ações coletivas com outras duas categorias de análise: constituição formal e tamanho do grupo, mas elas serão mais exploradas adiante). São os casos, principalmente, das grandes redes, parcerias, *clusters* e arranjos produtivos locais (em detrimento de cooperativas e associações que geralmente são formalizadas), em que, por exemplo, os produtores maiores tendem a manter uma posição mais individualista, independente e desvinculada de outros produtores e, assim, a cooperação não assume a dimensão desejada ou necessária para um maior sucesso da

ação coletiva (ALVES, 2003). Também o estudo de Bertolini (2011) aborda claramente essa questão, ao apontar que a condução dos processos coletivos muitas vezes é prejudicada por esbarrar em posturas individuais dentro de um determinado APL, posturas que impossibilitam o compartilhamento de informações, de competências individuais, de conhecimentos e habilidades. Essa falta de interconexão entre os membros cria menos sinergia, dificultando a comunicação, diminuindo a confiança e, portanto, resultando em benefícios menores do que foi combinado e que seriam possíveis. Rocha (2008) conclui, então, que a formação de um *cluster*, como foi o caso estudado, não é sinônimo de existência de confiança entre os atores envolvidos.

Além desse aspecto, outra questão observada sobre as dificuldades que as ações coletivas podem enfrentar é que a cooperação é um processo que implica mudanças (sejam de procedimentos ou de mentalidade) e que, por isso, tende a ser um processo lento e gradual que implica em resultados também lentos ou que não são os esperados desde o início (CALIENES, 2007). Dessa forma, os atores talvez precisem cooperar por um longo tempo até que possam desfrutar das vantagens e benefícios previamente objetivados e planejados, o que as vezes pode levar ao fracasso da ação coletiva, em função do interesse imediatista dos atores.

Sobre as questões abordadas até agora, a presença de benefícios e de desafios na formação e na manutenção de ações coletivas, cabe destacar as conclusões de dois estudos quando comparam a presença de vantagens e de dificuldades em uma determinada rede. Segundo Raupp (2012), as redes de cooperação podem contribuir decisivamente para a agregação e captura de valor, mas isso não substitui a ação e a responsabilidade individual dos associados. Já Brandes (2012, p. 112) afirma que as limitações encontradas “não ofuscam as conquistas desses atores e suas organizações a partir da articulação em rede”.

Além dessas, outras subcategorias de análise foram também encontradas nas pesquisas, conforme apresentadas a seguir.

4.5.3 Subcategorias de Análise: Relacionamento Formal ou Informal, Heterogeneidade, Sair e Entrar Voluntariamente, Tamanho do Grupo e Constituição Formal

As subcategorias analisadas neste item foram encontradas com menor frequência, se comparadas às subcategorias expostas anteriormente. São elas: o caso do relacionamento formal ou informal entre as partes envolvidas na ação coletiva; da heterogeneidade; da possibilidade de sair e entrar voluntariamente; do tamanho do grupo e da constituição formal.

Em relação aos apontamentos sobre os relacionamentos formais e informais, as conclusões das teses e dissertações demonstraram fatores positivos e negativos sobre ambos os tipos. Porém, o que se percebeu foi a maior valorização das ligações informais, especialmente nos pequenos grupos. Se, por um lado, um contrato formal reduz as incertezas, garante a rentabilidade, reduz os comportamentos oportunistas, proporciona maior segurança no compartilhamento de recursos e riscos e é uma forma de garantia do cumprimento das obrigações (MACEDO, 2009; BRAGA, 2010), por outro, é incompleto e abre espaço para situações oportunistas e negociações posteriores. Por isso, os contratos formais são vistos de forma negativa por muitos parceiros envolvidos em ações coletivas (COSTA, 2012).

Na abordagem sobre estruturas complexas de governança, citada no início do capítulo de Fundamentação Teórica desta dissertação, Powell (1990) já defendia que a base normativa dos relacionamentos em ações coletivas (que ele denominava de redes) é muito mais baseada em forças de relacionamento do que em contratos. Também Ménard (2004) citou que os contratos existentes em estruturas complexas podem ser formais ou informais. Nas teses e dissertações analisadas, os relacionamentos informais foram tidos como mais vantajosos porque fortalecem a cooperação e a colaboração entre os associados, conforme conclusão da dissertação de Sanabio (2008). Ocorre que muitas regras e procedimentos são estabelecidos informalmente, de modo que a inexistência de contratos, para muitos, gera mais valores como a confiança e a honestidade, além de proporcionar maior agilidade e flexibilidade aos relacionamentos (ROCHA, 2008). Assim, os contratos muitas vezes são dispensáveis, uma vez que não asseguram o sucesso de uma ação coletiva.

Sobre a heterogeneidade dos grupos, cabe dizer que esse fator foi avaliado como positivo em alguns casos e negativo em outros, dependendo do aspecto que estava sendo considerado. Na Teoria da Ação Coletiva também foram citadas três diferentes visões sobre a heterogeneidade de grupos, a de Olson (1965), que cita a heterogeneidade de interesses como positiva para o grupo, a de Granovetter (1973), que analisa a heterogeneidade de ideias (laços fracos) como positiva, pois gera inovação, e a homogeneidade (laços fortes) como negativa, e a visão de Nassar e Zylbersztajn (2004), que, ao estudarem a heterogeneidade de características e de interesses, concluíram que a mesma é negativa para o grupo.

A partir das teses e dissertações analisadas, a maioria concluiu a heterogeneidade como positiva, conforme o ponto de vista de Granovetter (1973), ou seja, levando em consideração as ideias e a presença de laços fortes e fracos. As conclusões apontaram que os laços fracos geram resultados mais positivos para os negócios cooperativos, inclusive a inovação, e que atores com características diferentes favorecem o aprendizado coletivo

(CAMPOS, 2008; TANA, 2012). Na pesquisa de Aresi (2006), os laços fracos (heterogêneos) também se apresentam mais positivos, uma vez que aumentam o número de possibilidade de escolhas, as chances de crescimento, além da inovação. Em contrapartida, os laços fortes diminuem as possibilidades de encontrar oportunidades e negócios diferentes dos já praticados pela rede. Nos casos de parcerias familiares, formadas por parentes, essas relações também foram consideradas negativas nas conclusões do estudo de Lima (2011), pois dificilmente ocorre o lançamento de novos produtos, a contratação de novos colaboradores e a busca por novos clientes, dificultando o processo de evolução da parceria.

Outros pontos de vista sobre heterogeneidade também foram citados. São os estudos do próprio Nassar (2001), que originou o artigo de Nassar e Zylbersztajn (2004) utilizado na fundamentação teórica desta dissertação, de Souza (2005) e de Pozzobon (2011). Como já discutido, o estudo de Nassar (2001) sobre associações de interesse privado considera a homogeneidade como positiva, pois a existência de atores homogêneos indica maior eficiência no atingimento do objetivo comum, e a heterogeneidade como negativa, haja vista que os atores perdem a sintonia, se afastando do objetivo comum. Na dissertação de Souza (2005), foi possível entender que a homogeneidade e heterogeneidade são referentes, principalmente, ao portfólio de produtos produzidos, em que a homogeneidade mostrou-se vantajosa para redes que possuem como principal objetivo a realização de compras em conjunto e a heterogeneidade foi imprescindível no caso das redes que buscam ampliar mercados, através da complementaridade do portfólio de produtos. Por fim, a partir da tese de Pozzobon (2011), observou-se a relação entre heterogeneidade e tomada de decisão, em que a heterogeneidade de características dos atores gera interesses diferentes e, portanto, elevados custos de tomada de decisão. Porém, quanto mais heterogêneos os interesses e as características, maior a participação dos membros na tomada de decisão, pois esses querem defender seus interesses.

A partir desses estudos, pode-se dizer que a heterogeneidade não pode ser pré-definida como um fator positivo ou negativo para a formação ou manutenção de grupos, pois depende das demais variáveis e situações analisadas, conforme já apontado por Ostrom (2007).

Em relação a outra subcategoria de análise, que se refere a possibilidade de entrar e sair voluntariamente, observou-se que nenhuma tese ou dissertação utilizou essa nomenclatura, mas pode-se encontrar, mesmo que implicitamente, o conceito de Ostrom (2007) sobre esse aspecto. A autora afirma que quando os indivíduos têm uma escolha a respeito de participar de ações coletivas (e se esses podem identificar as pessoas com quem

vão se relacionar), os mesmos vão escolher parceiros de forma a aumentar a frequência com que os resultados cooperativos sejam alcançados. E foi essa possibilidade de escolha de parceiros que chamou a atenção nos resultados expostos pelas pesquisas em análise.

A possibilidade de seleção dos parceiros foi apresentada, de modo geral, como positiva e definitiva para o sucesso da ação coletiva, pois a partir disso é possível integrar atores potenciais e confiáveis. No estudo de Perim (2007), a escolha dos membros se deu baseada em relacionamentos e em recursos. As escolhas baseadas nos relacionamentos levaram em consideração aspectos como: a descendência, o nível educacional, a amizade e a religião, pois isso gera confiança, honestidade e comprometimento. Já as escolhas baseadas em recursos consideraram: complementaridade, infraestrutura, necessidade, legitimidade e eficiência na formação. A autora concluiu que, neste caso, a necessidade de recursos foi o fator mais preponderante para a entrada de novos membros, mas que os relacionamentos são fundamentais para o surgimento e desenvolvimento da parceria. É o que ficou claro também na dissertação de Botelho (2005), na qual os principais cuidados para a formação e para o sucesso de parcerias são fatores como: os parceiros devem se conhecer e ser do mesmo convívio social, o produtor tem que ser de inteira confiança e ter anos de experiência no setor. Sendo assim, percebe-se que a possibilidade de escolher os parceiros tende a gerar mais confiança no sucesso da ação coletiva.

A outra subcategoria de análise investigada foi a influência do tamanho do grupo para a formação e a manutenção das ações coletivas. Na Teoria da Ação Coletiva, um dos autores que mais aborda essa temática é Olson (1999), que defende veementemente a primazia dos grupos pequenos em detrimento dos grandes, isso em favor da maior percepção dos benefícios alcançados, da maior constatação de *free riders*, dos menores custos de organização e coordenação e do nível mais próximo do ótimo do benefício alcançado. Durante a análise das conclusões das teses e dissertações selecionadas, percebeu-se que, em estudos como o de Pompeu (1998), Faccin (2010) e Bertolini (2011), os grupos pequenos também se mostraram mais eficientes do que os grandes. É citado, por exemplo, que o aumento no número de participantes prejudica a criação de competência coletiva, pois um maior número de atores envolvidos aumenta a complexidade e a dificuldade da construção do sentido coletivo e do senso de interdependência ou cooperação do grupo. Além disso, que o capital social tem maior possibilidade de ser formado em grupos fechados, nos quais as normas e sanções informais são mais fortes. Para esses estudos, evidenciou-se que a comunicação é prejudicada e que a competitividade diminui quando o grupo aumenta.

A última subcategoria de análise que foi possível encontrar nas teses e dissertações se refere a importância da constituição formal da ação coletiva. Estudos como o de Melo (2003) e Sanabio (2008) apontaram em suas conclusões que a formalização da estrutura coletiva (seja em modelo cooperativa, associação ou outro) é vantajosa por alguns motivos, como: o reconhecimento e o direito de reivindicações legais junto às esferas federais, estaduais, municipais e privadas; a possibilidade de financiamentos e de ter uma finalidade objetiva econômica e de comercialização de produtos. Por exemplo, enquanto associação, uma estrutura não pode comercializar seus produtos e a diretoria não pode ser paga e receber salários, o que pode prejudicar o negócio, dependendo da situação. Nesses casos, a constituição formal de uma cooperativa apresenta-se como uma opção mais viável. Já em outros casos, a constituição formal de uma associação é o suficiente e a mais indicada ação, como, por exemplo, quando não há o intuito de comercialização de produtos. O que se defende na Teoria da Ação Coletiva é que a constituição formal, independente do tipo da estrutura, é essencial para a eficiência de ações conjuntas (MÉNARD, 2004).

Dois subcategorias de análises, a forma de função de produção e a ligação dos indivíduos, não foram encontradas nas teses e dissertações analisadas. São aspectos que Ostrom (2007) aponta como importantes para a consolidação de ações coletivas. Por meio da forma de função de produção, a autora demonstra a quantidade necessária de contribuições individuais para o provimento de uma determinada quantidade de benefício coletivo, levando em consideração: a quantidade de participantes; a quantidade de contribuição dos participantes; a disposição do indivíduo em contribuir; a sequência dessas contribuições e a homogeneidade ou heterogeneidade dos grupos. Percebe-se, contudo, que são fatores que, indiretamente, foram encontrados e analisados por outras subcategorias de análise. Já sobre a ligação dos indivíduos, Ostrom (2007) defende que quando o membro sabe exatamente para qual indivíduo em específico ele está colaborando, o participante é mais suscetível a cooperar do que quando a contribuição de recursos vai para indivíduos ou um lugar generalizado, em que todos têm acesso. Esse aspecto pode ser relacionado a outras duas subcategorias de análise, quais sejam, a possibilidade de sair e entrar voluntariamente (especialmente a partir da importância da escolha e seleção dos parceiros) e o tamanho do grupo (pela primazia dos grupos pequenos). Isto porque são formas que permitem conhecer para quem vai a contribuição e, portanto, indicam a forma que os indivíduos estão ligados.

Após a análise de todas as subcategorias, a partir das conclusões das teses e dissertações consultadas nas áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, é possível dizer que os resultados decorrentes desses estudos puderam ser

amplamente relacionados com a Teoria da Ação Coletiva, o que permite tecer algumas considerações. A primeira delas é a confirmação de que as ações coletivas, independente do modelo aplicado, podem realmente propiciar uma ampla gama de benefícios, sejam eles individuais ou coletivos, tais como citados na Teoria por: Austin (2001), Lazzarini et al. (2001), Berdegué (2003), Sachs (2003), Saes (2008) e Maeda e Saes (2009). Todavia, as ações coletivas também apresentam desafios, falhas e dificuldades, tal como apontado por Granovetter (1983), Ostrom (1990) e Olson (1999). Diante desse cenário, o que se percebeu com base nas teses e dissertações analisadas é que, apesar dos diversos obstáculos enfrentados pelos atores individuais e coletivos numa situação de ação conjunta, os resultados positivos, tanto os de cunho econômico quanto os de cunho social, ambiental, cultural, político e psicológico, tendem a superar as dificuldades. Assim, proporcionam ganhos numa quantidade ou num nível maior do que se não atuassem coletivamente, conforme apontado pelo estudo de Bertolini (2011), citado anteriormente.

Portanto, de modo geral, os estudos apontaram que, a partir da mudança do pensamento individual para o coletivo, um dos ganhos mais evidentes é o maior desenvolvimento local e regional. Isso porque as ações coletivas permitem, segundo Tavares (2003), diferentes experiências de vida humana, além do espaço para a prática, para o aprendizado e para o resgate de valores fundamentais para a convivência em sociedade, tais como a transparência, a confiança, a solidariedade e a verdade.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que motivou esta pesquisa foi o de compreender a produção científica brasileira em ações coletivas no agronegócio. O interesse surgiu a partir de reflexões sobre a possível evolução de pesquisas no campo das ações coletivas no agronegócio, principalmente, após a década de 1990.

No decorrer da fundamentação teórica, foram realizadas vinculações entre as estruturas complexas de governança e as ações coletivas, bem como, o esclarecimento de seus conceitos e os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva. Também, foi discorrido sobre alguns modelos coletivos aplicados que se acredita serem os mais visualizados no campo do agronegócio (redes, cooperativas, associações, APLs, *clusters* e aglomerados) e sobre a importância dos estudos que analisam a produção científica em determinada área (os chamados estudos da arte ou do conhecimento). A metodologia de abordagem quantitativa-qualitativa, através de um estudo da arte, de uma pesquisa bibliométrica e descritiva, foi o que embasou os procedimentos de coleta e análise dos dados, primordialmente obtidos a partir do banco de dados da CAPES.

Cinco objetivos específicos foram delimitados para orientar o cumprimento do objetivo geral. Sendo assim, essas considerações finais são abordadas com base em cada um deles para, no final, traçar alguns apontamentos gerais sobre a compreensão da produção científica nacional na temática de ações coletivas no agronegócio.

O primeiro objetivo específico foi o de caracterizar os programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, Economia e Desenvolvimento Regional, que possuem relação com a linha de pesquisa de ações coletivas no agronegócio. Os resultados apontaram para a existência de 205 cursos (132 de mestrado e 73 de doutorado) nessas três áreas, advindos de 134 programas de pós-graduação, sendo que as áreas de Administração e Economia são detentoras do maior número de cursos, com 100 e 69, respectivamente, o que pode ser explicado em razão dos cursos de Planejamento Urbano e Regional serem mais recentes. Além disso, identificou-se que os cursos de mestrado e doutorado nessas áreas se concentram, basicamente, no Sul e Sudeste do Brasil.

O segundo objetivo específico buscou descrever as teses e dissertações defendidas pelos cursos de doutorado e mestrado na área, bem como, os estudos no campo das ações coletivas no agronegócio. No período 1998 a 2012, um total de 23.134 estudos, sendo 3.358 teses e 19.776 dissertações, foi defendido nos programas de pós-graduação das três áreas. Os programas que mais se destacaram, por área, na quantidade de defesas foram: os de

Administração da USP, da UFRGS e da GFV-SP; os de Economia da UFRJ, da USP e da PUC-SP; os de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, da UNISC e da UFPE.

Já no que se refere às pesquisas no campo das ações coletivas no agronegócio, foram encontradas 282, porém apenas 207 disponíveis no meio eletrônico, sendo a maioria (143) da Área de Administração. A partir dos trabalhos encontrados em cada ano, pode-se dizer que a quantidade de pesquisas na temática de ações coletivas no agronegócio aumentou com o passar do tempo, especialmente nos últimos 6 anos de análise. Nesse cenário, os programas de Administração da UFPR, da UFLA, da UFRGS, da USP e da UNISINOS têm especial contribuição. Já na área de Economia, foram encontradas mais teses e dissertações no campo de ações coletivas no programas da UFV, da UFC, da ESALQ/USP, da UFPR e da UNICAMP. Os programas de Planejamento Urbano e Regional que se destacaram foram os da UNIOESTE, da FURB e da UNISC, sendo esses os únicos em que foram encontradas pesquisas na área foco de estudo.

A terceira questão investigou os aspectos teórico-empírico-metodológicos que fundamentam as teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio. A partir dos dados, foi revelado que as abordagens teóricas mais utilizadas pelos estudos são o Cooperativismo/cooperação, as redes e os APLs/*clusters*/aglomerados, com um percentual de 72% de teses e dissertações que utilizaram em seu *corpus* teórico uma dessas abordagens para embasar os estudos empíricos. Nessas abordagens, alguns dos principais autores citados no enfoque de Cooperativismo são: Pinho (1966), a Lei nº. 5.764 de 16/12/71 e Bialosrkorski Neto (2002). Já sobre redes, os seguintes autores se destacam: Granovetter (1973), Castells (2005) e Balestrin e Verschoore (2008). Na abordagem de APLs/*clusters*/aglomerados, nomes como o de Porter (1999), o de Cassiolato e Lastres (2003) e o de Amaral Filho (2001) foram os principais apontados. A partir desses nomes mais citados, foi possível identificar uma possível frente de pesquisa em cada um dos enfoques teóricos.

Ainda neste objetivo específico, encontrou-se que os modelos coletivos aplicados que estão sendo foco da maioria das pesquisas são as cooperativas, as associações e as redes. Entre todos os modelos aplicados estudados nas pesquisas empíricas, 75% das investigações se deram a partir dessas três formas de ações coletivas. Somado a isso, a partir de um elevado número de palavras-chave que apareceram nas 207 teses e dissertações, concluiu-se que, de fato, as ações coletivas são muito abrangentes, uma vez que muitas áreas, segmentos, setores e temas foram citados. Isso se comprovou ainda mais quando foram analisados os diferentes SAGs que são foco de estudos empíricos, nos quais a concentração foi em torno da agropecuária.

Sobre os aspectos metodológicos, obteve-se que a maior parte dos estudos possui abordagem qualitativa (46,9%), sendo que 22,2% utilizam as duas abordagens (qualitativa e quantitativa) conjuntamente. Essa conjunção revela uma forma estratégica e evidencia riqueza em relação à análise de problemas e situações. Em relação aos instrumentos mais utilizados para a coleta de dados, a entrevista, os documentos e os questionários foram os principais. Esse resultado é possivelmente relacionado ao fato de que, em sua maioria, são pesquisas qualitativas e estudos de caso, que muito se utilizam dessas técnicas de coleta de dados.

Lançando o olhar agora para o penúltimo objetivo específico, que teve o intuito de evidenciar a concentração geográfica das teses e dissertações encontradas na temática e, também, a localização do objeto alvo do estudo empírico (pesquisa de campo), resultados importantes foram encontrados. De modo geral, a maioria das teses e dissertações no campo das ações coletivas no agronegócio foi encontrada no Sul e Sudeste, o que pode ser considerado coerente se considerado que a localização da maior parte dos cursos de pós-graduação também se concentra nessas duas regiões. Porém, outro fator conduziu para esse ensejo. Diagnosticou-se que a maior concentração dos modelos coletivos estudados empiricamente está, também, nas regiões Sul e Sudeste, que concentram 79,2% das formas coletivas pesquisadas. Contudo, o Sul do país foi o maior destaque, sendo foco de estudo de 56,4% dos trabalhos. Nessa região, o Paraná assumiu posição importante, uma vez que 28,2% dos casos analisados empiricamente se localizam nesse estado, sendo que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais formam o principal centro de pesquisa, possivelmente em favor da importância que o cooperativismo apresenta para o Paraná. O estado do Rio Grande do Sul veio em seguida, sendo foco de 20,3% dos estudos. Nesse estado, o ramo agropecuário também foi destaque dos estudos empíricos, seguido pelo segmento vitivinícola, provavelmente em função de reunir a maior parte da produção de uva e vinhos do país.

Observando a localização geográfica dos modelos coletivos estudados pelas teses e dissertações, cabe comentar ainda outros dois aspectos. O primeiro, é que o estado de São Paulo, por mais que foi destaque na concentração dos estudos encontrados na temática, não foi foco de estudo dos modelos empíricos. Ou seja, as teses e dissertações daqueles programas não analisavam modelos coletivos do estado na mesma proporção que a quantidade de estudos. O segundo aspecto se refere ao estado de Minas Gerais como foco de estudos empíricos, haja vista que 6,9% dos estudos pesquisaram modelos coletivos aplicados neste estado, no ramo do leite e do café, confirmando a já conhecida notoriedade dele nesses dois SAGs.

Em relação ao último objetivo específico, que procurou relacionar os achados teórico-empíricos com os fundamentos da Teoria da Ação Coletiva, alguns resultados podem ser destacados a partir das subcategorias analisadas. O primeiro aspecto relacionado foi a presença de benefícios proporcionados pelas ações coletivas. Sobre esse fator, as conclusões das teses e dissertações analisadas apontaram para uma ampla quantidade de ganhos, tanto econômicos quanto sociais, psicológicos, culturais e políticos, confirmando o que fundamenta a Teoria da Ação coletiva sobre os diversos incentivos que os atores têm para se envolverem em ações conjuntas. Para além dos benefícios propiciados aos parceiros interligados, outras vantagens foram citadas, que se referem às externalidades positivas para o entorno, também de cunho econômico, social e cultural, principalmente.

Em relação aos desafios e falhas enfrentadas por ações coletivas, percebeu-se que, igualmente aos benefícios, são muitas. Não obstante, as teses e dissertações demonstraram que as dificuldades estão diretamente ligadas com outras questões, quais sejam: com a presença de *free rides*, com a falta ou falha de comunicação, com a reputação negativa, com a ausência de confiança, reciprocidade, liderança e com a racionalidade individual e coletiva. Dessa forma, assim como a Teoria da Ação Coletiva aborda, aspectos como a confiança, a reputação e a liderança afetam diretamente o nível de cooperação das partes envolvidas em ações conjuntas, de modo que somente a presença de objetivos comuns não garante o esforço coletivo para a obtenção do objetivo planejado, pois os atores precisam de incentivos para colaborar.

Sobre os outros aspectos (o relacionamento formal ou informal, a heterogeneidade dos grupos, a possibilidade de sair e entrar voluntariamente, o tamanho do grupo e a constituição formal), as seguintes conclusões foram possíveis de se obter a partir das pesquisas analisadas: a sobrevalorização dos relacionamentos informais em comparação aos formais, já que os primeiros geram mais confiança entre os atores envolvidos; a heterogeneidade dos grupos como aspecto positivo ou negativo, dependendo da variável em análise; a suma importância de se poder escolher os membros com quem se vai relacionar, uma vez que os níveis de confiança tendem a aumentar e, conseqüentemente, a vontade de cooperar; a superioridade dos grupos pequenos em detrimento dos grandes, haja vista que os grupos maiores prejudicam a criação do pensamento coletivo e o senso de interdependência; a relativa vantagem da constituição formal sobre a informalidade, já que isso proporciona maior reconhecimento, principalmente no que se refere ao direito de reivindicações legais e a maior possibilidade de financiamentos.

Findadas as conclusões sobre os objetivos específicos traçados para esta pesquisa, podem-se tecer algumas considerações. A primeira delas é que o objetivo geral deste estudo foi alcançado, ou seja, uma análise sobre a produção científica nacional em ações coletivas no agronegócio foi possível. De acordo com o citado por autores como Macias-Chapula (1998), Ferreira (2002), Antonello (2002), Teixeira (2006) e Momm (2009), no que tange a importância da realização de pesquisas sobre o estado da arte em determinada área, tem-se que este estudo contribuiu significativamente para a geração de conhecimento na temática de ações coletivas no agronegócio.

A partir disso, considera-se que a questão de pesquisa desta dissertação (a saber: como tem se desenvolvido a produção científica nacional sobre ações coletivas no agronegócio, com base em teses e dissertações entre 1998 e 2012?) foi respondida. De maneira geral, pode-se dizer que o cenário da produção científica nacional sobre ações coletivas no agronegócio é positivo. Isso no sentido de que foram encontrados estudos científicos, com rigor e comprovação metodológica. Além disso, esses estudos têm aumentado, mesmo que em pequenas quantidades, o que está em concordância com o que autores citam sobre o aumento no número de estudos sobre formas coletivas nas últimas décadas. Entretanto, entende-se que o total de teses e dissertações encontradas ainda é um número relativamente baixo se considerado o defendido por diversos autores (SAUVÉE, 2002; MÉNARD, 2004; ZYLBERSZTAJN, 2005b e SCHMIDT, 2010) de que as ações coletivas são estruturas de governança cada vez mais recorrentes no agronegócio. Assim, concorda-se com o que dizem Austin (2001), Ménard (2004), Zylbersztajn (2005b), Zylbersztajn e Farina (2006), que o esforço voltado ao entendimento e a aplicação de ações coletivas ainda é considerado pouco e incipiente, de forma que este precisa ser mais explorado.

Vale considerar que esse cenário poderia se apresentar de forma diferente se o foco de análise fosse desenvolvido em artigos científicos, como é o apontado pelo estudo de Schmidt et al. (2014). Os resultados dessa pesquisa, também sobre a produção científica nacional no campo das ações coletivas no agronegócio, mas com base em artigos científicos apresentados nos congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), revelaram que do total de 7.826 artigos apresentados em 10 anos de congresso (2004 a 2013), um índice de 6,2% se referiam a ações coletivas no agronegócio. Esse resultado é coerente se considerar que uma tese ou dissertação, muitas vezes, resulta em dois ou mais artigos científicos. Além disso, é importante ressaltar que a escolha por analisar teses e dissertações é que essas retratam, na maioria das vezes, as linhas de pesquisa presentes

nos cursos de mestrado e doutorado, ou seja, dificilmente orientadores assumem pesquisas em áreas totalmente distintas das que estudam. Assim, a partir da localização de teses e dissertações no campo das ações coletivas no agronegócio, sabe-se que existem linhas de pesquisa na área e que, portanto, tais estudos tendem a ter seguimento.

Ponderando sobre essas questões, alguns apontamentos finais. Primeiro, a existência de ações coletivas no agronegócio brasileiro, principalmente cooperativas, e, depois, a existência de estudos científicos sobre essas estruturas de governança. Contudo, as pesquisas são, ainda, em número pequeno, se considerada a importância que as ações conjuntas assumem para os atores envolvidos e para a sociedade, impactando, assim, no desenvolvimento local e regional. A partir disso, algumas sugestões são tecidas para os pesquisadores da área. O primeiro aspecto que se ressalta é o profícuo campo de pesquisa que se tem a partir de ações coletivas no agronegócio. Como foi concluído, as ações coletivas são, de fato, notáveis no agronegócio e assumem diversos formatos, nos mais diferentes segmentos. Estudá-las é uma forma de auxiliar no apontamento de melhores formas de gerilas ou ainda, de fomentar políticas públicas que ajudam no desenvolvimento das mesmas.

Depois disso, chama-se a atenção dos pesquisadores para a realização de pesquisas em SAGs ou segmentos diferentes dos que, muitas vezes, são os maiores e mais representativos de um determinado estado ou do país. Estudos científicos a partir de ramos iniciantes ou que acabam de surgir na pauta de produtos ou serviços importantes para a economia nacional tendem a ser valorizados no campo acadêmico ou, até mesmo, na esfera público-privada, podendo auxiliar no apontamento de direções a serem tomadas para melhorar tais produtos ou segmentos.

Por fim, cabe ainda a pesquisadora apontar a principal limitação desta dissertação, bem como, sugestões para estudos futuros. Esta pesquisa limitou-se ao estudo de teses e dissertações das áreas de Administração, Economia e Planejamento Urbano e Regional, de forma que outras subáreas podem ser exploradas no sentido de coletar informações sobre a produção científica em ações coletivas no agronegócio. Além disso, outras fontes de dados podem ser utilizadas para auxiliar na compreensão do cenário da produção científica na temática, a partir do estudo em periódicos nacionais e internacionais, por exemplo. Ainda, estudos sociométricos envolvendo a existência ou não de redes de autores no campo científico de ações conjuntas no *agribusiness* seriam, igualmente, profícuos. Enfim, ressalta-se que as contribuições desta pesquisa são mais de cunho teórico do que prático ou empírico, apresentando, principalmente, lacunas passíveis de preenchimento por pesquisadores da área de ações coletivas no agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ABIC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. **Produção agrícola**. 2015. Disponível em: <<http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=48#3651>>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- AGRAWAL, Arun. Small is beautiful, but is larger better? Forest-management institutions in the Kumaon Himalaya, India. In: GIBSON, Clark C; MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor (Orgs.). **People and Forests: Communities, Institutions, and Governance**. London: Cambridge, p. 57-85, 2000.
- ALVES, Eugenio P. **A estratégia de cluster na geração de vantagem competitiva: a fruticultura irrigada no agropólo do Baixo Jaguaribe-CE**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade de Fortaleza, 2003.
- ANDRADE, Fabiana S. de. **Análise bibliométrica da produção científica de pesquisadores e referências de um periódico da Engenharia de Produção**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade do Rio Grande do Sul, 2012.
- ANDRIGHI, Fabiela F.; HOFFMANN, Valmir E.; ANDRADE, Marcos A. R. Análise da produção científica no campo de estudo das redes em periódicos nacionais e internacionais. **RAI**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 29-54, 2011.
- ANTONELLO, Claudia S. Estudo dos métodos e posicionamento epistemológico na pesquisa de aprendizagem organizacional, competências e gestão do conhecimento. In: XXVI EnANPAD, 2002, Salvador, **Anais...** Bahia, 2002.
- ARAÚJO, Carlos A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- ARESI, Evandro M. **Identidade sócio-espacial e gestão de redes sociais produtivas: um estudo comparativo da Rede Ecovida de Agroecologia**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.
- AUSTIN, James E. **Parcerias**. São Paulo: Futura, 2001.
- BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge R.; REYS JUNIOR, Edgar. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 458-477, maio/jun., 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.
- BARROS, Geraldo S. de C; ADAMI, Andréia C. de O; ZANDONÁ, Nicole F. Faturamento e volume exportado do agronegócio brasileiro são recordes em 2013. In: **Centro de Estudos**

Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) – ESALQ/USP, 2014. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BATALHA, Mário O; SILVA, Andrea L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mário O. (org) **Gestão agroindustrial**. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2001.

BATES, Robert H.; SHEPSLE, Kenneth A. **Demographics and institutions**. Paper presented at the Frontiers of Economics Conference (in honor of Douglass C. North), Washington University, St. Louis, Missouri, Março, 1995.

BELEI, Aparecida R.; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra R.; NASCIMENTO, Edinalva N.; MATSUMOTO, Patrícia H. V. R. O uso da entrevista, observação e videogramação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30, p. 187-199, 2008.

BERTOLINI, Adriana L. **As competências coletivas e sua articulação com o pensamento sistêmico no APL vitivinícola da Serra Gaúcha**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade de Caxias do Sul, 2011.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agribusiness cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M.F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Economia das organizações cooperativas: uma análise da influência da cultura e das instituições**. 2004. Tese (Livre Docência em Economia das Organizações) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; CHADDAD, Fabio R. Estrutura de Propriedade e Finanças em Cooperativas Agropecuárias: um ensaio comparativo sobre a influência do ambiente institucional no Brasil e nos Estados Unidos. In: 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto, 2005.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo; FERREIRA JUNIOR, Waldemar. Evolução e Organização das Cooperativas Agropecuárias Paulistas na Década de 90. In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, **Anais...** Cuiabá, 2004.

BORBA, Marcelo L. de. **A produção científica em empreendedorismo**: uma análise do Academy of Management Meeting, 1954 – 2005. Blumenau, 2006. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Regional de Blumenau.

BOTELHO, Maurício R. **Parcerias pecuárias: um estudo multicaso no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, 2005.

BRAGA, Ayala L. **A governança como determinante de desenvolvimento: um estudo de caso na cadeia produtiva de frutas no Norte do Espírito Santo**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BRANDES, Mairon E. **Cadeia produtiva agroecológica do Núcleo Alto Vale: perspectivas da Rede Ecovida na construção de mercados solidários**. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau, 2012.

BRITO, Carlos M. Towards an institutional theory of the dynamics of industrial networks. **Journal of Business & Industrial Marketing**. v. 16, n. 3, p. 150-166, 2001.

BURGER, Kees; KAMEO, Daniel; SANDEE, Henry. Clustering of Small Agro-Processing Firms in Indonesia. **International Food and Agribusiness Management Review**, 2(3/4), p. 289-299, 2001

BURT, Ronald. **Structural holes: the social structure of competition**. Cambridge: Oxford University Press, 1992.

BURT, Ronald. The shadow of other people: socialization and social comparison in marketing. In: TAYLOR; FRANCIS. **The connected customer**, 2009.

CALIENES, Christian A.W. **Cadeia de valor do pisco peruano: o caso da Associação Perú Pisco Export**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CAMPOS, Kilmer C. **Produção localizada e inovação: o arranjo produtivo local de fruticultura irrigada na microrregião do Baixo Jaguaribe no Estado do Ceará**. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Economia Aplicada, 2008.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2014a. **Área de avaliação**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisa>>. Acesso em: 10 nov 2014.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2014b. **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em 10 nov 2014.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2014c. **Resultados da Avaliação da Capes revelam que pós-graduação teve crescimento de 23% no triênio**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio>>. Acesso em 10 nov 2014.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2015a. **Relação dos cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=detalhamentoIes&codigoPrograma=40015017004P6&descricaoGrandeArea=CI%20CANCIIAS+SOCIIAIS+APLICADAS+++++++&descricaoAreaConhecimento=PLANEJAMENTO+URBANO+E+REGIONAL>>. Acesso em: 15 jan 2015.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. 2015b. **Caderno de Indicadores**. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?codigoPrograma=40015017004P6&acao=detalhamentoPrograma&siglaIes=UNIOESTE>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2003.

CASSOL, Neidi K. **A produção científica na área de empreendedorismo feminino: análise dos estudos indexados na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI)**. Blumenau, 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Regional de Blumenau.

CASTRO, Júlio V. R. de. **Análise da produção científica dos pesquisadores em Ciência da Informação nos periódicos Brasileiros**. 2009. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Hortifruti Brasil: o novo mapa da hortifruticultura**. 2015b. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=340&id=5220>>. Acesso em: 17 jan 2015.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB Agronegócio – BR**. 2014. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB Agronegócio – BR**. 2015a. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 17 jan 2015.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHRISTOFFOLI, Pedro I. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e potencialidades**. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Paraná, 2000.

CONEJERO, Marco A. **Planejamento e gestão estratégica de associação de interesse privado no agronegócio**: uma contribuição empírica. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Administração. Universidade de São Paulo, 2011.

COOK, Michael L. The future of US Agricultural cooperatives: a neo-institutional approach. **American Journal of Agricultural Economics**, n. 77, p. 1153-1159, 1995.

COSTA, Daniele de L. C. da. **Relações contratuais em estruturas cooperadas**: um estudo em sistemas agroindustriais suínícolas. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Estadual de Maringá, 2012.

CURTY, Marlene G.; BOCCATO, Vera R. C. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de ciência da informação. **Perspectiva da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 94-107, 2005.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. **A Concept of Agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, Boston, 1957.

DUARTE, Emeide N. **Análise da produção científica em Gestão do Conhecimento: estratégias metodológicas e estratégias organizacionais**. Tese (doutorado). Programa de Pós- Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba, 2003.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, n. 24, p. 2013-225, 2004.

FACCIN, Dadígia. **Capital social e competitividade em redes colaborativas vitivinícolas da Serra Gaúcha**: estudo de casos das redes APROVALE e APROBELO. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade de Caxias do Sul, 2010.

FERREIRA, Norma S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, 2002.

FIGUEIREDO, J. C.; DI SERIO, Luiz C. Estratégia em clusters empresariais: conceitos e impacto na competitividade. In: DI SERIO, Luiz C. (Org.). **Clusters empresariais no Brasil**: casos selecionados. São Paulo: Saraiva, 2007.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIUSTINA, Ana P. D. **O ensino e a produção científica em Empreendedorismo nos programas de pós-graduação de Administração da região Sul do Brasil**. Blumenau, 2005. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Regional de Blumenau.

GODOY, Arilda. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, v. 35, n. 2, 1995.

GRANDORI, Anna; SODA, Giuseppe. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**. v. 6, n. 2, p. 183-214, 1995.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**. New York, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional De Ciência Da Informação (CINFORM), 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ICI/UFBA, 2005.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. **Science**. v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

HAYDE, Cristian V. D. ; SCHMITT, Camila da S. ; DREHER, Marialva T. Sustentabilidade como vantagem competitiva: uma análise bibliométrica. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 07, p. 01-12, 2013.

HEINZMANN, Ligia M. ; DREHER, Marialva T. Governança corporativa e sustentabilidade: a produção científica está abordando os temas de forma articulada?. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 4, p. 01-19, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados de previsão de safra**. 2015. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=1&z=t&o=26&u2=1&u3=1&u4=1&u1=1>> Acesso em: 15 maio 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal**. 2013. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2013_v41_br.pdf>. Acesso em: 17 jan 2015.

IBRAVIN – INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Regiões produtoras**. 2015.

Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/regioes-produtoras>>. Acesso em: 15 jan 2015.

KWASNICKA, Eunice L. Em direção a uma teoria sobre redes de negócios. In: BOAVENTURA, João M. G. (Org). **Redes de negócios: tópicos em estratégia**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2006.

LACERDA, Alan D. F. de. Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n. 61, p. 153-166, jan/abr 2011.

LAZZARINI, Sérgio G.; CHADDAD, Fabio R.; COOK, Michael L. Integrating Supply Chain and Network Analysis: the study of netchains. **Journal on Chain and Network Science**. [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-21, 2001.

LEITE FILHO, Geraldo A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 533-554, 2008.

LEONARDI, Alex; BORGES, João A. R.; FREITAS, João B. de; SCARTON, Luciana M. **Redes de cooperação em agroindústrias familiares**: a casa da Quarta Colônia. In: 4º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Redes%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20Agroind%C3%BAstrias%20Familiares%20a%20Casa%20da%20Q.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2014.

LIMA, Valmir P. de. **Parcerias estratégicas e competitividade sustentável**: um estudo no elo inicial da cadeia produtiva da indústria de polpa de frutas produtor-indústria. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal do Paraná, 2011.

LORDSLEEM, Narcísia L.C.; ARAÚJO, RICHARD M.; OLIVEIRA, BRUNA M. K. de; ALEXANDRE, Mauro L. de O. Ensino e pesquisa em administração: um estudo bibliométrico de publicações do ENANPAD (2001-2008). **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 356-378, 2009.

LUNKES, Rogério J.; ROSA, Fabricia S. da; GASPARETTO, Valdirene; BALDOINO, Eduardo. Análise da produção científica e formação de doutores em Contabilidade gerencial: um estudo no cenário brasileiro. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. São Paulo, v. 4, n. 3, p. 361-378, 2011.

MACEDO, Luís O. B. **Perfil de governança e a coordenação de alianças estratégicas do sistema agroindustrial da carne bovina brasileira**. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2009.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf., Brasília**, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MAEDA, Marianne Y.; SAES, Maria S. M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leopólis. In: **XII SEMEAD-Seminários em Administração**, 2009, São Paulo. XII SEMEAD - Empreendedorismo e Inovação, 2009.

MAIA, Guilherme B. da S.; PINTO, Arthur de R.; MARQUES, Cristiane Y. T.; ROITMAN, Fábio B.; LYRA, Danielle, D. **Produção leiteira no Brasil**. BNDES setorial, n. 37, p. 371-

398. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3709.pdf>. Acesso em: 17 jan 2015.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Projeções do agronegócio: Brasil 2012/13 a 2022/23 Projeções de longo prazo. Junho de 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/projecoes%20-%20versao%20atualizada.pdf> Acesso em: 15 maio 2014.

MASCENA, Keysa M. C. de; FIGUEIREDO, Fernanda C.; BOAVENTURA, João M. G. B. Clusters, sistemas e arranjos produtivos locais: análise das publicações nacionais no período de 2000 a 2011. In: XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais (SIMPOI), Unidade Berrini da FGV, 2012. **Anais...** Unidade Berrini da FGV, 2012.

MELO, Antonio D. S. de. **Experiência associativa para a aquisição e uso de tanques de expansão e resfriamento de leite.** Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, 2003.

MÉNARD, Claude. The economics of hybrid Organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics.** v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MÉNARD, Claude; Klein, Peter. G. Organizational issues in the agrifood sector: toward a comparative approach. **American Journal of Agricultural Economics**, 2004 86(3): 750-755.

MINAYO, Maria C de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública; Rio de Janeiro**, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOE, Terry. A calculus of group membership. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 4, p. 593-632, 1980.

MOMM, Christiane F. **O conhecimento científico em turismo no Brasil:** curso de pós-graduação stricto sensu – período de 2000 a 2006. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

NASSAR, A.; ZYLBERSTAJN, D. Associações de interesse no agronegócio brasileiro: Análise das estratégias coletivas. **Revista de Administração.** São Paulo, p.39, n.2, p.141-152, abr./mai./jun. 2004.

NASSAR, André M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2001.

NOVAES, Amilton L.; MOREIRA, Bruno C. R.; OLIVEIRA, Leticia de; TALAMINI, Edson. VIANA, José J. S. Análise dos fatores críticos de sucesso do agronegócio brasileiro. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande, **Anais...** Campo Grande, 2010.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **A força das cooperativas agropecuárias no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.ocbrj.coop.br/HotSite/Noticias/View.aspx?ID=1768>>. Acesso em: 15 maio 2014.

OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Movimento livre da influência do Estado**. 2015. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/evolucao_no_brasil.asp> Acesso em: 8 jan 2015.

OCEPAR – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ. **Cooperativismo paranaense: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: em 15 jan. 2015.

OCERGS - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Expressão do cooperativismo gaúcho**. 2015. Disponível em: <<http://intranet.sescooprs.coop.br/arquivos/arqs/20120719102955.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2015.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, Elinor. **Collective Action and Local Development Processes**. **Sociologica**. Bologna, 2007.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. EUA: Cambridge University Press, 1990.

PERIM, Juliana A. **Rede interorganizacional: o caso do setor avícola da região serrana no Estado do Espírito Santo**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

PERONI, Neimar D. **Redes de cooperação versus custos de transação: um estudo de caso da associação gaúcha de empreendimentos lácteos (AGEL) na mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

PETTAN, Kleber B.; BOTELHO FILHO, Flávio; MEDEIROS, Josemar X. de; MEDAETS, Jean P. P; ESPÍRITO SANTO, Ernani do. Análise comparativa do desempenho da competitividade das Agroindústrias Familiares em rede e isoladas no oeste de Santa Catarina. In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, **Anais...** Cuiabá, 2004.

PINHEIRO, Angela M. **O cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária**: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

PINHO, Diva B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

POMPEU, Ricardo B. **Ações coletivas na citricultura**: comparação entre as associações de produtores e das indústrias. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Economia Aplicada. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1997.

PORTER, Michael. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor; JANSSEN, Marco A. **Trabalho em parceria**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: Editora Senac, 2011.

POWELL, Walter W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. **Research in Organizational Behavior**. (S.l), v. 12, p. 295-336, 1990.

POZZOBON, Daniela M. **Three studies on farmer cooperatives**: heterogeneity, member participation and democratic decision making. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade de São Paulo, 2011.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349. 1969.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción colectiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví**. 2003. Disponível em: <http://www.inca.gob.mx/biblioteca/libros/desarrollo_territorial/Folleto_ACCION%20COLECTIVA.pdf> Acesso em: 03 ago. 2013.

REDESIST – REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Sistemas Produtivos Locais**. 2014. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Alice M. N. **Relações interorganizacionais e confiança no setor da carcinicultura**: um estudo de caso na Camanor produtos marinhos. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

RAUPP, Ivan D. **Redes de cooperação**: um estudo sobre a criação e captura de valor por produtores de hortaliças no Oeste do Paraná. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

ROMANIELLO, Marcelo M. **Capital social e accountability em organizações cafeeiras no Sul do Estado de Minas Gerais**. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, 2009.

ROMANOWSKI, Joana P. **As licenciaturas no Brasil**: um balanço das teses e dissertações dos anos 90. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho descente e futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura**: a produção de pequena escala. São Paulo, 2008. Tese (Livre Docência em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo.

SANABIO, Marcos T. **Redes organizacionais como estratégia de inserção dos negócios na cadeia produtiva do leite**: o caso da Associação de Produtores Rurais de Pires. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal de Lavras, 2008.

SANDLER, Todd. **Global Collective Action**. University of Southern California: Cambridge, 2004.

SANTOS, Ana L. F. dos; AZEVEDO, Janete M. L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, p. 534-605, 2009.

SANTOS, Fabiano S. dos. **Momentos de empowerment**: estratégias de pequenos produtores vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SAUVÉE, Loïc. Efficiency, Effectiveness and the Design of Network Governance. In: 5th International Conference on Chain Management in Agribusiness and the Food Industry Noordwijk an Zee, The Netherlands, 2002, Noordwijk an Zee. **Anais...** Noordwijk an Zee, 2002.

SCHMIDT, Carla M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Carla Maria; SAES, Maria Sylvia Macchione. Ações coletivas: desenvolvimento para arranjos produtivos inseridos no contexto do agronegócio e turismo rural. In: 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco, **Anais...** Rio Branco, 2008.

SCHMIDT, Carla M.; TOMIO, Marialva; WENNINGKAMP, Keila R.; PALOSCHI TOMÉ, Luiz H.; CIELO, Ivanete D. Ações coletivas no agronegócio: uma análise do estado da arte a partir dos congressos da SOBER (2004-2013). In: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Goiânia, **Anais...** Goiás, 2014.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Associação**. 2009. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2014.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1):187-192, 2000.

SILVA, Eliezer P. da. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em Mato Grosso: o caso da soja no município de Sorriso**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

SILVA NETO, Pedro Q.; SCHMIDT, Adir O.; ZWIEREWICZ, Márcia; OLIVEIRA, Kellen C. de. Cooperativismo como organismo equalizador da renda. In: 1º Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2000, Maringá, **Anais...** Maringá, 2013.

SOUZA, Camille M. **Os fatores que influenciam a consolidação das redes de cooperação interempresarial**. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Administração. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; MACHADO JÚNIOR, Celso; PARISOTTO, Iara Regina dos Santos; SILVA, Heloísa Helena Marques da. Estudo bibliométrico de tese e dissertações em administração na dimensão ambiental da sustentabilidade. **REAd**. v. 76, n. 3, p. 541-568, 2013.

TABOSA, Francisco J. S.; TEIXEIRA, Keuler H.; SILVA, Deninse M. F. da; MADALOZZO, Clóvis L.; MAYORGA, Maria I. de O. 2004. **A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local: um estudo de caso**. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5327/1/2004_eve_miomayorgaai.pdf>. Acesso: 20 dez. 2014.

TAVARES, Patrícia da C. **Gestão de organizações coletivas: um quadro de referências**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

TANA, Warlei. **Redes sociais como geradoras de capacidades nas cooperativas: um estudo do segmento lácteo.** Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade FUMEC, 2012.

TEIXEIRA, Célia R. O “estado da arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação – educação**, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

THORELLI, Hans B. Networks: between markets and hierarchies. **Strategic Management Journal**. v. 7, n. 1, p. 37-51, 1986.

UZZI, Brian. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**. v. 42, p. 35-67, 1997.

VEIGA, Sandra M.; RECH, Daniel. **Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

WALTER, Silvana A.; BACHL, Tatiana M.; BARBOSA, Flaviane. Estratégia como prática: análise longitudinal por meio de bibliometria e sociometria. **REBRAE**. v. 5, n. 3, p. 307-323, set/dez, 2005.

WALTER, Silvana A.; LANZA, Beatriz B. B.; SATO, Kawana H.; SILVA, Eduardo D. da.; BACH, Tatiana M. Análise da Produção Científica de 1997 a 2009 na Área de Estratégia: Produção e Continuidade de Atores e Cooperação entre Instituições Brasileiras e Estrangeiras. In: XXXIV EnANPAD, 2010, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

WILLIAMSON, Oliver E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, pp. 269-296, jun, 1991.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos F. (Orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, p. 01-21, 2005a.

ZYLBERSZTAJN, Decio. From Contracts to Networks: New Directions in the Study of Governance of Agro-Food-Energy Networks. In: 4TH European Forum on Systems Dynamics and Innovation in Food Networks, 2010, Innsbruck-Igls, **Anais...** Innsbruck-Igls, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. **RER**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 03, p. 385-420, jul/set 2005b.

ZYLBERSZTAJN, Decio; FARINA, Elizabeth. Dynamics of network governance: a contribution to the study of complex forms. **Série Working Paper** n. 03/026, São Paulo, 2006.

ZYLBERSZTAJN, Decio; FARINA, Elizabeth. Strictly coordinate food-systems: exploring the limits of the Coasian Firm. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 2, n. 2, p. 249-265, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Autores e títulos das teses e dissertações sobre ações coletivas no agronegócio

ADMINISTRAÇÃO

- ABIB, G.: Os atributos informacionais e seus efeitos como recurso competitivo e efetivo nas cooperativas paranaenses
- AGOSTINI, J. C.: A influência do cluster na internacionalização de cooperativas: o caso da Frimesa
- AGUIAR, C. M. G.: Comunicação e coordenação integradas para articular universidade-empresa-governo: um ambiente de inovação para o café
- AGUIAR, S. A.: Práticas cooperativas em redes de economia solidária sob a óptica da ação comunicativa: o caso da Rede Justa Trama
- ALBANO, C. S.: Problemas e ações inerentes à adoção da tecnologia de informação: um estudo em Cooperativas Agropecuárias
- ALIEVI, R. M.: aglomeração produtiva, aprendizagem e inovação: um estudo sobre o arranjo produtivo vitivinícola da região da Serra Gaúcha-Brasil
- ALVES, E. P.: A estratégia de cluster na geração de vantagem competitiva: a fruticultura irrigada no Agropolo do Baixo Jaguaribe-CE
- AMARAL, R. O.: Análise da transação de suprimento de cana-de-açúcar e os relacionamentos inter-organizacionais
- AMORIM, A. L. M.: Comunicação organizacional, processo decisório, vantagem competitiva e efetividade em duas cooperativas paranaenses de agronegócio
- ANDRADE, E. S.: Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos no território Consad Vale do Ivinhema/MS
- ANTONIALLI, L. M.: Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais
- ARAGÃO, F. L.: Gestão de marketing aplicada a cooperativas agroindustriais de leite no Brasil
- ARAUJO, L. V. S.: A internacionalização de empresas produtoras de vinho do cluster vitivinícola da Serra Gaúcha
- ARAÚJO, U. P.: Relação agência e estrutura em redes colaborativas: uma análise do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do café
- ARBAGE, A. P.: Custos de Transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos: estudo de casos em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul
- ARESI, E. M.: Identidade sócio-espacial e gestão de redes sociais produtivas: um estudo de caso comparativo da Rede Ecovida de Agroecologia
- ASSIS, T. R. de P.: Agricultura familiar e gestão social: ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural
- BARBOSA, A. R.: Turismo rural cooperativo: abrindo a porteira para a sustentabilidade
- BARREIROS, R. F.: Caracterização do processo decisório em nível estratégico nas cooperativas agropecuárias do Paraná
- BARROSO, J. A.: Políticas públicas de desenvolvimento e fortalecimento de arranjos produtivos locais: um estudo de caso do arranjo produtivo local de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará
- BAUER, M. A. L.: A construção social da identidade: um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS
- BERTOLINI, A. L.: As competências coletivas e sua articulação com o pensamento sistêmico no APL vitivinícola da Serra Gaúcha
- BESSA, M. J. C.: Arranjos produtivos locais de castanha de caju: uma análise comparativa entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte
- BORGES, W. J.: As estruturas estritamente coordenadas no sistema agroindustrial de carne suína na região Oeste do Paraná
- BORIN, G. A.: O Comportamento das organizações atuando em clusters de turismo ecológico: a proposta de um modelo de gestão
- BOTELHO, M. R.: Parcerias pecuárias: um estudo multicaso no Norte de Minas Gerais
- BRAGA, L. A.: A governança como determinante de desenvolvimento: um estudo de caso na cadeia produtiva de frutas no Norte do Espírito Santo

-
- BRESSAN, S.S.: A internacionalização do cluster vitivinícola da serra gaúcha e o papel das instituições públicas e privadas
- BRONZERI, M. S.: A influência das estratégias competitivas e colaborativas da cadeia produtiva do café no conteúdo estratégico das empresas e produtores do norte pioneiro do Paraná
- CALEMAN, S. M. Q.: Falhas de coordenação em sistemas agroindustriais complexos: uma aplicação na agroindústria da carne bovina
- CALIENES, C. A. W.: Cadeia de valores do pisco peruano: o caso da Associação Perú Pisco Export
- CAMARGO, S. H. C. R. V.: Visão sistêmica e negociação: o caso da pecuária de corte
- CARDENAS, L. Q.: A formação e o desenvolvimento de arranjos cooperativos sob a óptica da Imersão Social e da Economia dos Custos de Transação: um estudo de caso na Cooperativa e na Unipisca
- CARVALHO, N.: Gestão da cooperação: fatores facilitadores do sistema integrado de acompanhamento de resultados de projetos
- CECCATO, F. T.: Redes de inovação no agronegócio brasileiro: um estudo exploratório das relações de colaboração tecnológica no setor sucroalcooleiro paulista
- CHRISTOFFOLI, PEDRO I.: O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades
- CONEJERO, M. A.: Planejamento e gestão estratégica de associações de interesse privado do agronegócio: uma contribuição empírica
- COSTA, D. L. C.: Relações contratuais em estruturas cooperadas: um estudo em sistemas agroindustriais suínícolos
- COSTA, V. M. F.: As bases afetiva e instrumental do comprometimento organizacional: confrontando suas diferenças entre empresas e trabalhadores da agricultura irrigada do Pólo Juazeiro/Petrolina
- COUTO, P. R.: A aplicação dos conceitos de Green Supply Chain management no setor de suinocultura do RS
- CZAJKOWSKI, A.: Redes de cooperação e desenvolvimento do turismo local: um estudo de caso no Circuito Italiano de turismo rural – município de Colombo-PR
- DALMORO, M.: Internacionalização de empresas em redes horizontais: uma análise a partir do projeto setorial integrado Wines From Brazil
- DEBOÇÃ, L. P.: Estratégias mercadológicas em cooperativas agroindustriais: um estudo de caso no Paraná
- DELGADO, N. A.: A inovação sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável: os casos de uma cooperativa de laticínios brasileira e de outra francesa
- DIAS, M.C.: Antecedentes do impacto da tecnologia de informação na cadeia de suprimentos e efeitos desse impacto na performance de cooperativas agroindustriais
- DINIZ, J. L.: Alinhamento de recursos nas estratégias competitivas e colaborativas da Confepar
- DOSSA, Á. A.: A cooperação tecnológica entre universidades e institutos públicos de pesquisa no setor agropecuário brasileiro: um estudo na Embrapa;
- DUCCI, L. Z.: Marketing de relacionamento em cooperativas: o caso de uma cooperativa agroindustrial do norte do Paraná
- FAÇANHA, S. L. O.: Aquisições, fusões e alianças estratégicas na configuração da cadeia sucroenergética brasileira
- FACCIN, K.: Capital social e competitividade em redes colaborativas vitivinícolas da Serra Gaúcha : estudo de casos das redes APROVALE e APROBELO
- FAVACHO, A. S. S.: Gestão de cooperativas: fatores que influenciam no resultado - uma análise de duas cooperativas de flores da região metropolitana de Belém, estado do Pará
- FERNANDES, J. A. L.: A dinâmica do campo organizacional e a adoção de estratégias na carcinicultura do RN
- FILHO, F. O. D. J.: A influência da regionalidade como fator de desenvolvimento de micro e pequenas empresas. um estudo de caso do APL vinícola de Jundiá - SP
- FILHO, R. B. S.: As relações da tríplice hélice no setor da carcinicultura do Rio Grande Do Norte: uma análise a partir das abordagens da imersão social e da dependência de recursos
- FRIZZO, M. A.: O potencial de transformação do aglomerado de produtores de vinhos no Município de Pinheiro Preto num arranjo produtivo local
- FRONZAGLIA, T.: Análise de fatores que determinam a não separação entre propriedade e controle em uma cooperativa agroindustrial
-

-
- FURLANETTO, E. L.: Modelo de formação das estruturas de coordenação das cadeias de suprimentos: estudos de caso em cinco empresas gaúchas
- GENARI, D.: Mensuração do capital social e comprometimento nas indústrias vitivinícolas associadas à Aprovale e Aprobelo: uma abordagem organizacional
- GIOVANELA, A.: A relação entre modelo organizacional e a efetividade de projetos de natureza pública: um estudo de caso da Associação do Agronegócio de Timbó, Santa Catarina no período de 2000 a 2008
- GOLLO, S. S.: inovação e estratégia de cooperação competitiva: estudo de caso da indicação de procedência Vale dos Vinhedos - Serra Gaúcha/RS
- GOMES, C. C. M. P.: Alternativas encontradas para superação das principais dificuldades no processo de certificação fair trade: um estudo multicase de organizações de pequenos produtores no Brasil
- GONÇALVES, G.: A sustentabilidade de uma rede de empresas ligadas à avicultura: um estudo de caso da Fazenda Corcovado em Cabreúva/SP
- GRABIN, R.: Avaliação dos resultados dos modelos Fleuriet e EVA em cooperativas agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul
- GRESELE, W. D.: Identidade organizacional e construção de sentidos em tomadas de decisão: um estudo de caso na Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol)
- GUASSELLI, I. G. G.: Razões dos fruticultores da serra gaúcha para associar-se em organizações cooperativas
- GUIMARÃES, A. T. R.: Empresas instaladas em clusters com orientação estratégica dual, originadas na governança de clusters e de redes de negócios: uma busca focada no negócio do vinho das regiões do Porto, em Portugal e do Vale dos Vinhedos, no Brasil
- HALICKI, Z.: Cooperativismo, gestão e educação: um estudo de caso numa cooperativa agroindustrial
- JUNIOR, C. C. J.: A cadeia de produção do mel no Rio Grande do Sul: a organização e a governança nas transações dos apicultores associados à Apismar
- JÚNIOR, E. L. V.: Estudo do desempenho de fusões e incorporações entre cooperativas de crédito no Brasil
- JUNIOR, R. S. L.: Atores, trabalho institucional e a institucionalização da diversificação e das práticas sociais em uma cooperativa agroindustrial, no período de 1963-2003
- KUNZLER, M. T.: As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes - PR
- LIMA, U. F.: Estudo do comportamento estratégico e competitividade na gestão de cooperativas (caso da Cooperativa De Colonização Agroindustrial Pindorama /AL)
- LIMA, V. P.: Parcerias estratégicas e competitividade sustentável: um estudo no elo inicial da cadeia produtiva da indústria de polpa de frutas produtor - indústria
- LIMA, W. C.: Estratégia em micro e pequenas empresas como diferencial competitivo: um estudo na Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá - Minas Gerais
- LOPES, K. L. A.: Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável: estudo de caso nas cooperativas do perímetro irrigado de Morada Nova/Ceará
- MAIA, T.: Potencialidades de implantação da certificação fair trade na cadeia apícola do RS: um estudo em associações da micro-região de Osório
- MAROSTICA, M.: Estratégia de internacionalização de uma cooperativa do agronegócio: o caso Frimesa
- MARQUES, A. A.: Interação e aprendizagem no arranjo produtivo local da laranja do Vale do Mundaú: estudo de caso no Assentamento Zumbi dos Palmares
- MARTINS, E. S.: Estudo da sustentabilidade empresarial em uma cooperativa gaúcha
- MARTINS, M. M. C.: O benchmarking no processo estratégico das cooperativas agroindustriais paranaenses: um estudo exploratório
- MAZZOLENI, E. M.: Estrutura e dinâmica da governança e da coordenação interorganizacional em cadeias de suprimentos de lácteos no Brasil: emprego de um modelo tecnológico-relacional na análise do agronegócio
- MEDEIROS, Marcos F. M.: A tecnologia da informação como fator de competitividade em um APL: o caso do APL da carcinicultura do RN
- MELO, A.D.S. de: Experiência associativa em tanques de expansão e resfriamento de leite: estudo multicase
- MELO, A.P.G. de: Agricultura familiar e economia solidária: as experiências em gestão de bens comuns e inserções nos mercados por organizações rurais do Estado de Minas Gerais
- MENDES, M. M.: Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades
-

-
- MOREIRA, V. R.: Gestão de riscos do agronegócio no contexto cooperativista
- NASCIMENTO, R. C. S.: Estratégia e contexto social em uma associação de pequenos produtores da manga no Vale Do São Francisco
- NASSAR, A.M.: Eficiência das Associações de Interesse Privado nos Agronegócios Brasileiros
- OLIVEIRA, L. B.: Alianças estratégicas, vantagens competitivas e estratégias genéricas do segmento apícola cearense - estudo de caso nas empresas cearenses exportadoras de mel natural
- PAIVA, J. A.: Gestão colegiada da cadeia produtiva da cajucultura: o papel do comitê gestor no Rio Grande Do Norte à luz do desenvolvimento regional sustentável
- PEIXE, J. B.: Avaliação da eficiência econômica e social das cooperativas agroindustriais paranaenses utilizando a técnica DEA
- PENIDO, A. M. S.: Rede colaborativa de pesquisa do setor de leite e derivados em Minas Gerais
- PEREIRA, A. A.: Empreendedorismo e inovação em vinícolas associadas à APROVALE, ASPROVINHO e APROBELO
- PEREIRA, E. A.: Qualidade Percebida dos serviços prestados por uma cooperativa de crédito rural
- PEREIRA, J. A.: A rede de economia solidária do algodão agroecológico: um estudo sobre desenvolvimento humano, sustentabilidade e cooperação entre os produtores rurais do estado do Ceará
- PERIM, J. A.: Rede interorganizacional: o caso do setor avícola da região serrana no estado do Espírito Santo
- PESSÔA, R. A.: Formação de redes de economia solidária: o caso da Rede Abelha Ceará
- PINHEIRO, A. M.: O cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária : o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda - COPAC
- PIOVESAN, C. K. E. B.: Caso Cocamar/PR – uma análise da disseminação do conhecimento
- PISTORE, A.: Competências coletivas e capital social na cadeia produtiva de morangos na região do Vale do Caí-RS
- POZZOBON, D. M.: Three studies on farmer cooperatives: heterogeneity, member participation and democratic decision making
- RAMOS, R. V.: Saber de Experiência feito e conhecimento científico no processo de produção do saber apropriado: a experiência da associação de pequenos produtores de Poço Fundo/MG
- REBELLO, CIRINO CALISTRATO: A influência da integração do sistema orçamentário à contabilidade geral no processo de gestão da Cooperativa Tritícola Regional Sãoluizense Ltda
- RICHERT, L. C.: Marketing de relacionamento em cooperativas: o caso de uma cooperativa agroindustrial do Norte do Paraná
- RITOSSA, C. M.: A internacionalização de cooperativas agropecuárias: um estudo multi-método das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná
- RITOSSA, C. M.: Cooperativas agropecuárias: um quadro de referência para análise e descrição do envolvimento das cooperativas agropecuárias brasileiras com mercados internacionais
- ROCHA, A. M. N.: Relações interorganizacionais e confiança no setor da carcinicultura: um estudo de caso na Camanor Produtos Marinhos
- RODRIGUES, L. E. R.: Organização da indústria: estudos de caso na cadeia produtiva do etanol do rio grande do sul
- RODRIGUES, M. R.: Análise da ação administrativa em cooperativas agropecuárias: um estudo de multi casos
- ROMANIELLO, M.M.: Capital social e accountability em organizações cafeeiras no sul de Minas Gerais
- ROSA, S. C. P.: Processo decisório estratégico em cooperativas de crédito: um estudo exploratório sob a perspectiva dos modelos de decisão
- ROSALEM, V.: Formação e gestão de alianças estratégicas na cadeia produtiva do fumo
- SANABIO, M. T.: Redes organizacionais como estratégia para inserção dos negócios na cadeia produtiva do leite: o caso da Associação de Produtores Rurais de Pires
- SANCHES, C. A.: Desenvolvimento regional a partir de clusters produtivos: o caso da agroindústria da soja no Oeste da Bahia
-

-
- SANDER, J. A.: A agência na disseminação de estratégias de diversificação: um estudo do complexo avícola da Copagril
- SANTOS, A. S.: Cooperativismo e análise de balanços: avaliando o caso das cooperativas agropecuárias do estado da Bahia
- SANTOS, D. E. M.: Processo estratégico e gestão do conhecimento: estudo de caso da empresa Frimesa, organização do setor alimentício do município de Medianeira – PR
- SANTOS, F. S.: Momentos do Empowerment - um estudo exploratório com pequenos produtores cooperados ligados à agricultura familiar
- SANTOS, I. A.: Estratégias competitivas das cooperativas de crédito e sua influência no desempenho: um estudo de multicaso
- SCHMIDT, C. M.: Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos
- SCHMIDT, C. M.: Cultura empreendedora: contribuição para o arranjo produtivo local de turismo sustentável da Nova Rússia, Blumenau, SC
- SEVERO, L. S.: Evolução da sustentabilidade no processo produtivo de suínos da Cooperativa de Suinocultores de Encantado Ltda. - COSUEL
- SILVA, A. R. P.: A sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: contribuições e desafios do PITCPES/UFPa a partir da análise da cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba - Cofruta
- SILVA, C.R.: Percepção do uso da tecnologia de informação na Cooperativa Regional dos Suinocultores de Passos-MG
- SILVA, E. M.: Comportamento dos indicadores econômico-financeiros de uma cooperativa de crédito localizada no sul de Minas Gerais no período de 2006 a 2010
- SILVA, J. E. A.: Cenários prospectivos em redes de cooperação: o caso da Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra - APROCCIMA
- SILVA, M.: Rede de cooperação na agroindústria: um estudo exploratório de agroindústrias localizadas na mata sul do estado de Pernambuco
- SILVA, R. F.: Avaliação do grau de governança corporativa para cooperativas agropecuárias: uma abordagem multicritério
- SILVA, R. S.: Dinâmica do Desenvolvimento de Associações de Interesse Privado: O Caso da Associação Brasileira de Criadores de ZEBU
- SILVA, S. S. F.: Impacto do programa de qualidade total no controle organizacional da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUÍ - Unidade de Dom Pedrito - RS
- SOPRANO, V.: Administração rural na agricultura familiar e o cooperativismo: um estudo de caso no Oeste do Estado de Santa Catarina/Brasil;
- SOUSA, E. G.: O processo sucessório em associações produtivas no Brasil: estrutura, desafios e oportunidades
- SOUZA, A. B. K.: Desenvolvimento de um modelo conceitual de avaliação dos investimentos em pesquisa agropecuária na cadeia produtiva do trigo utilizando Scorecard Dinâmico: estudo de caso em uma cooperativa agroindustrial
- SOUZA, C. M.: Os fatores que influenciam a consolidação das redes de cooperação interempresarial
- STOCKMANN, M.: A percepção das mudanças numa cooperativa de produção decorrentes da formação de uma aliança estratégica: caso da Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda. com a Tetra Pak
- TANA, W.: Redes Sociais Como Geradoras de Capacidades nas Cooperativas: um estudo do segmento lácteo
- TAVARES, P.C.: Gestão de organizações coletivas: um quadro de referências
- TISCOSKI, G. P.: Cooperação no aglomerado turístico rural: um estudo de caso no município de São Martinho/SC
- TUTIDA, L.: Estratégias colaborativas e competitivas nos processos de comercialização na cadeia produtiva da soja na região de Assaí
- VANDERLEI, E. C.: A gestão de cooperativas de leite no Brasil: o caso Fonterra
- VENTURINI, J. C.: Assimetria de informação em redes de empresas horizontais: um estudo das diferentes percepções de seus atores
- VILLWOCK, L. H. M.: Consórcios agro-exportadores: avaliação de uma estratégia para desenvolvimento competitivo dos agronegócios do Rio Grande do Sul
- ZANCAN, C.: Redes de cooperação: um estudo de relações interorganizacionais na associação dos produtores de vinhos finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)
-

ECONOMIA

- ANA, E. J. S.: O agricluster envolvendo milho, aves e suínos: pólos de concentração de Mato Grosso
- BARBOSA, G. J.: Representação de interesses no setor agrícola pós-desregulamentação: o Clube dos Amigos da Terra de Uberlândia
- BIALOSKORSKI NETO, S.: Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital
- BREHM, D. O.: Análise custo-benefício de um sistema de rastreabilidade e certificação de soja convencional: o caso da cooperativa agrária mista de Entre Rios
- CAMPOS, K. C.: Arranjos produtivos locais: o caso da caprino-ovinocultura nos municípios de Quixadá e Quixeramobim
- CAMPOS, K. C.: Produção localizada e inovação: o estudo do arranjo produtivo local de fruticultura irrigada na microrregião do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará
- CAMPOS, R.: A contribuição da citricultura paulista para o desenvolvimento das organizações em redes e da biotecnologia brasileira
- CARNEIRO, W. M. A.: Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do Pólo de Desenvolvimento do Agronegócio Cariri Cearense
- CASTRO, G.P.C.: Fusão como estratégia de crescimento do cooperativismo laticinista
- CHAVES, S. S.: Micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: um estudo do setor pesqueiro da foz do rio Itajaí-açu
- COSTA, D. R. M.: Propriedade e decisões de gestão em organizações cooperativas agropecuárias brasileiras
- CUSTODIO, A. V.: MPEs inseridas em arranjos produtivos locais - um estudo de caso da malacocultura na grande Florianópolis
- DENKER, N.: A expansão e o crescimento da COAMO agroindustrial Cooperativa Ltda
- FARIAS, C. V. S.: Aprendizado, inovação e cooperação: um estudo do segmento vinícola do arranjo produtivo da vitivinicultura da Serra gaúcha
- FELIPE, E. N.: Análise custo-benefício de um sistema de rastreabilidade e certificação de soja convencional: o caso da cooperativa Castrolanda
- FIGUEIRA, S. R.: Transformações na cadeia produtiva do leite - uma análise a partir das cooperativas
- FILHO, J. B. M.: Análise da sustentabilidade econômica, social e ambiental do cultivo orgânico de hortaliças: o caso dos produtores da Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica - ADAO
- FRANCISCHINI, R.: Rso da tecnologia da informação por cafeicultores associados à Cooperativa Regional De Guaxupé - Cooxupé
- GONÇALVES, R. M. L.: Restrições financeiras em cooperativas agropecuárias
- HELENO, G. T.: Determinação da viabilidade econômica de uma agroindústria de polpa de frutas para a Associação de Produtores de Frutas do município de Paula Cândido-MG
- MACEDO, L. O. B.: Perfil de governança e a coordenação de alianças estratégicas do sistema agroindustrial da carne bovina brasileira
- MACIEL, H. M.: Diagnóstico do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) sobre as famílias beneficiada no estado do Ceará - estudo de caso
- MARANDOLA, M.E.: Cooperativas no norte do Paraná: estudo de caso (as trajetórias da Valcoop e Corol)
- MARTINS, M. M.: Grau de interdependência e setores-chave da economia brasileira contemporânea: um estudo fundamentado na análise de redes
- MENEGÁRIO, A.H.: Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias
- NASCIMENTO, H. M. do: Capital aocial e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente
- NEVES, M. C. R.: Avaliação do desempenho das cooperativas participantes do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO)
- OLIVEIRA, B. M. L.: A produção de alimentos orgânicos pela rede de pequenas agroindústrias familiares da AGRECO em Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna-SC
- OLIVEIRA, E. P.: Arranjos produtivos globalizados: o caso do APL da fruticultura de melão de Mossoró/Baraúna - RN
- PAREDES, C. A. O.: Importância das cooperativas de crédito para fornecedores de cana-de-açúcar: um estudo de caso

-
- POMPEU, R.B.: Ações coletivas na citricultura - comparação entre as associações de produtores e das indústrias
- RIBAS, A. C. L.: A teoria evolucionária da mudança econômica confrontada à experiência da Cooperativa Agrária Agroindustrial
- ROCHA, E. E.R.B.: O Cooperativismo agrícola em transição - dilema e perspectivas
- ROZA, E. A.: A geração e a difusão de uma inovação a partir da formação de uma rede de firmas com uma cooperativa – o caso da Cevada BRS 195
- SALINAS, P. J. A.: Arrendamento e parceria na agricultura brasileira: condicionantes, contratos e funcionamento
- SANDRA, M.M. M: Competitividade das cooperativas de laticínios no Paraná
- SCHRÖDER, M.: Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar - o sistema Cresol (1995-2003)
- SERIGATI, F. C.: Governança corporativa em cooperativas e fidelidade: um estudo empírico com as cooperativas paulistas
- SILVA, E. P.: Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em mato grosso: o caso da soja no município de Sorriso
- SILVA, N. G. A.: Estrutura e fortalecimento do arranjo produtivo local do leite nos municípios de Morada Nova e Ibicuitinga - Ceará: um estudo de caso
- SOARES, R. B.: Análise da Sustentabilidade da cadeia produtiva do melão: o caso do Agropolo Baixo Jaguaribe
- SOUZA, J. B. L.: Agricultura familiar e pecuária leiteira: um estudo dos assentamentos nos municípios de Peabirú e Quinta do Sol
- SOUZA, J. V. P.: Novas estratégias de financiamento do agronegócio: uma análise sobre a viabilidade de emissão do CDCA pelas cooperativas
- TAKAGI, M.: Câmaras setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas
- VIEIRA, E. M.: Estruturação de redes de cooperação para o desenvolvimento territorial rural: estudo de caso do programa AGROALT na Região do Alto Tietê
- VIEIRA, F. M.: Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

-
- AMORIM, L. S. B.: Agricultura familiar redes de desenvolvimento territorial rural: um estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná
- ARNS, C. E.: A cooperação na agricultura familiar no território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil
- BIRCK, L. G.: Agronegócio cooperativo: a inserção econômica da Cooperativa Agroindustrial Lar
- BRANDES, M. E.: Cadeia produtiva agroecológica do Núcleo Alto Vale: perspectivas da Rede Ecovida na construção de mercados solidários
- CONTE, H.: Estratégia na logística de suprimento de milho destinado para ração de frango entre duas cooperativas da região lindeira ao Lago de Itaipu (PR)
- FABRIS, A. J.: Cooperativas da agricultura familiar: o caso das cooperativas do território médio Alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional
- FAVARIM, E. A.: O papel do cooperado no processo de construção da Coopagril
- FUNK, F.: Agricultura familiar diversificada e qualidade de vida: o caso do município de São Pedro do Butiá - RS
- GARROTE, M. S.: A rede sociotécnica da piscicultura: desenvolvimento e meio ambiente no município de Blumenau - SC
- ILHA, P. C. S.: O crescimento e desenvolvimento sócio-econômico das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná
- MARSCHALL, C. R.: Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná um estudo a partir da Cooperativa Agroindustrial Lar
- NETO, N. C.: Os desafios e potencialidades da produção orgânica: análise do Projeto Cultivando Água Boa (CAB) na Bacia do Paraná 3
- RAUPP, I. D.: Redes de cooperação: um estudo sobre a criação e captura de valor por produtores de hortaliças no Oeste do Paraná
- REYES, P. C. P.: Convivência e desenvolvimento - A Cooperativa Fernheim na Região do Chaco Paraguai
- SCHWANS, S. A. K.: Um estudo da aliança estratégica da CONFEPAR, sob a ótica das preferências dos produtores de leite vinculados
-

SILVA, D. R.: Agricultura familiar no contexto do cooperativismo em assentamento rural coletivo: o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

SPENGLER, C. A.: Crédito e desenvolvimento rural: uma comparação entre microcrédito e crédito cooperativo no Vale do Itajaí

VIEIRA, D. C.: Análise da situação financeira da Cooperativa Agroindustrial Lar em relação a 31 cooperativas agropecuárias do estado do Paraná: uma análise aplicando um Modelo de Previsão de Insolvência

APÊNDICE B – Autores e obras mais citadas em cada enfoque teórico

ENFOQUE TEÓRICO: COOPERATIVISMO
PINHO, Diva Benevides
PINHO (1961; 1962; 1965; 1966; 1971; 1974; 1977; 1980; 1982; 1984; 1996; 2000; 2001; 2004; 2007)
<ul style="list-style-type: none"> > PINHO, D.B. O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneiro à vertente solidária. 2004. > PINHO, D.B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. 1966. > PINHO, D.B. O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro: o manual do cooperativismo. 1982.
Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm
BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo
BIALOSKORSKI NETO (1994; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2004; 2006; 2008); BIALOSKORSKI NETO, NEVES e MARQUES (1995); LAZZARINI, BIALOSKORSKI NETO e CHADDAD (1999); BIALOSKORSKI NETO e BALIEIRO (2001).
<ul style="list-style-type: none"> > BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital. 1998. > BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. 2001. > BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico. 2002. > BIALOSKORSKI NETO, S. Economia das organizações cooperativas: uma análise da influência da cultura e das instituições. 2004.
Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/ocb/
CHADDAD, Fabio Ribas
COOK, Michael L
CHADDAD (2001; 2003; 2004; 2007); CHADDAD, COOK (2002; 2007); CHADDAD, COOK E HECKELEI (2005); LAZZARINI, BIALOSKORSKI NETO e CHADDAD (1999); COOK (1994; 1995; 1997; 2000); COOK, HADDAD E LLIPOULOS (1996; 2004)
<ul style="list-style-type: none"> > COOK, M. L. The role of management behavior in agricultural cooperatives. 1994. > COOK, M. L. The Future of U.S. Agricultural Cooperatives: A Neo-Institutional Approach. 1995. > CHADDAD, F. R., COOK, M. L. An ownership rights typology of cooperative models. 2002. > CHADDAD, F. R. Experiências de sucesso no cooperativismo leiteiro internacional. 2004. > CHADDAD, F. R.; COOK, M. L. Understanding New Cooperative Models: An Ownership-Control Rights Typology. 2004.
ZYLBERSZTAJN, Decio
ZYLBERSZTAJN (1994; 1995; 1996; 2000; 2002; 2003); ZYLBERZSTAJN et al. (1997; 1999; 2009) ZILBERSZTAJN e NEVES (2000; 2005); ZYLBERSZTAJN e ZUURBIER (2009); ZYLBERSZTAJN e FARINA (2010)
<ul style="list-style-type: none"> > ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para as cooperativas agrícolas. 2002. > ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. 1994.
Aliança Cooperativa Internacional (ACI)
Disponível em: http://ica.coop/
IRON, João Eduardo Oliveira
> IRON, J. E. O. Cooperativismo e economia social. 1997
ANTONIALLI, Luiz Marcelo
> ANTONIALLI, L.M. Modelo de gestão e estratégias: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais. 2000.
SINGER, Paul
SINGER (1998; 1999; 2000; 2003); SINGER, et al. (2000)
> SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 2002.

> SINGER, P. Economia política da urbanização . 1999.
PANZUTTI, Ralph PANZUTTI (1997; 1999; 2000; 2001; 2007)
> PANZUTTI, R. Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no estado de São Paulo: caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlândia . 1997.
WILLIAMSON, Oliver WILLIAMSON (1975; 1985; 1991; 1993; 1996; 2000)
> WILLIAMSON, O. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting . 1985.
CRÚZIO, Helnon de Oliveira CRÚZIO (1990; 1999; 2000; 2005)
> CRÚZIO, H. de O. Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? 1999.
GIMENES, Régio Márcio Toesca GIMENES, Fátima Maria Pegorini GIMENES (1999; 2004); GIMENES, GIMENES (2006; 2007; 2008); GIMENES, URIBE-OPAZO (2006)
> GIMENES, R. M. T. Agribusiness cooperativo: viabilidade econômica da abertura direta do capital pela emissão de debêntures . 2004.
> GIMENES, R. M. T; GIMENES, F. M. P. Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro . 2007.
Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/
RODRIGUES, Roberto RODRIGUES (1997; 1998; 1999; 2001; 2002; 2004)
> RODRIGUES, R. O cooperativismo na globalização . 1997
WAACK, Roberto Silva MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro WAACK, MACHADO FILHO (1999); MACHADO FILHO et al. (2003); MACHADO FILHO (1999)
> WAACK, R.S.; MACHADO FILHO, C.P. Administração Estratégica em Cooperativas Agroindustriais . 1999.
PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques PINHEIRO (2005; 2007; 2008)
> PINHEIRO, M.A.H. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil . 2008.
RECH, Daniel
> RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular . 2000.
STAATZ, John M.
> STAATZ, J.M. A game-theoretic analysis of decision making in farmer cooperatives . 1987.
AMANTO NETO, João AMANTO NETO (2000; 2001; 2008)
> AMANTO NETO, J. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais . 2000
BENATO, João Vitorino Asolin BENATO (1994; 1995; 2000)
> BENATO, J.V.A. O ABC do Cooperativismo . 1994.
MENEGÁRIO, Alexandre Hattnher
> MENEGÁRIO, A.H. Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias . 2000.
OLIVEIRA, Nestor Braz

> OLIVEIRA, N.B. Cooperativismo: guia prático. 1979.
THENÓRIO FILHO, Luiz Dantas THENÓRIO FILHO (1999; 2002)
THENÓRIO FILHO, L.D. Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao mútuo. 2002.
VEIGA, Sandra Marink FONSECA, Isaque VEIGA, FONSECA (2001; 2002)
> VEIGA, S.M; FONSECA, I. Cooperativismo em ação. 2001.
ENFOQUE TEÓRICO: REDES
GRANOVETTER, Mark GRANOVETTER (1973; 1985)
> GRANOVETTER, M. The strength of the weak ties. 1973. > GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. 1985.
CASTELLS, Manuel CASTELLS (1999; 2000; 2002; 2005; 2006)
> CASTELLS, M. A sociedade em rede, a era da informação: economia, sociedade e cultura. 2005.
BALESTRIN, Alsones VERSCHOORE, Jorge R. BALESTRIN (2005; 2008); BALESTRIN et al. (2005); BALESTRIN, VARGAS (2002; 2004); BALESTRIN, VERSCHOORE, REYES JR. (2010); VERSCHOORE, BALESTRIN, (2008); VERSCHOORE (2004)
> BALESTRIN, A.; VARGAS, L.M. Evidências teóricas para a compreensão das redes interorganizacionais. 2002. > VERSCHOORE, J.R; BALESTRIN, A. Fatores Relevantes para o Estabelecimento de Redes de Cooperação entre Empresas do Rio Grande do Sul. 2008.
AMANTO NETO, João AMANTO NETO (2000; 2005; 2008); OLAVE, AMANTO NETO (2001; 2005)
> AMANTO NETO, J. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais. 2000
CASAROTTO FILHO, Nelson PIRES, Luiz Henrique CASAROTTO FILHO (1998; 2002); CASAROTTO FILHO, PIRES (1989; 1998; 1999; 2001)
> CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. 2001.
PORTER, Michael F. PORTER (1989; 1998; 1999; 1996; 2001)
> PORTER, M.F. A vantagem competitiva das nações. 1989. > PORTER, M.F. Clusters and the new economics of competition. 1998. > PORTER, M.F. Competição: estratégias competitivas essenciais. 1999.
GULATI, Ranjay GULATI (1995; 1998); GULATI, GARGIULO (1999) ; GULATI et al. (2000) ; GULATI, NOHRIA e ZAHEER (2000)
> GULATI, R. Social structure and alliance formation patterns: a longitudinal analysis. 1995. > GULATI, R. Alliances and networks. 1998. > GULATI, R. et al. Strategic networks. 2000.
BURT, Ronald BURT (1992; 1980; 1997; 1999)
BURT, R. Structural holes: the social structure of competition. 1992.
NOHRIA, Nitin NOHRIA (1992); NOHRIA e ECCLES (1992)

> NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studying organizations? 1992.
POWELL, Walter POWEL (1990; 1987; 199); POWELL, SMITH-DOERR (1994)
> POWELL, W.W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. 1990.
BRITTO, Jorge BRITTO (1999; 2002; 2004)
> BRITTO, J. Características Estruturais e modus operandi das redes de firmas em condições de diversidade tecnológica. 1999.
> BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. 2002.
FREEMAN, Christopher FREEMAN (1991; 1979; 2004)
> FREEMAN, L.C. Networks of innovation: a synthesis. 1991.
GRANDORI, Anna SODA, Giuseppe
> GRANDORI, SODA. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. 1995.
MARCON, Christian MOINET, Nicolas
> MARCON, MOINET. La stratégie-réseau. 2000.
OLIVER, Christine OLIVER (1990); OLIVER E MARK (1998); OLIVER E EBERS (1998)
> OLIVER, C. Determinants of inter-organizational relationships: integration and future directions. 1990.
WILLIAMSON, Oliver WILLIAMSON (1975; 1985; 1996)
> WILLIAMSON, O. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. 1985
CAMARINHA-MATOS, Luiz M. AFSARMANESH, Hamideh CAMARINHA-MATTOS, AFSARMANESH (1999; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008)
> CAMARINHA-MATTOS, AFSARMANESH. Infrastructures for Virtual Enterprises: Networking Industrial Enterprises. 1999.
RING, Peter Smith VAN DE VEN, Andrew H RING e VAN DE VEN (1976); RING e VAN DE VEN (1994); VAN DE VEN (1976)
> RING, VAN DE VEN. Developmental processes of cooperative interorganizational relationships. 1994.
UZZI, Brian UZZI (1996; 1997)
> UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. 1997.
COLEMAN, James S. Coleman (1988; 2000)
> COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. 1988.
MORGAN, Robert M MORGAN et al. (2000) ; MORGAN (2001); MORGAN, HUNT (1994)
> MORGAN, R.M. The commitment-trust theory of relationship marketing. 1994.
THOMPSON, James D. THOMPSON (1967; 2003)
> THOMPSON, J.D. Organizations in action. 1967.

ENFOQUE TEÓRICO: APL/CLUSTER/AGLOMERADO
PORTER, Michael F. Porter (1986; 1990, 1998, 1999, 2001)
> PORTER, M.F. Clusters and the new economics of competition. 1998. > PORTER, M.F. Competição: estratégias competitivas essenciais. 1999.
CASSIOLATO, José E. LASTRES, Helena M. M. CASSIOLATO (2002); CASSIOLATO E LASTRES (1999, 2002; 2003, 2005; 2007); CASSIOLATO e SZAPIRO (2002, 2003); CASSIOLATO, LASTRES e STALLIVIERI (2008); CASSIOLATO, LASTRES e SZAPIRO (2000); CASSIOLATO, SZAPIRO e LASTRES (2004); CASSIOLATO, MACHADO e PALHANO (2002); LASTRES et al (1999; 2002; 2005; 2007); LASTRES (1997; 2003; 2008)
> CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. Globalização & inovação localizada: experiências em sistemas locais no Mercosul. 1999. > CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. 2003. > CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais no Brasil. 2002.
AMARAL FILHO, Jair do AMARAL FILHO (1996; 1999; 2001; 2002; 2003; 2009); AMARAL FILHO et al. (2002)
> AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e Local. 2001. > AMARAL FILHO, J. do. É negócio ser pequeno, mas em grupo. 2002.
SCHMITZ, Hubert SCHMITZ (1992; 1995; 1997; 1999); SCHMITZ e NADVI (1999)
> SCHMITZ, H. Small shoemarkers and fordist giants: tale of a supercluster. 1995. > SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. 1997.
Rede de pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)
Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/
BECATTINI, Giacomo BECATTINI (1990; 1991, 1999; 2002); BECATTINI; SENGENBERGER (1990)
> BECATTINI, G. Italian industrial districts: problems and perspectives. 1991.
ALBAGLI, Sarita BRITO, Jorge ALBAGLI e BRITO (2002; 2003; 2006)
> ALBAGLI, S.; BRITO, J. Glossário de Arranjos e sistemas produtivos locais. 2003.
AMORIM, Mônica A. AMORIM (1998; 2004); AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA (2002)
> AMORIM, M. A. Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. 1998.
BRITTO, Jorge BRITTO (2000; 2002; 2004)
> BRITTO, J. Características estruturais dos clusters industriais na economia brasileira. 2000
CASAROTTO FILHO, Nelson PIRES, Luiz Henrique CASAROTTO FILHO e PIRES (1999; 2001)
> CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L.H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. 2001.
Serviço Brasileiro e Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/
CROCCO, Marco Aurélio et al CROCCO et al. (2001; 2003)

> CROCCO, M. A. et al. Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais . 2003
HADDAD, Paulo R. HADDAD (2001; 1999)
> HADDAD, P.R. A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil . 1999.
LEMOS, Cristina LEMOS (1997; 2002, 2003)
> LEMOS, C. Inovação para arranjos e sistemas produtivos de MPME . 2002.
ENFOQUE TEÓRICO: ALIANÇAS
YOSHINO, Michael Y. RANGAN, U. Srinivasa YOSHINO e RANGAN (1995; 1996; 1997); YOSCHINO (1995; 1996); YOSHINO et al. (1996) YOSHINO, RANGAN e SNIRIVASA (1996)
> YOSHINO, M.Y.; RANGAN, U.S. Alianças estratégicas: uma abordagem empresarial à globalização . 1995. > YOSHINO, M.Y.; RANGAN, U.S. Alianças estratégicas . 1996.
LORANGE, Peter ROOS, Johan CONTRACTOR, Farok J. CONTRACTOR e LORANGE (1988; 2000; 2004) LORANGE e ROOS (1996)
> LORANGE, P.; ROOS, J. Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução . 1996. > CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. Why should firms cooperate? The strategy and economics basis for cooperative ventures. 1988.
PORTER, Michael F. PORTER (1980; 1985; 1986; 1989; 1991; 1993; 1999)
> PORTER, M.F. Estratégia competitiva . 1986.
GULATI, Ranjay GULATI (1995; 1998); GULATI e LAWRENCE (1997); GULATI e SINGH (1998); GULATI, KHANA e NOHRIA (1998)
> GULATI, R. Alliances and networks . 1998.
DOZ, Yves L. HAMEL, Gary DOZ e HAMEL (2000; 1999; 1998); HAMEL (1991; 1999); HAMEL e PRAHALAD, (1995; 1997)
> DOZ, Y.L.; HAMEL, G. A vantagem das alianças: a arte de criar valor através de parcerias . 2000.
WILLIAMSON, Oliver WILLIAMSON (1975; 1981; 1985; 1991; 1995)
> WILLIAMSON, O. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting . 1985
HAGEDOORN, John HAGEDOORN (1990, 1993); HAGEDOORN e NARULA (1996); NARULA e HAGEDOORN (1999)
> HAGEDOORN, J. Understanding the rationale of strategic technology partnering: inter-organizational modes of cooperation and sectoral differences . 1993.
BURT, Ronald BURT (1992; 2001)
> BURT, R. Structural holes: the social structure of competition . 1992.
ENFOQUE TEÓRICO: AÇÃO COLETIVA
MANCUR, Olson OLSON (1965; 1971; 1999)
> OLSON, M. The logic of collective action . 1965

<p>ZYLBERSZTAJN, Decio ZYLBERSZTAJN e MACHADO (1995); ZYLBERSZTAJN (1995)</p> <p>> ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de Governança e Coordenação do Agronegócio: Uma Aplicação da Nova Economia das Instituições. 1995. > ZYLBERSZTAJN, D.; MACHADO FILHO, C. A. P. Grupos de Interesse no Sistema Agroindustrial da Carne Vermelha. 1995.</p>
<p>HARDIN, Russel</p>
<p>> HARDIN, R. <i>One for All: The Logic of Group Conflict</i>. 1994.</p>
<p>FARINA, Elizabeth M. M. Q. FARINA et al. (1997); FARINA (1996); SAES e FARINA (1998)</p>
<p>> FARINA, E.M.M.Q. Reflexões sobre desregulamentação e sistemas agroindustriais: a experiência brasileira. 1996. > FARINA, E.M.M.Q. et al. Competitividade: Mercado, estado e organizações. 1997.</p>
<p>HECKATHORN, Douglas D. HECKATHORN (1990; 1992; 1993)</p>
<p>> HECKATHORN, D.D. Collective sanctions and group heterogeneity: cohesion and polarization in normative systems. 1992.</p>
<p>NASSAR, Andre M.</p>
<p>> NASSAR, A.M. Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros. 2001.</p>
<p>SANDLER, Todd SANDLER (1995); SANDLER e OLSON (1999)</p>
<p>> SANDLER, T. Collective action: theory and applications. 1995.</p>
<p>ENFOQUE TEÓRICO: ECONOMIA SOLIDÁRIA</p>
<p>SINGER, Paul SINGER (1998; 2000; 2002; 2003; 2004); SINGER e SOUZA (2000)</p>
<p>> SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 2002. > SINGER, P. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2000. > SINGER, P. Solidariedade na Economia: uma alternativa à competição capitalista. 2003.</p>
<p>FRANÇA FILHO, Genauto LAVILLE, Jean-Lois FRANÇA FILHO e LAVILLE (2004); FRANÇA FILHO (2002; 2003; 2004); LAVILLE (2002; 2004; 2005; 2009); LAVILLE e GAIGER (2009)</p>
<p>> LAVILLE, J. L. Fato associativo e economia solidária. 2002. > FRANÇA FILHO; G.C.; LAVILLE, J. L. A economia solidária: uma abordagem internacional. 2004.</p>
<p>SACHS, Iganacy SACHS (1990; 1997; 2003; 2004; 2007)</p>
<p>> SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. 2003. > SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. 2004.</p>
<p>MANCE, Euclides José MANCE (1999; 2001; 2002; 2003)</p>
<p>> MANCE, E.J. Cadeias produtivas solidárias. 2003.</p>
<p>ANDION, Carolina ANDION (2002; 2005); ANDION e SERVA (2006)</p>
<p>> ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. Revista de Administração Contemporânea. 2005.</p>
<p>ARRUDA, Marcos</p>

ARRUDA (1999; 2000; 2003)
> ARRUDA, M. “Socioeconomia solidária” e “Trabalho emancipado”. 2003.
CORAGGIO, Luiz de GAIGER, Luiz Inácio Coraggio (2000; 2003); Gaiger (2000; 2001; 2003; 2004; 2009)
> GAIGER, L.I. A economia solidária frente a novos horizontes . 2003. > CORAGGIO, L.de. Economia do trabalho . 2003.
ENFOQUE TEÓRICO: ASSOCIATIVISMO
ALENCAR, Edgard ALENCAR (1997); ALENCAR et al. (2001)
> ALENCAR, E. Associativismo rural e participação . 1997. > ALENCAR, E. et al. Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão . 1997.
FERREIRA, F. P.
> FERREIRA, F.P. Teoria Social da Comunicação . 1968.
NASSAR, Andre M. NASSAR (1998; 2004)
> NASSAR, A.M. A Fundação MT: um caso de ação coletiva no agribusiness . 1998.
ENFOQUE TEÓRICO: COMPETÊNCIA COLETIVA
WEICK, Karl E. WEICK (1993); WEICK e ROBERTS (1993)
> WEICK, K. The collapse of sensemaking in organization: the man gulch disaster . 1993. > WEICK, K.; ROBERTS, K. Collective mind in organizations: heedful interrelating on
RUAS, Roberto L. RUAS (2000; 2003; 2005)
> RUAS, R. L. Gestão das competências gerenciais e a aprendizagem nas organizações . 2000.
AMNERDT, C. H. et al.
> AMNERDT, C.H. et al. Eléments de définition de la compétence collective . 2000.
BONOTTO, Fernanda BONOTTO et al. (2006); BONOTTO e BITENCOURT (2006)
> BONOTTO, F.; BITENCOURT, C. Os Elementos das Competências Coletivas em Grupos de Trabalho – a experiência da COPESUL . 2006.
FROHM, C.
> FROHM, C. Collective competence in an interdisciplinary project context . 2002.
HANSSON, H.
> HANSSON, H. Kolektiv kompetens . 2003.
LEONARD-BARTON, D.
> LEONARD-BARTON, D. Core capabilities and core rigidities: a paradox in managing new product development . 1992.
ZARIFIAN, Philippe
> ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica . 2001.

ENFOQUE TEÓRICO: ESTRATÉGIA COLABORATIVA
CHILD, John FAULKNER, David CHILD e FAULKNER (1998); CHILD et al (2005); CHILD (2007)
> CHILD, J.; FAULKNER, D. Strategies of cooperation: Managing Alliances, Networks and Joint Ventures. 1998. > CHILD, J. Cooperation and competitions: global strategies. 2007.
BALESTRIN, Alsones VARGAS, Lilia M. BALESTRIN e VARGAS (2003; 2004)
> BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. 2004.
BRESSER, Rudi K. F. BRESSER (1988); BRESSER e HARL (1986)
> BRESSER, R. K. F. Matching Collective and Competitive Strategies. 1988.
CHIEN, Ting-Hua PENG, Tzue-Ju
> CHIEN, T; PENG, T. Competition and cooperation intensity in a network : a case study in Taiwan simulator industry. 2005.
CONTRACTOR, Farok J. LORANGE, Peter ROOS, Johan CONTRACTOR e LORANGE (1988); LORANGE e ROOS (1996)
> CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. Why should firms cooperate? The strategy and economics basis for cooperative ventures. 1988. > LORANGE, P.; ROOS, J. Alianças estratégicas: formação, implementação e evolução. 1996.
PORTER, Michael F. Porter (1999); Porter e Fuller (1986)
> PORTER, M.F. Competição: estratégias competitivas essenciais. 1999.
POWELL, Walter POWELL (1990); POWELL, KOPUT e SMITH-DOERR (1996)
> POWELL, W.W. Neither market nor hierarchy: network forms of organization. 1990.
ENFOQUE TEÓRICO: PARCERIA
CHEUNG, Steven N. S. CHEUNG (1968; 1969)
> CHEUNG, S.N.S. Private property rights and sharecropping. 1968. > CHEUNG, S.N.S. Transaction costs, risk aversion and the choice of contractual arrangements. 1969.
REID, Josph D. Jr. REID (1976; 1977)
> REID, J.D. Jr. Sharecropping and agricultural uncertainty. 1976. > REID, J.D. Jr. The theory of share tenancy revisited-again. 1977.
ROUMASSET, James ROUMASSET e UY (1987); ROUMASSET (1979)
> ROUMASSET, J.; Uy, M. Agency costs and the agricultural firm. 1987. > ROUMASSET, J. Sharecropping, production externalities and the theory of contracts. 1979.